

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

VITOR DONIZETE DA SILVA

**A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES A PARTIR DA DINÂMICA DA
CIDADE MÉDIA: ANÁLISE DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
ALFENAS-MG**

Alfenas/MG

2023

VITOR DONIZETE DA SILVA

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES A PARTIR DA DINÂMICA DA
CIDADE MÉDIA: ANÁLISE DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
ALFENAS-MG

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra de Castro de Azevedo

Alfenas/MG

2023

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Unidade Educacional Santa Clara

Silva, Vitor Donizete da.

A formação continuada dos professores a partir da dinâmica da cidade média: análise do sistema municipal de educação de Alfenas-MG / Vitor Donizete da Silva. - Alfenas, MG, 2023.

134 f. : il. -

Orientador(a): Sandra de Castro de Azevedo.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2023.

Bibliografia.

1. Formação de professores. 2. Cidade média. 3. Alfenas. I. Azevedo, Sandra de Castro de, orient. II. Título.

VITOR DONIZETE DA SILVA

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES A PARTIR DA DINÂMICA DA CIDADE MÉDIA: ANÁLISE DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALFENAS-MG

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Análise sócio-espacial e ambiental.

Aprovada em: 22 de fevereiro de 2023

Profa. Dra. Sandra de Castro de Azevedo
Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Prof. Dr. Alexandre Carvalho de Andrade
Instituição: Ifsuldeminas - (IFSUL-MG)

Profa Dra. Ângela Massumi Katuta
Instituição: Universidade Federal do Paraná/Litoral



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Carvalho de Andrade**, Usuário Externo, em 06/03/2023, às 21:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra de Castro de Azevedo**, Professor do Magistério Superior, em 06/03/2023, às 21:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ângela Massumi Katuta**, Usuário Externo, em 06/03/2023, às 21:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orcao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0926818** e o código CRC **85B89E29**.

Dedico este trabalho a todos os profissionais,
que atuam e acreditam no poder da educação e
atuam incansavelmente para a melhoria da
educação brasileira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para que conseguisse chegar até aqui.

Em especial, a agradeço aos colegas de curso pelas trocas de experiência.

Agradeço a todos os professores, em especial aos professores da Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), pois certamente suas mediações e ensinamentos foram importante para diversas reflexões ao longo do curso.

Agradeço minha orientadora, pela paciência, ensinamentos e contribuições. Certamente essa pesquisa se tornou muito melhor, a partir dos seus apontamentos e reflexões.

Agradeço aos professores membros da banca de qualificação e defesa, professor Dr. Alexandre Carvalho de Andrade e a Professora Dra. Ângela Massumi Katuta, pelas inúmeras contribuições.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

“A mudança de qualidade nas relações que mantem a sociedade ativa é fruto de uma lenta e por vezes violenta maturação quantitativa, no interior dessas mesmas relações. É uma guerra surda, cotidiana, e, até certo ponto, inglória. A educação só pode ser transformadora nessa luta surda, no cotidiano, na lenta tarefa de transformação da ideologia, na guerrilha ideológica travada na escola.”

(GADOTTI, 1995, p. 162)

RESUMO

A pesquisa aborda a formação de professores no contexto de uma cidade média. Buscou-se compreender como uma cidade média aborda a formação continuada dos professores levando em consideração as diversas leis que norteiam a educação brasileira. O objetivo geral desta pesquisa foi compreender o sistema de ensino municipal de uma cidade média, com ênfase na formação continuada dos profissionais da educação do município de Alfenas-MG. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi a utilização de revisão bibliográfica, pesquisa documental e aplicação de questionário. No decorrer da pesquisa foi possível averiguar singularidades no que diz respeito à formação de professores em Alfenas-MG. Ao fim da pesquisa foi possível tecer algumas considerações. Foi possível verificar disparidades de concepções dos profissionais que trabalham no sistema municipal de educação em relação aos assuntos referentes à formação continuada. Além disso, foi possível verificar a necessidade de aprofundamento nas pesquisas que envolvem a temática formação continuada de professores, em especial nas cidades médias, para melhor compreensão da temática.

Palavras-chave: formação de professores; cidade média; Alfenas.

ABSTRACT

The research addresses teacher training in the context of a medium-sized city. It sought to understand how a medium-sized city approaches the continuing education of teachers, taking into account the various laws that guide Brazilian education. The general objective of this research was to understand the municipal education system of a medium-sized city, with emphasis on the continuing education of education professionals in the Municipality of Alfenas-MG. The methodology used for the development of the research was the use of a bibliographical review, documental research and application of a questionnaire. During the research it was possible to verify singularities with regard to teacher training in Alfenas-MG. At the end of the research it was possible to make some considerations. It was possible to verify disparities in conceptions of how professionals who work in the municipal education system have in relation to subjects related to continuing education. In addition, it was possible to verify the need for further research involving the theme of teacher training, especially in medium-sized cities for a better understanding of the theme.

Keywords: Teacher training; average city; Alfenas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do município de Alfenas – MG	45
Figura 2 – Recorte do mapa REGIC 2018 sobre deslocamento para cursos superiores no Brasil.....	52
Figura 3 – Mapa da Expansão Urbana de Alfenas-MG.....	55
Figura 4 – Mapa das escolas estaduais e municipais da área urbana de Alfenas.....	59
Figura 5 – Mapa das escolas municipais da área urbana de Alfenas.....	60
Figura 6 – Fachada da Escola Municipal Tereza Paulino da Costa.....	61
Figura 7 – Fachada da Escola Municipal Tancredo Neves.....	62
Figura 8 – Fachada da Escola Municipal Dr. João Januário Magalhães.....	62
Figura 9 – Mapa das três escolas pesquisadas.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Publicações sobre formação continuada no catálogo de teses e dissertações da CAPES, Área de concentração.....	20
Quadro 2 – Organização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica aprovada em 2015.....	33
Quadro 3 – Organização da BNC-Formação continuada.....	36
Quadro 4 – Alfenas na rede urbana de acordo com estudos REGIC/IBGE.....	49
Quadro 5 – Relação de estabelecimentos educacionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Alfenas-MG.....	56
Quadro 6 – Relação de estabelecimentos educacionais estaduais em Alfenas-MG em 2023.....	58
Quadro 7 – Esquema das progressões/promoções dos servidores da carreira A Prof. Anos Iniciais, biblioteca e infantil nível médio/magistério_24h/s no município de Alfenas em 09/02/2022.....	69
Quadro 8 – Esquema das progressões/promoções dos servidores da carreira III_Prof. Anos Iniciais e Infantil, Nível superior/pedagogia_44h/s no município de Alfenas em 09/02/2022.....	70
Quadro 9 – Esquema das progressões/promoções dos servidores da carreira II_Prof. Anos Finais, 6° ao 9° ano. Nível superior/licenciatura_24h no município de Alfenas em 09/02/2022.	71
Quadro 10 – Esquema das progressões/promoções dos servidores da carreira IV Especialista de educação. Nível superior/pedagogia_24h no município de Alfenas em 09/02/2022.....	71
Quadro 11 – Esquema das progressões/promoções dos servidores da carreira de Auxiliar de Desenvolvimento Humano (ADH) Nível ensino fundamental_30h no município de Alfenas em 09/02/2022.....	73
Quadro 12 – Salário da direção e vice-direção no município de Alfenas.....	76
Quadro 13 – Valores salariais das professoras da educação infantil e ensino fundamental anos iniciais no município de Alfenas em 2022.....	77
Quadro 14 – Quadro comparativo entre o piso nacional, estadual e municipal do Magistério proporcional a 24 horas semanais.....	79
Quadro 15 – Quantidade de questionários entregues e coletados.....	90
Quadro 16 – Informações iniciais dos coordenadores.....	91
Quadro 17 – Formação dos supervisores.....	95
Quadro 18 – Satisfação pela remuneração pelo exercício da função.....	99
Quadro 19 – Ano de formação das professoras participantes da pesquisa.....	102

Quadro 20 – Especializações realizadas pelas professoras.....	103
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de atuação como docente.....	103
--	-----

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Cidades com centralidade definida especificamente por deslocamentos para cursar ensino superior – 2018.....	50
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVAMEC	Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CISLAGOS	Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas Gerais
EAD	Ensino a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
Unifenas	Universidade José do Rosário Velano
UNIP	Universidade Paulista
UNOPAR	Faculdades Integradas Norte do Paraná
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIFRAN	Universidade de Franca
UNIS	Centro Universitário do Sul de Minas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	METODOLOGIA.....	19
3	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E ASPECTOS LEGAIS.....	24
3.1	O CONCEITO DE FORMAÇÃO EM DISPUTA	24
3.2	BREVE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	27
3.2.1	Programas e Políticas Nacionais.....	39
4	ALFENAS: CIDADE MÉDIA.....	44
5	SISTEMA EDUCACIONAL MUNICIPAL DE ALFENAS.....	56
5.1	OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE ATUAM NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ALFENAS.....	65
5.2	PLANO DE CARREIRA DOS PROFESSORES DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALFENAS.....	68
6	A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALFENAS.....	84
7	ANÁLISE DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DE ALFENAS A PARTIR DAS FALAS DOS PROFESSORES SUPERVISORES E COORDENADORES.....	89
7.1	A FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	90
7.2	A FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DOS SUPERVISORES.....	95
7.3	A FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES.....	101
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
	REFERÊNCIAS.....	120
	APÊNDICE.....	125
	ANEXOS	128

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar a Educação é algo complexo, pois envolve diversos fatores, como questões sociais, econômicas, espaços físicos, entre outros. Nesta pesquisa, a opção foi por analisar a formação continuada de professores, aquela que ocorre posteriormente à formação inicial e é primordial para que o profissional possa continuar aprendendo e se construindo enquanto desenvolve seu trabalho. Mas, pensando estritamente na formação desses profissionais, será que o sistema tem se preocupado com uma formação continuada? A secretaria municipal de educação tem propiciado cursos e momentos adequados para a formação desses profissionais? Especificamente o profissional que atua na sala de aula, que visão este profissional possui sobre a formação continuada oferecida pelo sistema de ensino?

No Brasil, existem leis federais que norteiam a formação continuada dos professores, entretanto, estas são desafiadas pelas dimensões continentais do país, que podem apresentar especificidades únicas em cada região, estado e até mesmo município, especialmente quando pensamos no ensino público. Apesar de a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/97 prever o regime de colaboração entre União, Estados e município, o que temos presenciado é uma imposição legal da União a exemplo da Base Nacional Comum Curricular e da Base Nacional de Formação Continuada de Professores, que são leis elaboradas partindo de um entendimento nacional que desconsidera a diversidade da população e as particularidades dos municípios.

No entanto, é necessário entender como as cidades médias se estruturam, tendo em vista suas dinâmicas como materializam as Leis Federais, e qual é ou são as concepções de formação continuada que norteiam as propostas que existem. Diante desses questionamentos e de outras leituras sobre a temática, surgiu a ideia desta pesquisa, que é compreender como a dinâmica de uma cidade média pode contribuir para uma formação continuada pautada na realidade do município de Alfenas e no trabalho coletivo dos professores.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender o sistema de ensino municipal de uma cidade média, com ênfase na formação continuada dos profissionais da educação do município de Alfenas-MG.

Para alcançar este objetivo geral, articulamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar o sistema de ensino municipal de Alfenas, buscando compreender sua organização em uma dinâmica de cidade média;
- b) Compreender a organização (oferta, incentivo, concepções) da formação continuada das escolas de Ensino Fundamental I, da área urbana, do sistema municipal de educação de Alfenas;
- c) Analisar o plano de carreira dos professores do município de Alfenas para compreender o plano municipal de valorização dos profissionais de educação;
- d) Averiguar se os supervisores possuem conhecimento sobre a sua função no processo de formação continuada junto ao sistema de educacional municipal.

A partir dos pressupostos do materialismo histórico-dialético, analisamos as contradições entre as cidades médias e as políticas estaduais e nacionais de formação de professores, e como estas afetam a relação entre trabalho e formação continuada, entendendo a relação dialética entre essas duas categorias.

Levantamos como hipótese que a dinâmica presente na cidade média, especificamente no município de Alfenas, apresenta características próprias e diferentes de outras cidades pequenas e grandes. Contudo, o município tende a efetivar políticas públicas nacionais que não atendem a dinâmica organizacional distinta da apresentada em Alfenas, e isso não contribui para a implementação de formação continuada partindo da realidade do sistema educacional municipal. Ademais, tal pesquisa pode auxiliar significativamente futuros estudos relacionados à educação e às diferentes dinâmicas dos municípios, principalmente a região do Sul de Minas, pois, quanto mais pesquisas houver numa determina região, melhor será o entendimento sobre sua dinâmica, quanto maior a compreensão destes espaços, maior a possibilidade de desenvolver projetos específicos.

Tal proposta de pesquisa pode auxiliar tanto os gestores municipais como os gestores de outras cidades médias a pensar em uma educação que seja construída com base em suas particularidades.

Organizamos a pesquisa em oito tópicos. Primeiro a introdução, na qual apresentamos o tema pesquisado. Em seguida a metodologia, em que descrevemos a abordagem e o passo a passo da pesquisa. Em terceiro lugar, apresentamos

algumas reflexões relacionadas à formação continuada de professores dentro dos aspectos legais, abordando alguns elementos de formação de professores. Em quarto, abordamos Alfenas como uma cidade média. Em quinto, apresentamos o sistema educacional municipal. No sexto tópico, apresentamos a estrutura da Secretaria Municipal de Educação. No sétimo tópico, analisamos a formação continuada dos profissionais de educação de Alfenas a partir das falas dos professores, supervisores e coordenadores. E, por fim, no último tópico, realizamos as considerações finais.

Com a pesquisa, constatou-se que a formação continuada em Alfenas é oferecida de forma padronizada, em cursos pontuais que atendem à demanda do sistema e também por curso de pós-graduação que são realizados por iniciativas dos profissionais da educação, mas sem nenhum apoio financeiro do sistema.

2 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, optou-se pela revisão bibliográfica, pesquisa documental e a utilização de questionário.

Dessa forma, foi realizada a revisão bibliográfica, a fim de verificar o que os estudiosos da área da educação discorrem em relação à temática da formação continuada de professores. Ressaltando que Lakatos aponta que:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritas por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (LAKATOS, 2003, p. 183).

Também foram utilizados documentos legais em nível nacional, estadual e municipal, a fim de averiguar o que estes apontam em relação à formação continuada dos profissionais da educação. A pesquisa documental apresenta a seguinte característica segundo Lakatos:

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (LAKATOS, 2003, p. 174).

Em busca de verificar as publicações na área de formação continuada envolvendo a temática das cidades médias, foi realizada uma busca no catálogo de teses dissertações da CAPES. A fim de filtrar e reduzir o montante de publicações, utilizamos alguns filtros, já que inicialmente, ao digitar o termo “formação continuada”, foram localizadas 138.228 publicações, considerando todos os tipos de trabalho no período de 2018 a 2022. Com relação à Grande Área, foram 13.153 em Ciências Humanas e Área de Conhecimento 10976 em Educação/Geografia

Dos filtros utilizados destacaremos a Área de Concentração (Quadro 1).

Quadro 1 – Publicações sobre formação continuada no catálogo de teses dissertações da CAPES, Área de Concentração

Área de Concentração	Quantidade
Formação De Educadores	84
Formação De Formadores: Ação Pedagógica E Avaliação	3
Formação De Formadores: Formação Pedagógica E Avaliação	189
Formação De Professores	496
Formação De Professores Da Educação Básica	99
Formação De Professores E Gestores	174
Formação Docente Em Práticas Educativas	20
Formação Docente Para A Educação Básica	116
Formação, Currículo E Práticas Pedagógicas	31
Fundamentos Da Educação E Práticas Educacionais	29
Formação Docente, Planejamento E Avaliação Educacional	31
Formação De Professores Da Educação Básica	15
Formação De Professores E Gestores Educacionais	60

Fonte: Informações do Capes. Elaborado pelo autor (2023)

Após finalizada a busca, ainda restaram 1347 publicações, todavia não foram analisadas tais publicações, devido ao prazo para a defesa da dissertação.

Apesar de a busca não ter sido aprofundada, é possível perceber que as áreas de concentração não indicam a consideração da dimensão espacial para pensar a formação continuada, como propõe esta pesquisa, ao compreender a formação continuada em uma cidade média. Mas, para confirmar essa questão, é necessária uma nova pesquisa.

Para compreender a questão da formação continuada de professores analisamos documentos federais, como resoluções e leis que normatizam esse processo, e também documentos municipais que normatizam o sistema de ensino municipal de Alfenas.

Posteriormente, realizamos uma análise desse material e aplicamos um questionário aos coordenadores educacionais da Secretaria Municipal de Educação, aos Supervisores e Professores das escolas alvo dessa pesquisa. Esses

questionários (Anexo 1) consistiram em algumas questões fechadas e outras questões abertas.

Participaram desta pesquisa os profissionais da educação que atuam em três escolas municipais, as quais foram escolhidas por ser dentro da área urbana, e que ofertam os anos iniciais de ensino fundamental, sendo elas a Escola Municipal Dr. João Januário Magalhães (CAIC), a Escola Municipal Tancredo Neves e a Escola Municipal Tereza Paulino da Costa. Foi aplicado o questionário a todos os professores, um total de 167, e 15 supervisores das escolas escolhidas. Também foi entregue o questionário aos 5 coordenadores educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Alfenas, que atuam no seguimento do ensino fundamental, anos iniciais de todo o município.

Para a aplicação e desenvolvimento desta pesquisa foi submetido o projeto ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Alfenas (CEP/UNIFAL) (Apêndice 1), seguindo todos os protocolos orientados pelo órgão.

O questionário foi aplicado a todos os profissionais da educação mencionados: coordenadores pedagógicos, supervisores e professores. Estabelecemos contato prévio com esses profissionais da educação em momentos distintos, nos quais pudemos realizar contato com o maior número possível de pessoas, ao mesmo tempo respeitando os protocolos de prevenção contra a covid-19, já que realizamos a entrega dos questionários de forma presencial.

Optou-se por aplicar o questionário impresso, pois levantamos a hipótese de que muitos profissionais que atuam na educação poderiam estar saturados de desenvolver suas atividades por meio virtual. E, de forma presencial, seria possível obter melhores resultados nas devolutivas dos questionários.

Inicialmente foram explicados os objetivos da pesquisa, mencionando que os participantes não seriam obrigados a participar do estudo e que todos eles poderiam desistir a qualquer momento. Destacamos ainda que, mesmo que o público-alvo da pesquisa já estivesse imunizado com a vacina contra a covid-19, seguiríamos todos os protocolos de segurança mantendo distanciamento, utilizando equipamentos de segurança individual, como as máscaras e produtos sanitizantes, como o álcool 70% para higienização das mãos.

No caso dos professores e supervisores, inicialmente agendamos, com autorização da gestão do estabelecimento educacional, um dia para entregar os questionários, de forma que não prejudicasse os trabalhos desses profissionais.

Assim, os participantes poderiam levar os questionários para casa e responder no momento que julgassem mais conveniente.

Estabeleceremos um prazo de quinze dias para voltarmos e coletarmos os questionários. Salientamos que, nesse questionário, não foi solicitado nenhum tipo de identificação do participante.

Para os coordenadores que trabalham na Secretaria Municipal de Educação, o autor desta pesquisa entrou em contato com responsável pela equipe e agendou um dia e horário para a entrega desse questionário e, após quinze dias, retornou para coleta dos questionários.

Após a coleta e análise das informações presentes no questionário, foi possível averiguar o que os profissionais das 3 escolas da educação pensam a respeito da formação continuada no município de Alfenas. Posteriormente, foi realizada a organização e tabulação dos dados, a fim de analisá-los para a elaboração textual embasada nos estudos de pesquisadores da área.

Dentre os vários métodos existentes que poderíamos ter escolhido, optamos por utilizar o Materialismo Histórico-Dialético, por compreender que este é o que melhor atenderia os objetivos propostos.

Segundo Alves (2010), o Materialismo proposto por Marx é toda concepção filosófica que aponta a matéria como substância primeira e última de qualquer ser, coisa ou fenômeno do universo. Dessa forma, o materialismo contrapõe-se ao idealismo, cujo elemento primordial é a ideia, o pensamento ou o espírito. Ainda segundo Alves (2010, p. 1):

A concepção marxista é uma ciência à qual o pensador alemão Karl Marx deu o nome de materialismo histórico e cujo objeto são as transformações econômicas e sociais, determinadas pela evolução dos meios de produção. Marx constrói uma dialética (do grego dois logos) materialista, em oposição à dialética idealista hegeliana. O materialismo dialético pode ser definido como a filosofia do materialismo histórico, ou o corpo teórico que pensa a ciência da história. Os princípios fundamentais do materialismo dialético são quatro: (1) a história da filosofia, que aparece como uma sucessão de doutrinas filosóficas contraditórias, dissimula um processo em que se enfrentam o princípio idealista e o princípio materialista; (2) o ser determina a consciência e não inversamente; (3) toda a matéria é essencialmente dialética, e o contrário da dialética é a metafísica, que entende a matéria como estática e anictérica; (4) a dialética é o estudo da contradição na essência mesma das coisas (ALVES, 2010, p. 1).

Alves (2010) destaca algumas categorias de análise na perspectiva desse

método, que são: o trabalho como categoria universal, trabalho concreto e trabalho abstrato, trabalho alienado, práxis, ideologia, real imediato e concreto pensado. Tais categorias também podem estar presentes no âmbito educacional e podem ser analisadas a partir do método materialista histórico-dialético, tecendo diversos apontamentos a respeito do espaço de formação dos profissionais de educação, que está articulado ao trabalho do professor.

Outra autora que nos ajuda a refletir sobre o fazer Geografia a partir do método dialético é Becker (2015). Para ela:

Fazer Geografia, conforme a perspectiva do método dialético, assenta-se no confronto de ideias, o que equivale a reconhecer que o pensamento elaborado, uma vez estabelecido, vai ser confrontado com um novo pensamento, criando assim uma tensão entre os dois modos de pensamento. A tensão entre afirmação e negação leva, necessariamente, a uma nova posição, superior às duas, mas que contém suas ideias confrontadas, chegando-se à negação da negação. A esses três estágios Hegel denominou de tese, antítese e síntese. (BECKER, 2015, p. 52).

Uma última contribuição de Becker em relação à dialética é:

Na pesquisa geográfica, por meio do método dialético, a inquietação e a crise instigam o pesquisador a procurar a teoria que o acompanhará no saber/fazer. O saber/fazer estará relacionado com a incerteza, com momentos de ruptura, em que significativas transformações superam o estabelecido, indicando direções, tornando-se um canal de reflexão e criatividade. (BECKER, 2015, p. 57)

Dessa forma, podemos perceber que o método Materialista Histórico-Dialético apresenta grande relevância para elucidar e auxiliar a compreender o processo de formação de professores, pois a formação continuada está articulada às condições de trabalho dos professores e supervisores e também às políticas educacionais federais. Nesse contexto, as contradições se apresentam de forma explícita, pois muitas vezes a formação continuada oferecida pelo sistema pode não atender à necessidade de trabalho do professor, ou até mesmo as condições materiais de trabalho do professor podem impossibilitar a realização de formação continuada.

3 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E ASPECTOS LEGAIS

A Formação Continuada de professores tem se constituído um importante espaço de disputa, pois, por meio dela, é possível implementar e materializar concepções de educação voltadas a distintos projetos de sociedade. Estas formações são indispensáveis para os profissionais que atuam na educação, uma vez que ter uma boa e sólida formação é um fator importante para que o município proporcione uma educação emancipadora, com a qual os alunos possam refletir e compreender as múltiplas relações em que estão inseridos.

3.1 O CONCEITO DE FORMAÇÃO EM DISPUTA

É necessário ampliar a reflexão teórica e firmar o posicionamento sobre a concepção de formação continuada que pauta esta pesquisa.

Existem diversos estudos na área educacional tecendo reflexões a respeito da importância da formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Farago e Utsumi (2005) abordam a formação continuada e o fato de muitas políticas não levarem em consideração as opiniões e necessidades apontadas pelos professores em sala de aula no momento de se planejar a formação continuada. Para elas:

As iniciativas de aprimoramento docente, quase sempre, partem do pressuposto que boa parte dos professores necessita superar lacunas em sua formação, tanto do ponto de vista conceitual como metodológico e apostam na estruturação de atividades que enfatizam um determinado referencial teórico, ou mesmo, a mistura de diferentes correntes teóricas. Essa visão simplista acaba por redundar em fracasso. Em muitos casos, ocorre um verdadeiro fenômeno de rejeição, muitas vezes explicado pelo fato de os professores não aceitarem as mudanças pretendidas. A necessidade da reflexão crítica sobre o que e como o discurso teórico contribui para a prática pedagógica do professor, nesses casos, seria fundamental para que ele pudesse buscar mais subsídios teóricos e repensar sua prática. (FARAGO; UTSUMI, 2005, p. 2).

Castro e Amorim (2015) ressaltam que existe uma estratégia de manter os cursos de formação inicial de professores fragilizados para que depois esses tenham que fazer cursos de formação continuada os quais, muitas vezes, são oferecidos como pacotes fechados e vendidos como mercadoria em uma concepção de educação mercantilizada.

Melo e Santos (2020) destacam a forma como ocorrem a formação continuada no Brasil. Para eles:

A formação de professores no Brasil é uma discussão relevante e, que, historicamente, tem sido marcada por avanços e retrocessos, os quais reverberam em uma formação inicial que é considerada insuficiente para preparar o futuro professor para exercer sua função, tamanha é a complexibilidade da função docente. Desta forma, muitos são os elementos que devem ser repensados para formação de professores do nosso país, entre os quais destacamos a formação continuada dos professores. (MELO; SANTOS, 2020, p. 89).

Alferes e Mainardes (2011) criticam a formação continuada como negócio focado no lucro, encontrado em cursos aligeirados que melhoram as estatísticas, mas não resolvem o problema da formação e também não levam em consideração a sua real concepção.

O fato de que a formação continuada pode tornar-se um “negócio lucrativo”, principalmente quando são propostos cursos superiores aligeirados, que melhoram estatísticas com pouco investimento, satisfazendo exigências que não têm nenhum fundamento em teorias pedagógicas e parecem reduzir o profissional da educação a um “produtivo ensinador”, ou melhor, “são verdadeiros pacotes comerciais, idealizados por improvisados formadores que se encontram distantes da realidade escolar e estão mais interessados na Formação Continuada como um negócio lucrativo. (ALFERES; MAINARDES, 2011, p. 10).

Já os autores Silva e Luz Neto (2018) abordam a formação continuada em um contexto mais amplo e apontam que:

A formação faz parte de um conjunto de elementos que resultam no desenvolvimento profissional, dentre eles podemos citar a construção de saberes, a prática reflexiva e a interação entre os professores na escola. Nesse sentido, discussão acerca do fazer pedagógico, a autonomia e a comunicação em classe, representa o contexto da formação continuada do professor de Geografia. (SILVA; LUZ NETO, 2018, p. 288).

Segundo os mesmos autores, o ato de refletir sobre a prática diária docente possui um papel de grande importância. Para eles:

A formação permanente é uma reflexão da prática, que envolve a construção de saberes e a utilização destes, é a participação do projeto político pedagógico da escola, é o professor procurar melhorar sua prática com base no que deu errado, é o desenvolvimento de sua

carreira. (SILVA; LUZ NETO, 2018, p. 288).

Santos (2011) destaca que estudos nessa área de formação de professores têm demonstrado uma intensificação no trabalho que dificulta “[...] a construção de práticas coletivas no âmbito da escola” (SANTOS, 2011, p. 3-4). Algo que está diretamente relacionado a esse fato é a precariedade do salário e do contrato de trabalho, que faz com que o professor tenha encargos didáticos em sala de aula em uma ou mais escolas. E isso acaba prejudicando o processo de formação continuada desses professores.

Outro ponto importante a destacar apontado por Melo e Santos (2020) é a questão do enraizamento da lógica neoliberal. Para eles “[...] a ideologia neoliberal leva a desqualificação dos profissionais da educação, das parcerias público privado e a uma educação focada em números” (MELO; SANTOS, 2020, p. 95). Além disso, utilizam estratégias que “[...] buscam colocar a opinião pública contra os professores e profissionais da escola pública” (MELO; SANTOS, 2020, p. 95), corriqueiramente apresentando índices, avaliações, pesquisas para justificar a qualidade do ensino privado e desqualificar o ensino público, transferindo a responsabilidade do Estado para a Sociedade Civil.

Os mesmos autores ainda destacam que não somente por meio de pós-graduação é possível realizar uma formação continuada:

Destacamos em nossa pesquisa que Congressos, Conferências, Jornadas e Encontros são fundamentais na formação continuada, uma vez que discutem demandas atuais das pesquisas relativas à educação e são espaços privilegiados de discussões políticas e acadêmicas. Nesse sentido, citamos eventos nacionais renomados, como os promovidos pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; a Conferência Brasileira de Educação – CBE e o Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino - ENDIPE. Esses eventos materializavam o esforço de entidades nacionais que discutem sobre a Educação Brasileira como um todo, como Associação Nacional de Educação – ANDE; Associação Nacional de Docentes da Educação Superior – ANDES; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação ANPED; e Centro de Estudos sobre Educação e Sociedade. – CEDES (MELO; SANTOS, 2020, p. 101).

Melo e Santos (2020) fazem uma crítica ao formato como tem ocorrido a formação continuada. Para eles:

Atualmente, os cursos de formação continuada oportunizam a(o) professor(a) ser um mero expectador e aplicador de atividades

elaboradas por especialistas. São raros os momentos para ouvi-lo, conhecê-lo, saber de suas dificuldades, habilidades, ou seja, considerá-lo como um sujeito social que pode contribuir mais efetivamente com a educação. Consideramos fundamental que a formação seja para todos que trabalham na escola. Sabemos que o professor é o principal agente para desenvolver o trabalho educacional, mas com a parceria com os demais profissionais da escola, visualizamos um processo de ensino e aprendizagem mais significativos. (MELO; SANTOS, 2020, p. 102).

Santos (2011) salienta que, além da qualificação docente, houve uma valorização do magistério. Algo que, segundo o autor, pode ser visto por exemplo nas discussões que envolveram a criação do piso salarial profissional e os debates sobre melhores condições de trabalho. Mas, apesar da aprovação do piso, muitos estados e municípios não o cumprem.

Após esse rápido levantamento a respeito da importância da formação continuada para os profissionais da educação, fica evidente a necessidade de aprofundarmos as discussões relativas à formação de professores no município de Alfenas, a fim de melhor compreender o contexto no qual se encontra.

3.2 BREVE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE FORMAÇÃO CONTINUADA

Como recorte temporal optamos por analisar as leis a partir do ano de 1996, pois nesse ano foi a promulgação da lei que rege a educação atualmente em nível nacional.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Nessa lei é possível verificar diversas normatizações que norteiam questões relacionadas à educação brasileira, entre elas a questão da formação continuada dos profissionais que atuam no âmbito educacional. O Art. 62 apresenta a formação de professores da seguinte forma:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº

12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

No que se refere à formação continuada, o artigo já destaca a possibilidade de cursos com uso de tecnologia e recursos de educação a distância, o que favorece a oferta de muitos pacotes de cursos em formato de Educação a Distância (EaD), que muitas vezes são elaborados em uma lógica mercantilista e de padronização. Mas é importante colocar que a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que é um programa cujo princípio é ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, tanto a inicial como a continuada, teve grande importância na formação de diversos professores nessa modalidade, dentro de uma política pública pautada em princípios de função social.

Especificamente em seu artigo Art. 62-A, parágrafo único, a LDB 9394/96 garante a formação continuada para os profissionais que atuam na educação básica, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. Garantir a oferta é importante, mas é necessário avançar na efetivação das condições materiais de trabalho para que os professores possam continuar se formando.

Analisando a formação de professores na LDB, Castro e Amorim (2015, p. 40-41) afirmam que:

O texto legal busca uma configuração que inclui o aproveitamento de eventuais experiências com o ensino, atribuindo, portanto, um peso a estas. A inclusão, todavia, abarca também experiências em “outras atividades”, em um alargamento da presença da experiência de trabalho, o que remete a uma valorização de saberes adquiridos por meio da experiência, embora relativize a importância da especificidade de conhecimentos profissionais da área de educação. E, por fim, no seu Inciso II, o texto legal recupera o conceito de “capacitação em serviço”, que já se pretendia superado na segunda metade dos anos 1990. (CASTRO; AMORIM, 2015, p. 40-41).

Ainda em análise da LDB sobre a formação de professores, os autores Castro e Amorim apontam a diversidade de termos utilizados para definir a formação continuada e como estes tendem a reforçar a concepção de formação abordada.

Em apenas seis artigos, a LDB usa as formulações “capacitação em serviço”; “formação continuada e capacitação”; “formação continuada”; “educação profissional”, “educação continuada” e “aperfeiçoamento profissional continuado”, a evidenciar a já referida “flutuação terminológica”, mas também, mesmo em meio a essa aparente indecisão lexical, a reforçar uma perspectiva técnica de formação continuada de professores (CASTRO; AMORIM, 2015, p. 43).

Santos (2011) destaca três aspectos em relação à formação continuada com diferentes concepções presentes na LDB. Essas concepções estão ligadas à capacitação em serviço (Art. 61, Inciso I), ao aperfeiçoamento profissional continuado (Art. 67, Inciso II) e ao treinamento em serviço. Para Santos (2011, p. 3):

Embora a LDB ofereça amparo legal para o desenvolvimento da formação continuada, ela não se manifestou quanto aos princípios e procedimentos que esse tipo de formação deveria assumir. Além disso, a prerrogativa legal da formação continuada não é suficiente para garanti-la, pois, muitas vezes, são mínimas as condições que o professor dispõe para investir na sua formação. Dessa maneira, os espaços de estudos e reflexão coletiva, considerados de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, acabam se transformando numa atividade não muito prazerosa, em uma sobrecarga de trabalho, em virtude das condições em que se efetiva o trabalho e a formação docente (SANTOS, 2011, p. 3).

Um ano após a aprovação da LDB, foi aprovada a Resolução n.º 3, de 8 de outubro de 1997, que fixou as Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em seu Artigo 5º, aponta que:

Os sistemas de ensino, no cumprimento do disposto nos artigos 67 e 87 da Lei 9.394/96, enviarão esforços para implementar programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício, incluída a formação em nível superior, em instituições credenciadas, bem como em programas de aperfeiçoamento em serviço.

Podemos perceber novamente a preocupação com a formação dos profissionais da educação que já estão em exercício, mesmo que seja dentro de uma visão técnica. E por que existe essa preocupação com a formação continuada de

professores? Será que ela atende a uma proposta de controle do trabalho docente, como várias atividades de formação continuada que visam impor a BNCC, ou busca atividades que levam o professor a refletir sobre suas ações, sobre o sistema que está inserido e sobre a possibilidade de criação que a garantia da autonomia pode proporcionar? Nesta pesquisa defendemos a concepção de uma formação continuada coletiva e que fortaleça a consciência de classe dos professores.

A partir do momento em que os sistemas de ensino ofertam a formação continuada para os profissionais em suas respectivas áreas de atuação, o sistema educacional faz dois movimentos: Primeiro, cumpre e garante o que diversas leis estabelecem e, segundo, propicia que os profissionais no exercício de suas funções como educadores possam refletir sobre sua prática, ampliar seus conhecimentos e defender sua autonomia. No entanto, muitos sistemas educacionais não conseguem garantir a formação continuada e, quando oferecem, é de forma impositiva para atender às políticas neoliberais ou simplesmente cumprir uma determinação legal.

Algumas outras leis auxiliam a refletir sobre a formação dos professores. A resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, por exemplo, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Mas apresenta somente uma vez no seu texto, no artigo 14, a questão da formação continuada.

§ 2º Na definição da estrutura institucional e curricular do curso, caberá a concepção de um sistema de oferta de formação continuada, que propicie oportunidade de retorno planejado e sistemático dos professores às agências formadoras (BRASIL, 2002, p. 6).

Apesar de não ressaltar a formação continuada, a resolução em questão também limita a formação de professores ao desenvolvimento de competências que propõem uma formação mais tecnicista da docência, que visa atender às necessidades do sistema.

Borges, Aquino e Puentes (2011) destacam que não é somente através de leis que se consegue a formação de professores, é necessária a união de todos os envolvidos no processo educacional.

Por fim, nota-se que a melhoria do processo de formação de professores carece de muito mais do que Leis e Decretos. É um grande desafio que exige muito investimento, tempo, colaboração de todos, mudança de mentalidade e comprometimento de toda a sociedade (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011, p. 110).

Já o Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014) aprovado 12 anos após a DCN de 2002, estabelece em sua meta décima quinta garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação dos profissionais da educação. Na meta décima sexta também propõe a “Formação continuada e pós-graduação de professores”.

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014).

Santos (2011) ainda aponta um destaque no que diz respeito à LDB e ao Plano Nacional de Educação em relação à formação continuada. Para ele:

No âmbito dos documentos de caráter mandatário (LDB e PNE), percebemos que os mesmos definem princípios e diretrizes comuns no tocante à formação continuada do professor, sobretudo no que se refere ao fortalecimento de um discurso que advoga a melhoria da qualidade do ensino como decorrência de um intenso processo de qualificação docente. Além disso, os documentos evidenciam uma vinculação da formação continuada com o processo de atualização do professor às necessidades da sociedade contemporânea. Esse quadro contribuiu para proliferação de diferentes ações e programas de formação continuada, que, não raramente, cumpriram a tarefa de simplesmente certificar os professores e/ou preencher lacunas de uma formação inicial considerada insuficiente. Em decorrência disso, houve uma aceleração no crescimento do mercado da formação continuada e o fortalecimento de uma perspectiva de formação em serviço. (SANTOS, 2011, p. 10)

Novamente é possível verificar um novo documento em nível nacional que aponta para a necessidade do cumprimento da legislação em fornecer a formação para os profissionais da educação. No entanto, o texto afirma que a formação continuada deve ser realizada com base nas necessidades do sistema de ensino e não nas necessidades do professor que, na maioria das vezes, não são consideradas na elaboração das propostas de formação continuada. E também reforça o pensamento de formação continuada pautada na pós-graduação e não evidencia outras formas de formação continuada que possibilitem a troca de experiência entre os profissionais da educação.

Magalhães e Azevedo (2015), ao analisarem alguns documentos sobre a formação de professores, apontam que, em relação à formação continuada, podemos nos deparar com uma variedade de concepções. Elas podem ter o viés de cursos

aleatórios e de capacitação, trocas de experiências, reuniões pedagógicas ou cursos de pós-graduação que podem ocorrer de várias formas, no setor público ou privado.

Para os autores:

Na década de 1990, mais precisamente a partir de 1995, as políticas educacionais fazem referência a uma “nova ordem mundial”, naturalizada no discurso da globalização, ao apregoar um novo imperialismo com a reestruturação produtiva: novas formas de ordenação econômica, a reconfiguração do Estado pela redefinição de suas funções e a “revolução” possibilitada pelas tecnologias da informação e da comunicação. Nesse contexto, a “sociedade da informação”; as parcerias público privadas; a mercantilização da educação, em que cursos de formação passam a ser terceirizados e/ou oferecidos virtualmente, muitas vezes com a participação da iniciativa privada, trazendo para o ensino a lógica do mercado, com o deslocamento da educação para o setor de serviços; assim como a ressignificação e a relexicalização das categorias trabalho e educação, ocupam lugar de destaque no discurso, em geral, e no discurso pedagógico em particular (MAGALHÃES; AZEVEDO, 2015, p. 18).

Além disso, Magalhães e Azevedo (2015) destacam duas principais modalidades de formação continuada que podemos perceber no cenário educacional.

Em nosso estudo, depreendemos que a continuidade se apresenta em dois sentidos: o primeiro, mais referido, como a formação continuada onde ocorre a proximidade do profissional com a atualização/capacitação/treinamento dos estudos, enquanto que o segundo, menos contemplado, é o trabalho continuado, ou seja um fazer do professor que perpetua o processo de ensinar o necessário para que seja aprendido o requerido pelo mercado de trabalho, caracterizando um ensino inscrito nas tendências pedagógicas liberais ou conforme classifica Saviani (1985) como não críticas. (MAGALHÃES; AZEVEDO, 2015, p. 33)

Seguindo a análise das políticas, a Resolução CNE/CP nº 2/2015, aprovada em 9 de junho de 2015, diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, aproximando as duas etapas de formação em um único documento.

O documento está organizado em oito capítulos. E pela estrutura do documento é possível perceber um avanço no entendimento mais amplo da formação de professores.

Quadro 2 - Organização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica aprovada em 2015.

Capítulo	Conteúdo apresentado
Primeiro capítulo	Aborda as disposições gerais
Segundo capítulo	Trata da formação dos profissionais do magistério para educação básica a partir de uma base comum nacional
Terceiro capítulo	Diz respeito aos egressos(as) da formação inicial e continuada
Quarto capítulo	Aborda a formação inicial do magistério da educação básica em nível superior
Quinto capítulo	Explicita a formação inicial do magistério da educação básica em nível superior, abordando como deve ser a estrutura e currículo dos cursos
Sexto capítulo	Aponta a formação continuada dos profissionais do magistério
Sétimo capítulo	Menciona da questão da valorização dos profissionais do magistério
Oitavo capítulo	Cita as disposições transitórias da resolução

Fonte: Resolução CNE/CP nº 2/2015. Elaborado pelo próprio autor

Este documento, como já mencionado, mostra uma visão geral de como devem ser estruturados os cursos de formação inicial e também apresenta algumas possibilidades de como podem ser os cursos de formação continuada.

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente. (BRASIL, 2015, p. 13).

Essa resolução, apesar de manter o termo aperfeiçoamento técnico, também traz a reflexão sobre a prática educacional. No entanto, quando a resolução apresenta as diversas modalidades que podemos pensar, a formação continuada fica limitada a uma perspectiva de transmissão, técnica e de aspectos escolarizantes. Em seu artigo décimo sétimo traz a seguinte redação:

Art. 17. A formação continuada, na forma do artigo 16, deve se dar pela oferta de atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação.

§ 1º Em consonância com a legislação, a formação continuada envolve:

I - atividades formativas organizadas pelos sistemas, redes e instituições de educação básica incluindo desenvolvimento de projetos, inovações pedagógicas, entre outros;

II - atividades ou cursos de atualização, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas e máxima de 80 (oitenta) horas, por atividades formativas diversas, direcionadas à melhoria do exercício do docente;

III - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;

IV - cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior;

V - cursos de especialização lato sensu por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior e de acordo com as normas e resoluções do CNE;

VI - cursos de mestrado acadêmico ou profissional, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes;

VII - curso de doutorado, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Capes (BRASIL, 2015, p. 14).

Em seu artigo dezoito, a resolução garante que as políticas de valorização dos profissionais do magistério da educação básica devem ser asseguradas em relação à formação, ao plano de carreira e à preparação para atuar nas diversas etapas e modalidades da educação básica e seus projetos de gestão. Dessa forma, também é assegurado 1/3 (um terço) da carga horária de trabalho a outras atividades pedagógicas além do exercício da docência. Algumas dessas atividades são: preparação de aula, estudos, pesquisa e demais atividades formativas; participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição educativa; orientação e acompanhamento de estudantes; avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas; reuniões com pais, conselhos ou colegiados escolares; participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação pedagógica e gestão da escola; atividades de desenvolvimento profissional, entre outras atividades de natureza semelhantes. Esse artigo afeta diretamente a questão

das condições de trabalho do professor, fato que contribui para que a formação continuada ocorra com autonomia.

No artigo dezenove, é assegurada a valorização dos profissionais do magistério público por meio dos planos de carreira e remuneração compatíveis com a função exercitada. Ou seja, a resolução entende que é necessária uma mudança estrutural ampla para que o professor consiga realizar uma formação continuada emancipadora, pois a carga horária de trabalho do professor impacta diretamente neste processo.

Outro trecho da resolução importante a ser destacado é o artigo vinte, que aborda a necessidade de pagar piso nacional aos profissionais da educação básica. Nessa passagem a resolução apresenta a seguinte redação:

Art. 20. Os critérios para a remuneração dos profissionais do magistério público devem se pautar nos preceitos da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional, e no artigo 22 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre a parcela da verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), destinada ao pagamento dos profissionais do magistério, bem como no artigo 69 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que define os percentuais mínimos de investimento dos entes federados na educação, em consonância com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2015, p.16)

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) de 2015 podem ser entendidas como um importante avanço para a formação de professores, pois abordam como um processo desde a formação inicial, a formação continuada e a valorização dos profissionais da educação. Antes mesmo de as Instituições de Formação de Professores conseguirem avaliar o resultado da implementação desta resolução, o MEC, juntamente com o Conselho Nacional de Educação, aprovou uma nova DCN de formação de professores, a qual será detalhada com mais profundidade por ser a normativa vigente e por representar um retrocesso para a formação de professores.

A resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, passou a tratar sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

Esse documento está organizado da seguinte forma:

Quadro 3 – Organização da BNC-Formação Continuada.

Primeiro capítulo	Objeto da resolução
Segundo capítulo	Aborda a política da formação continuada de professores
Terceiro capítulo	Expõe os cursos e programas para a formação continuada de professores
Quarto capítulo	Mostra a questão da formação ao longo da vida
Quinto capítulo	Traz as disposições finais

Fonte: BNCC-Formação Continuada. Elaborado pelo próprio autor (2022)

Além dos capítulos apresentados, o documento também traz um anexo no qual mostra as competências gerais docentes que devem ser exploradas especificamente vinculadas às dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento profissional nas suas respectivas áreas.

Toda a resolução é construída pautada numa visão profissionalizante, limitando a formação continuada ao atendimento das necessidades profissionais (conhecimento, prática e engajamento profissionais) dos sistemas de ensino, desconsiderando a formação enquanto construção crítica do sujeito.

Um destaque em relação à resolução apresentada é o segundo artigo que apresenta a seguinte redação:

Art. 2º As presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, articuladamente com a BNC-Formação Continuada, têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e a Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, e da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Essa resolução de formação continuada de professores faz parte do projeto de controle e padronização da formação de professores por meio da Base Nacional Comum Curricular, que se tornou obrigatória nas escolas da educação básica em 2017, depois se tornou obrigatória na formação inicial em 2019 e, em 2020, intensificando essa padronização por meio da formação continuada. Ou seja, o professor irá se formar para aplicar a BNCC.

A BNC-Formação é pautada na pedagogia das competências como verificamos

em vários artigos, a exemplo do que segue:

Art. 4º A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho.

A necessária reflexão sobre a prática não é mencionada nesta resolução, reforçando a perspectiva técnica na formação de professores.

Art. 7º A Formação Continuada, para que tenha impacto positivo quanto à sua eficácia na melhoria da prática docente, deve atender as características de: foco no conhecimento pedagógico do conteúdo; uso de metodologias ativas de aprendizagem; trabalho colaborativo entre pares; duração prolongada da formação e coerência sistêmica.

No artigo 7º, é nítida a visão empresarial, por meio da palavra eficácia, impondo uma única metodologia, no caso as metodologias ativas, pautadas em aplicação de técnicas e trabalho colaborativo, mas mediados por um professor ou pesquisador com “maior senioridade”, questão que é reforçada do artigo 13 da mesma resolução. Isso indicaria que os profissionais formados recentemente pouco podem contribuir com a formação, formação prolongada, desde que seja em serviço e na escola, limitando o contato com outros espaços de formação e coerência sistêmica, pois a formação continuada deve ser articulada às políticas das redes escolares, às demandas formativas dos professores, aos projetos pedagógicos, aos currículos, aos materiais de suporte pedagógico, ao sistema de avaliação, ao plano de carreira e à progressão salarial, considerando as pesquisas recentes, associações especializadas, inovações e as orientações do governo federal.

Esse mesmo documento, em seu artigo nono, apresenta algumas concepções e formas como podem ocorrer a formação continuada dos profissionais que atuam na educação básica. O texto apresenta a seguinte redação:

Art. 9º Cursos e programas flexíveis, entre outras ações, mediante atividades formativas diversas, presenciais, a distância, semipresenciais, de forma híbrida, ou por outras estratégias não presenciais, sempre que o processo de ensino assim o recomendar, visando ao desenvolvimento profissional docente, podem ser oferecidos por IES, por organizações especializadas ou pelos órgãos formativos no âmbito da gestão das redes de ensino, como:

I - Cursos de Atualização, com carga horária mínima de 40 (quarenta)

horas;

II - Cursos e programas de Extensão, com carga horária variável, conforme respectivos projetos;

III - Cursos de Aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas;

IV - Cursos de pós-graduação lato sensu de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, de acordo com as normas do CNE;

V - Cursos ou programas de Mestrado Acadêmico ou Profissional, e de Doutorado, respeitadas as normas do CNE, bem como da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A BNC-Formação limita a formação continuada a cursos, diferente da resolução anterior, DCN 2/2015, que previa como formação continuada: atividades formativas organizadas pelos sistemas, redes e instituições de educação básica, incluindo desenvolvimento de projetos, inovações pedagógicas, entre outros, e atividades ou cursos de extensão, oferecidos por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora.

E para ampliar o controle das atividades de formação continuada no artigo 10, a resolução recomenda às IES a criação de institutos/unidades integradas para garantir a articulação entre os diferentes cursos e programas. Isso também não deixa de ser um modo de ampliar o controle e a forma como ocorrem nos cursos.

Bazzo (2004, p. 275) analisando os Institutos de Formação de Educadores propostos pela LDB, afirma que,

Pela nova lei e por toda a legislação complementar que a sucedeu, as atribuições dos Institutos Superiores de Educação são bastante amplas no que diz respeito à formação dos professores e claramente esvaziadoras das responsabilidades e tarefas das faculdades/centros de educação das universidades, indicando, mais uma vez, o risco de desprofissionalização ainda maior, além da desvalorização que uma formação fora da universidade e com exigências muito menores no nível de qualificação de seus mestres poderá acarretar. Assim, a criação dos Institutos Superiores de Educação, no contexto dessa lei, significa um rebaixamento na hierarquia universitária com tudo o que isto implica em perda de qualidade e mesmo de prestígio para a formação dos profissionais da educação. (BAZZO, 2004, p. 275).

A resolução finaliza com um anexo que lista dez competências gerais docentes, com 97 habilidades e somente em uma delas aparece a palavra refletir “2b.5.3 Refletir sistematicamente sobre sua prática” (BRASIL, 2020, p. 14) e, mesmo assim, a reflexão está pautada no atendimento ao preconizado pela BNCC e o sistema de ensino. Trata-

se de uma reflexão que leva o profissional a pensar se atendeu ou não a imposição do sistema, ou seja, reforça uma aceitação sem discussão, reiterando a alienação do professor, que passa a não realizar mais um trabalho que lhe alimenta e constrói enquanto sujeito ou classe trabalhadora, mas que o aliena, pois não o leva a uma reflexão ampla sobre sua prática, inserindo-o em um trabalho repetitivo e sem sentido.

3.2.1 Programas e Políticas Nacionais

Em 2004, foi criada pelo MEC a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e alunos. O público-alvo prioritário da rede são professores de educação básica dos sistemas públicos de educação. Segundo o site do MEC:

As instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais que integram a Rede Nacional de Formação de professores, produzem materiais de orientação para cursos à distância e semipresenciais, com carga horária de 120 horas. Assim, elas atuam em rede para atender às necessidades e demandas do Plano de Ações Articuladas (PAR) dos sistemas de ensino. (MEC, 2004)

Santos (2011) destaca a importância da Rede Nacional de Formação Continuada, que foi criada com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores, e os tinha como público-alvo prioritário da rede de educação básica dos sistemas públicos de educação. Para o autor:

No âmbito do documento orientador da Rede Nacional de Formação Continuada, identificamos dois movimentos. O primeiro tem a ver com constituição de um sistema de formação continuada, que visa articular MEC, sistemas de ensino e universidades, estreitando assim, o diálogo entre instituições mantenedoras e formadoras. O segundo movimento, de cunho epistemológico, busca o desenvolvimento de uma concepção de formação continuada como um processo crítico-reflexivo sobre o fazer docente. Ambas as questões, apesar de verbalizarem um discurso propositivo, estão imbuídas de contradições e ambiguidades que, às vezes, denotam práticas que se pautam por ações pontuais, as quais submetem a formação continuada a uma lógica “mercantil” e técnico-instrumental. (SANTOS, 2011, p. 10).

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tem oferecido diversos programas de formação tanto inicial como continuada. Melo e Santos (2020) destacam

o papel da Capes como uma agência reguladora da formação de professores. Para eles:

O governo federal transformou, em 2007, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes em uma agência reguladora da formação de professores, em suas diferentes etapas – inicial e continuada, assim criando a chamada Nova Capes. De acordo com a Lei n. 11.502/2007, agora, além de subsidiar o MEC nas políticas de pós-graduação, § 2º No âmbito da educação básica, a Capes terá como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal e exclusivamente mediante convênios com instituições de ensino superior públicas ou privadas, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, respeitada a liberdade acadêmica das instituições conveniadas (BRASIL, 2007, grifos das autoras). Assim, o MEC incorpora a Universidade Aberta do Brasil (UAB), definindo, no parágrafo 2º, que “II na formação continuada de profissionais do magistério, utilizarão, especialmente, recursos e tecnologias de educação a distância.” (BRASIL, 2007 *apud* MELO; SANTOS, 2020, p. 97).

Segundo Borges, Aquino e Puentes (2011), a formação dos profissionais da educação básica ganha destaque com o decreto presidencial 6.755/2009.

A Política Nacional para a Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica foi instituída pelo Decreto presidencial nº 6.755/2009, dispondo sobre a atuação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para o fomento a programas de formação inicial e continuada. A proposta foi “organizar em regime de colaboração entre União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas de educação básica” (art. 1º). Objetivou apoiar “a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada a profissionais do magistério pelas instituições públicas de Educação Superior”. E pretendeu, ainda, equalizar nacionalmente as “oportunidades de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério” (art. 3º, incisos II e III). (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011, p. 96).

Entre os programas propostos pela Capes podemos citar, por exemplo, o Plano Nacional de Formação de Professores - PARFOR, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), o Residência Pedagógica, Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica (Prof Licenciatura) e o Mestrado Profissional.

Por meio da resolução nº 1, de 17 de agosto de 2011, foi instituído o Parfor, que

é um programa emergencial criado com a finalidade de possibilitar que professores em exercício na rede pública de educação básica tenham acesso à formação superior exigida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O artigo 1º dessa resolução aponta que:

Art. 1º As Instituições de Educação Superior (IES), públicas e comunitárias sem fins lucrativos, e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) que receberem apoio financeiro do Ministério da Educação (MEC), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinado a ações de formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica, deverão instituir no âmbito de sua Pró-reitoria de Ensino de Graduação ou equivalente, um Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica. (BRASIL, 2011).

O Parfor (Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica) é uma ação emergencial da Capes que tem como princípio realizar a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de educação básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam. Essa formação pode acontecer de três formas: como Primeira Licenciatura para os docentes da rede pública de educação básica que não possuem formação superior; como segunda licenciatura para docentes que atuam na rede pública de educação básica, mas que possuem licenciatura em área distinta da que atuam em sala de aula; e como Formação pedagógica para docentes da rede pública de educação básica que possuem curso superior sem habilitação em licenciatura.

O Prof Licenciatura-Programa de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica é uma ação da Capes que visa fomentar, nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, a formação de professores para a educação básica e a melhoria da formação nos cursos de licenciatura.

O Pibid (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que proporciona aos discentes, na primeira metade do curso de licenciatura, uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica, além de inseri-lo no contexto das escolas. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes, ao Professor supervisor, ao Coordenador de área e ao Coordenação institucional.

O Residência Pedagógica é um programa do governo que destina bolsas para

o discente, o professor preceptor e para o coordenador de área. Visa ações que tem o objetivo de aperfeiçoar a formação prática dos alunos dos cursos de licenciatura, promovendo a imersão destes nas escolas de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso. São desenvolvidas diversas atividades, regência de aula e intervenção pedagógica. Todas essas atividades são acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e o orientador docente da Instituição Formadora do aluno graduando.

Esses dois programas, Pibid e Residência Pedagógica, apesar de terem foco na formação inicial, possibilitam ao professor da educação básica uma formação continuada, por meio das trocas com os discentes da graduação, o coordenador de área e também a participação de palestras e projetos da universidade.

Pibid e Residência Pedagógica são definidos por meio de edital e, desde 2018, vem ocorrendo progressivamente a diminuição do número de bolsas e a articulação dos programas à BNCC.

Para estimular a formação continuada *stricto sensu* dos professores em exercício na rede pública de educação básica, o MEC e a CAPES implementaram os Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica – ProEB, que é realizado por instituições de ensino superior (IES) ou rede de instituições associadas do país. Esse mestrado se caracteriza por cursos com áreas de concentração e temáticas vinculadas diretamente à melhoria da Educação Básica. De acordo com a Portaria nº 61, de 22 de março de 2017, da Capes, são concedidas bolsas para docentes permanentes que estejam atuando na educação básica.

Importante destacar que a bolsa é um estímulo para a participação dos professores nestes programas e também é condição para que eles possam se dedicar às atividades que serão desenvolvidas, pois com o dinheiro da bolsa os professores podem reduzir a quantidade de aulas que normalmente assumem, para poder se dedicar à sua formação continuada.

Alguns programas já foram encerrados, entretanto, tiveram destaque no processo de formação de muitos professores. O Prodocência-Programa de Consolidação das Licenciaturas é um exemplo de programa. Ele era uma ação da Capes, com a finalidade de fomentar a inovação e a elevação da qualidade dos cursos de formação para o magistério da Educação Básica, tendo como princípio a valorização da carreira docente. O Programa tinha como premissa o aperfeiçoamento

de professores das licenciaturas e o apoio à criação de metodologias inovadoras para tais cursos.

O FNDE também é responsável por manter alguns programas de formação continuada, destinadas aos profissionais da educação básica das redes públicas de ensino. Em sua maioria esses programas fornecem bolsas aos docentes que ministram e coordenam os cursos de aperfeiçoamento e atualização ou participam da elaboração de materiais e conteúdo para essa formação. Em alguns deles, porém, também os cursistas recebem um auxílio para frequentarem as atividades de formação. Em consulta aos sites do FNDE são informados os seguintes programas de formação continuada: Escola da Terra; Escola de gestores, E-tec Brasil, Formação pela Escola, Formação de Tutores, Pacto Nacional pela Alfabetização da Idade Certa (PNAIC), Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, Rede Nacional de Formação de Profissionais da Educação (Renafor) e Saberes Indígenas na Escola.

Por meio desta pesquisa, é possível afirmar que existe um grande movimento de formação continuada. Seria pertinente uma pesquisa específica, sobre cada programa, para compreender melhor seu alcance e sua concepção de formação continuada que mantém e desenvolve.

4 ALFENAS: CIDADE MÉDIA

Como o foco desta pesquisa é a formação continuada em cidade média, a partir deste momento abordaremos a dinâmica da cidade média com objetivo de mostrar como o município tem pensado a formação continuada pautada nesta dinâmica.

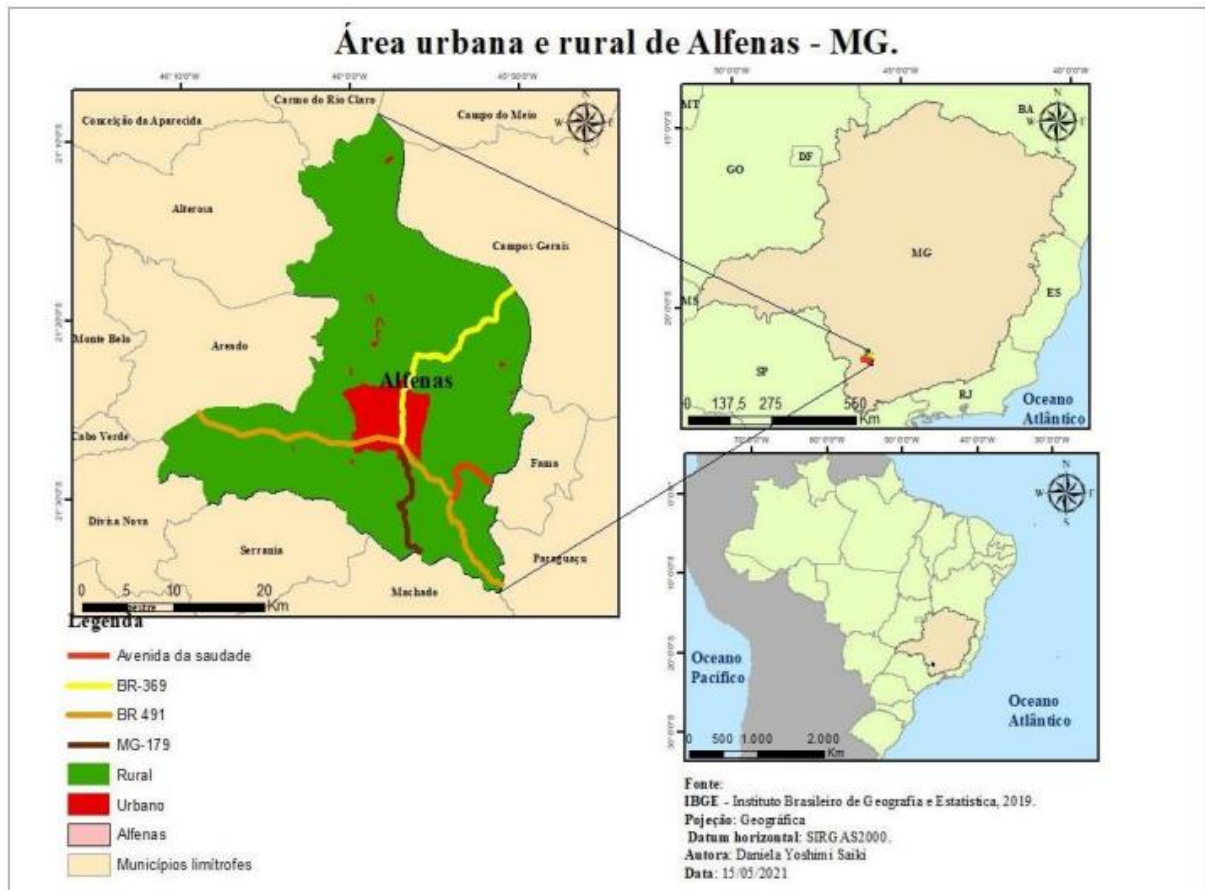
Considerando os dados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Alfenas possuía uma população estimada em 2021 de 80.973 habitantes. Alfenas faz divisa com dez municípios, sendo eles: Carmo do Rio Claro (21.310 habitantes), Alterosa (14.566 habitantes), Areado (15.288 habitantes), Divisa Nova (6.039 habitantes), Serrania (7.667 habitantes), Machado (42.682 habitantes), Paraguaçu (21.693 habitantes), Fama (2.374 habitantes), Campos Gerais (28.908 habitantes) e Campo do Meio (11.648 habitantes) sendo considerada um polo regional, baseado nos diversos serviços oferecidos, como saúde, educação, comércio, entre outros.

Na figura 1, apresentamos a localização do município de Alfenas-MG, onde foi realizada a pesquisa. Segundo dados do IBGE, o município de Alfenas está a 882 metros de altitude e se localiza nas coordenadas geográficas: Latitude: 21° 25' 46" Sul, Longitude: 45° 56' 50" Oeste. Possui 850,446 km², com densidade demográfica de 94,1 habitantes por km².

No mapa da Figura 1, podemos observar a posição do município de Alfenas como polo regional com as rodovias que dão acesso a cidade. Também é possível observar os municípios circunvizinhos.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Alfenas – MG.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Alfenas – MG.



Fonte: CRUZ, A. B., (2021).

Silva (2021) destaca a diferença existente entre cidades médias e cidade de porte médio. Para ele:

O termo “cidade média”, como já lembrado, vai muito mais além do que o termo “demográfico”, explorando, entre outros aspectos, principalmente a posição da cidade na rede urbana e sua função. Dessa forma, entende-se que analisar uma cidade como média a partir somente de sua demografia, seria limitar tal análise somente pelos dados numéricos e quantitativos e desprezar suas dinâmicas. (SILVA, 2021, p. 24-25).

Destacamos que o conceito de cidade média que iremos utilizar é pautado nos pressupostos de Silva (2013) que tece algumas reflexões a partir de seus estudos:

Quando nos referimos à cidade considerando apenas seu caráter demográfico, estamos considerando as cidades de “porte médio”, isto é, aquelas que têm entre 50 mil e 500 mil habitantes, porém não se pode conceituar essas cidades como médias apenas empregando o elemento demográfico. Em outras palavras, cidade de “porte médio” não é a

mesma coisa que “cidade média”. As cidades médias são aquelas que desempenham papéis de intermediação em suas redes urbanas, diferenciando-as de cidades de “porte médio”, que são aquelas que são assim definidas, exclusivamente, em função de seu tamanho demográfico. (SILVA, 2013, p. 62).

Silva (2021, p.26) aponta que diferentemente das cidades de porte médio que levam em consideração principalmente a questão demográfica, existem três fatores que devemos pensar em relação às cidades médias, que seriam: tamanho demográfico, funções urbanas e caracterização do seu espaço intra urbano. E destaca que não se deve tomar nenhum destes três fatores isoladamente, mas de forma combinada e articulada. Dessa maneira, é possível fazer uma análise mais completa e sem riscos de cair em um reducionismo.

Podemos apontar que Alfenas apresenta influência considerável sobre os municípios circunvizinhos, sendo necessário ser melhor estudada, a fim de compreender a sua dinâmica organizacional.

Outros autores que nos auxiliam a refletir sobre o conceito de cidade média são Amorim Filho e Serra (2001). Para esses autores:

Sob o ângulo de grande parte da população interiorana, rural ou semirural, as cidades médias podem ser valorizadas pela oferta de emprego, ou mesmo de subemprego, pela existência de infraestrutura básica, pelas oportunidades de acesso à informação, pelos melhores recursos educacionais. Enfim, pela existência de bens e serviços essenciais à ascensão material e intelectual de seus moradores. (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 1).

A partir do momento que compreendemos a dinâmica na qual a cidade se encontra, é possível ao poder público traçar metas e estratégias a fim de auxiliá-la a prosperar juntamente com a região a qual pertence, de forma racional baseada em critérios científicos.

Já Freire e Holanda (2016) contribuem explanando sobre o debate em torno das cidades médias. Para tais autores:

Hoje, as cidades médias entram cada vez mais no movimento de especialização funcional dos lugares graças às possibilidades crescentes de troca. Nesse processo segundo Santos (2008) crescem não só as grandes cidades, mas também as cidades médias. Nesse movimento, essas cidades atuam como dinamizadoras do território onde estão inseridas a partir de sua relação com o entorno numa perspectiva inter-regional. (FREIRE; HOLANDA, 2016, p. 2).

Ademais, Silva (2021) explana sobre a importância das cidades médias no contexto regional no qual elas estão inseridas. Para ele:

Mudando o conceito de cidade de porte médio para cidades médias, as quais são um dos principais objetivos deste estudo, Corrêa (2007) e Amorim Filho, Rigotti e Campos (2007) designam que para se considerar uma cidade como média o fator mais importante é a sua posição no contexto da rede urbana em que está inserida, exercendo uma função de mediadora entre os grandes centros urbanos e as cidades menores. (SILVA, 2021, p. 26).

Outro autor que nos auxilia a refletir sobre as cidades médias é Corrêa (1997) que aborda as múltiplas interações entre as cidades. Para ele:

As interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades. (CORRÊA, 1997, p. 279).

Outros autores como Godoy, Castro e Alves (2015) também contribuem com a reflexão das cidades medias. Para esses autores:

É necessário também pensar a cidade média como integrante de uma rede urbana local, que ora pode centralizar e polarizar uma região ou ser polarizada por outras, estabelecendo assim, uma relação de poder e formando uma rede de cidades interligadas, ou seja, uma hierarquia urbana entre as cidades que compõem a rede (SPOSITO, 2006). Desse modo, subordinando umas mais que outras, principalmente pelo nível de complexidade e desenvolvimento do emaranhado urbano e pela especialização das funcionalidades ofertadas pelas cidades. (GODOY; CASTRO; ALVES, 2015, p.63).

Os mesmos autores, analisando o contexto sul-mineiro, segundo classificação do IBGE (2010), explicam que há um processo de expansão das cidades localizadas na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, principalmente as tidas como cidades médias. Segundo Godoy, Castro e Alves (2015) há três fatores principais que explicam essa expansão das cidades medias dessa região. Esses fatores são:

a) A desconcentração da atividade industrial dos grandes centros em direção ao interior fomentada fortemente na década de 1990;

- b) Políticas de desenvolvimento regional: que manteve sua preocupação na integração territorial e ativação econômica de fragmentações territoriais;
- c) Disseminação do processo de informatização: acesso facilitado aos meios de comunicação. A internet também teve nesse momento papel fundamental para expansão populacional e econômica, promoção dos lugares e complemento fundamental da rede urbana, seja como produto ou como rota de transferência de dados. (GODOY; CASTRO; ALVES, 2015, p. 63-64).

Conforme Silva (2021) aponta, Alfenas possui uma centralidade no que refere aos diversos serviços ofertados de saúde, educação, entre outros. Os serviços na área da saúde ocorrem principalmente nos hospitais Imesa, Santa Casa e Hospital Alzira Velano. O atendimento realizado no hospital Imesa, fundado na década de 1990 e pertencente atualmente ao Grupo Notre Dame Intermédica, é somente particular. Também temos o hospital Santa Casa (fundado em 1907), com destaque para o atendimento no Centro de Oncologia. Outro importante centro médico é o Hospital Universitário Alzira Velano (fundado em 1992) vinculado à Unifenas. Também existem diversas clínicas e laboratórios particulares que prestam serviços. Alfenas é sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde “CISLAGOS”, que possui 42 municípios membros.

Silva (2021) ainda destaca o setor educacional que atrai diversos estudantes de outras regiões para Alfenas e, conseqüentemente, movimenta a dinâmica da cidade. O setor de comércio também é destacado pelo autor, pois diversas redes varejistas como Mart Minas, Lojas Cem, Casas Bahia, Magazine Luíza e Lojas Americanas possuem estabelecimentos instalados em Alfenas, movimentando e atraíndo consumidores. Silva (2021) aponta que:

Desse modo, vale ressaltar a importância da cidade de Alfenas em sua hinterlândia, entrando também na classificação de Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982) e Amorim Filho, Rigotti e Campos (2006), em que a designam como uma cidade média propriamente dita. Isto porque Alfenas exerce a centralidade em sua microrregião, ao mesmo tempo que é centralizada pelas metrópoles mais próximas, como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, exercendo, então, essa função de mediação com as pequenas cidades, como Paraguaçu, Fama, Areado e etc. (SILVA, 2021, p. 41).

Além disso, Silva (2021, p. 38) destaca a importância do setor de serviços em relação ao agropecuário:

O setor de serviços predomina na cidade de Alfenas. Tanto no que se refere a geração de empregos como na participação do PIB do

município, chegando a mais de 60%. Isso comprova a importância da cidade e a centralidade que exerce pelos serviços que dispõe para o município e sua região de influência. Vale destacar também que o setor agropecuário, o qual se caracteriza como forte na região, visto que, como designam Alves e Esteves (2020), o Sul de Minas é marcado pela cafeicultura e pelas atividades ligadas à agropecuária, os dados da tabela indicam que esse setor, no município de Alfenas, apresenta posição inferior tanto da indústria como da administração pública, o que mostra a perda deste segmento e evidencia a grande relevância do setor de serviços e o ganho de espaço do setor industrial. (SILVA, 2021, p. 38).

No quadro 4 Figueiredo, Andrade e Alves (2022, p.199) mostram o comportamento de Alfenas na rede urbana de acordo com a classificação do REGIC em diferentes períodos.

Quadro 4 – Alfenas na rede Urbana, de acordo com os estudos de REGIC/IBGE

Ano	Classificação de Alfenas	Cidades em que polarizam Alfenas
1966	Centro Subregional	Varginha (centro regional) São Paulo (Metropole Nacional)
1978	Centro Suregional	Varginha (Capital Regional) Belo Horizonte (Metropole Regional)
1993	Forte	Belo Horizonte (Muito Forte)
2007	Centro subregional A	São Paulo (Grande Metropole Nacional)
2018	Centro subregional A	Varginha e Poços de Caldas (Capital Regional C) Belo Horizonte (Metropole) São Paulo (Grande Metropole Nacional)

Fonte: Figueiredo, Andrade e Alves (2022, p. 199).

Alfenas, desde 1966, apresenta um papel de centro sub-regional e essa polarização, além dos fatores indicados anteriormente, tem uma forte relação com as universidades presentes na cidade.

O município de Alfenas é sede de duas universidades de porte considerável, sendo elas a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), que possui dois campus: a sede e o denominado Unidade Educacional Santa Clara, e a Universidade José do Rosário Velano (Unifenas). Além disso, possui polos de outras universidades privadas

como, Universidade Paulista (UNIP), Faculdades Integradas Norte do Paraná (UNOPAR), Centro Universitário Internacional (UNINTER), Universidade de Franca (UNIFRAN), Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS).

Segundo o REGIC (Regiões de Influência das Cidades), Alfenas, em 2018, estava na posição de 8ª cidade do Brasil com maior centralidade/polarização definida especificamente por deslocamentos para cursar ensino superior, conforme podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Ranking das 30 Cidades com centralidade definida especificamente por deslocamentos para cursar ensino superior – 2018 (Continua)

Ranking	Cidades	Centralidade temática (IAT - IA)
1	AP Sobral/CE	648 131,2
2	AP Viçosa/MG	549 446,7
3	AP Santa Maria/RS	479 954,9
4	Paripiranga (BA)	460 703,2
5	AP São Luís/MA	411 765,7
6	AP Juiz de Fora/MG	380 973,3
7	Ouro Preto (MG)	330 698,9
8	Alfenas (MG)	315 485,8
9	AP Campina Grande/PB	313 906,3
10	AP Maringá/PR	312 947,6
11	Caruaru (PE)	304 333,4
12	Manaus (AM)	298 778,5
13	Cajazeiras (PB)	295 595,5
14	AP Campos dos Goytacazes/RJ	291 631,0
15	Itabuna (BA)	289 410,1
16	AP São Carlos/SP	288 771,1
17	AP Pelotas/RS	276 210,2
18	AP Patos/PB	268 872,0

Tabela 1 – Ranking das 30 Cidades com centralidade definida especificamente por deslocamentos para cursar ensino superior – 2018 (Conclusão)

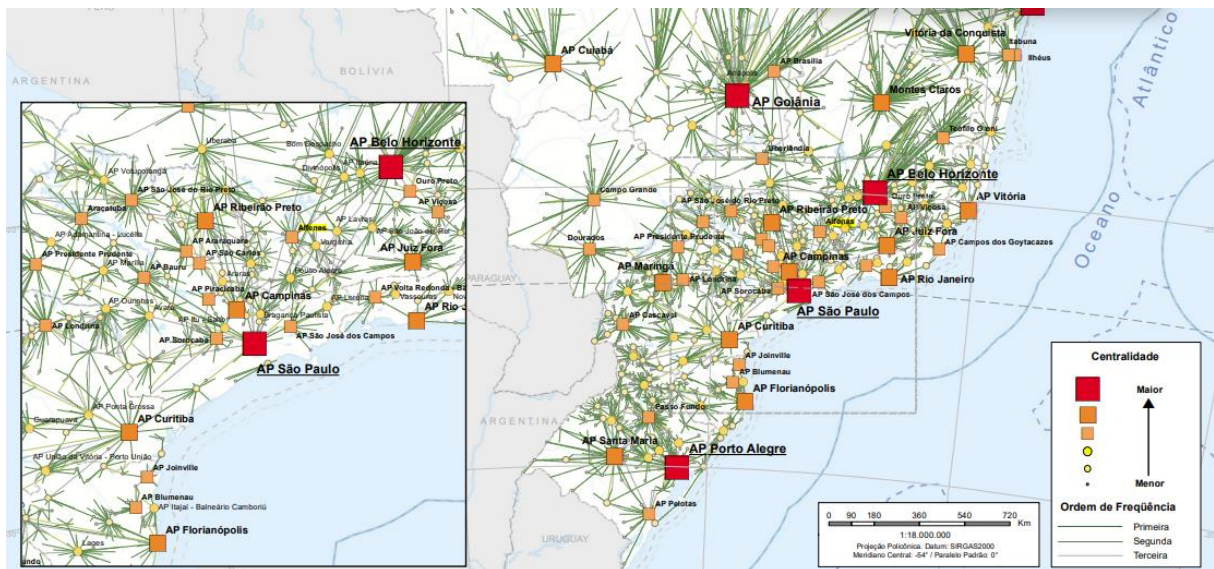
19	Montes Claros (MG)	262 483,3
20	Vitória de Santo Antão (PE)	259 093,9
21	AP São João del Rei/MG	246 153,1
22	Quixadá (CE)	245 426,7
23	Feira de Santana (BA)	239 289,7
24	AP Teresina/PI	236 434,0
25	AP Itaúna/MG	227 185,2
26	Castanhal (PA)	226 731,7
27	AP Aracaju/SE	220 526,5
28	Anápolis (GO)	213 860,4
29	AP Araraquara/SP	213 504,2
30	AP Itu - Salto/SP	207 946,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2018.

Na Figura 2, é possível verificar a inter-relação presente na cidade de Alfenas, que hora polariza, hora é polarizada por outros centros maiores apresentando assim a influência das cidades.

Figura 02 – Recorte do mapa REGIC sobre deslocamentos para cursos superiores no Brasil.

Figura 02 – Recorte do mapa REGIC sobre deslocamentos para cursos superiores no Brasil.



Fonte: IBGE (REGIC, 2018). Modificado pelo autor

Segundo Dantas e Clementino (2014, p. 229), com o processo de interiorização do Ensino Superior nas cidades médias a partir da primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), a educação passou a ser vista como uma política social e como política pública fundamental para a construção da democracia e do desenvolvimento.

No caso do município de Alfenas destacamos a UNIFAL-MG, fundada em 1914, como Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (Efoa), sendo reconhecida pela Lei Estadual nº 657, de 11 de setembro de 1915 e federalizada em 1960. Já em 2001, a Instituição passou a ser Centro Universitário Federal (Efoa/Ceufe), oferecendo novos cursos para a sociedade e, por fim, em 2005 foi transformada em Universidade Federal de Alfenas. Dessa forma, através do programa Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) ampliou sua importância para o desenvolvimento local e regional com a criação e expansão de diversos cursos, nos campus sede e Santa Clara em Alfenas (Graduações: Pedagogia, Letras, Física, Nutrição, Matemática, Química, Medicina, História, Geografia, Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Fisioterapia, Biomedicina, Ciência da computação), e os cursos dos campus de Varginha (Graduações: Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia, Administração Pública, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria) e Poços de

Caldas (Graduação – Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Engenharia Ambiental, Engenharia de Minas e Engenharia Química), totalizando 23 novas graduações.

A Unifenas, outro polo educacional, também contribui para a formação e para o desenvolvimento do município e região. Destacamos que esta é uma universidade privada, fundada em 1972. É importante destacar que essas duas universidades oferecem cursos de formação inicial e continuada de professores. Consequentemente, são as instituições que mais formam profissionais para o exercício do magistério no município e região.

A UNIFAL-MG conta com os cursos de formação inicial em Pedagogia (Presencial), Letras, História, Geografia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Física, Química e Matemática. Na formação continuada *lato sensu* nas modalidades a distância oferece os cursos de Especialização em Educação para a Sustentabilidade, Gestão Pública Municipal, Ensino de Sociologia e Projeto de Vida. Na formação continuada *stricto sensu*, na área educacional, possui o curso de Educação (mestrado acadêmico), Ensino de Física (mestrado profissional), Física (mestrado acadêmico), Geografia (mestrado acadêmico), História Ibérica (mestrado profissional), Matemática (mestrado profissional), Química (mestrado/doutorado acadêmico).

Já a Unifenas oferece na modalidade de formação inicial os cursos de Educação Física e Pedagogia de forma presencial e na modalidade a distância os cursos de Pedagogia, e licenciaturas em Letras, Física, História, Artes Visuais, Filosofia, Matemática, Biologia, Geografia, Sociologia, Educação Especial e Educação Física. Na formação continuada na modalidade *lato sensu*, a Unifenas oferece curso de Educação: Gestão, Inspeção, Supervisão e Orientação Escolar. Não é oferecido nenhum curso na área educacional *stricto sensu*.

Em relação à localização das universidades, a Unifenas possui seu campus em uma área periférica ao sul da cidade, ficando ao lado do trevo com entroncamento das rodovias MG179, BR491 e MG369. Em seu entorno há diversos estabelecimentos de prestação de serviços, muitos deles ligados a empresas do setor agrário, concessionárias, lojas de autopeças, entre outros.

A UNIFAL-MG possui um campus que é a Sede e uma Unidade Educacional. O primeiro campus é localizado na área central da cidade, com ocupação predominantemente residencial, entretanto, possui comércios, distribuidora de bebida, academia, comércios, posto de combustível, supermercado e escolas próximas às

suas intermediações. A outra Unidade Educacional da UNIFAL-MG fica localizada na região periférica oeste da cidade, e é denominada campus Santa Clara. Em seu entorno prevalece o uso residencial, entretanto, desde sua implantação, seu entorno vem transformando, uma vez que, no decorrer da avenida Jovino Fernandes Sales, que dá acesso à universidade, está ocorrendo a abertura de diversos comércios e serviços. Sua localização também possui vias de acesso para as rodovias BR491 e MG369.

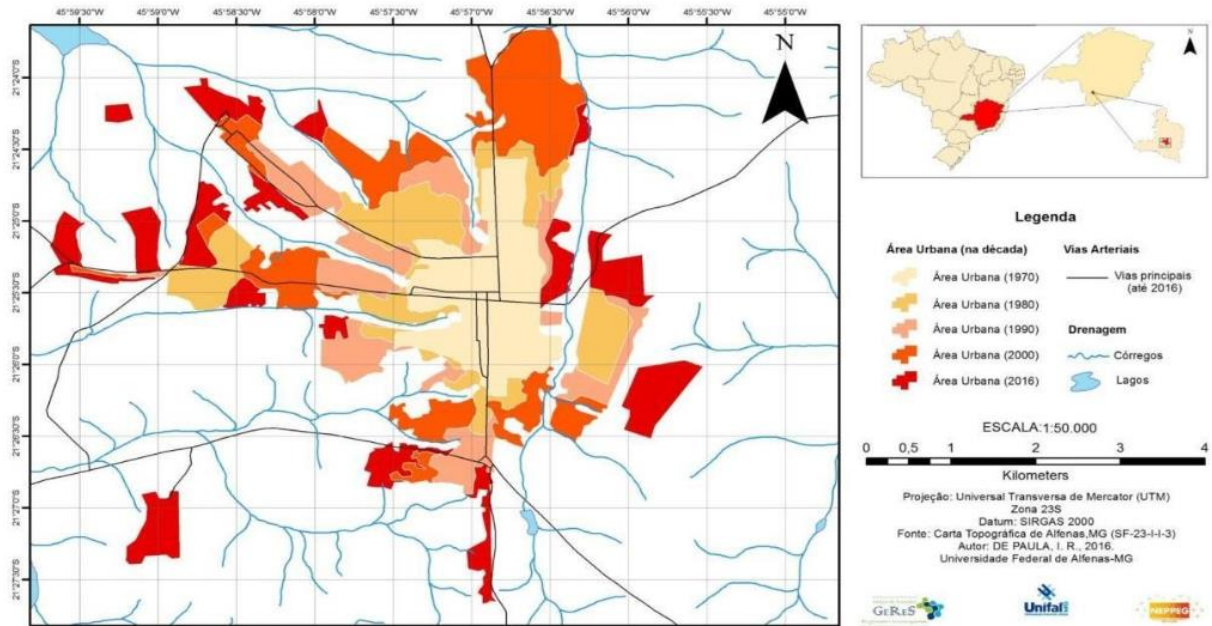
Em estudos para entender a Área de Influência Econômica Direta (AIED) do Campus Central da UNIFAL-MG, Figueiredo, Andrade e Alves (2022, p. 206) afirmam que,

Existem diversas consequências ocasionadas pela instalação de uma universidade, sendo perceptíveis no caso específico da UNIFAL-MG na cidade de Alfenas, o desenvolvimento dos setores comerciais e de prestações de serviços, e os benefícios sociais à comunidade. Todavia, ao mesmo tempo, estas dinâmicas socioespaciais também são marcadas pela especulação imobiliária, e por uma significativa sazonalidade decorrente dos calendários universitários, e a conseqüente maior ou menor presença de pessoas (consumidores). Toda essa dinâmica econômica altera a paisagem e as relações socioespaciais da AIED da UNIFAL-MG, e mesmo da cidade de Alfenas, tornando o espaço um lugar produtivo e em constante movimento de ações sociais (FIGUEIREDO; ANDRADE; ALVES, 2022, p. 206).

Na figura 3, é possível verificar o processo de expansão urbana de Alfenas a partir dos anos de 1970.

Figura 3 – Mapa da Expansão Urbana de Alfenas-MG

Figura 3 – Mapa da Expansão Urbana de Alfenas-MG



Fonte: BRANQUINHO, SILVA, (2021)

O município e região ainda carecem de estudos na área educacional, principalmente no que tange à educação básica da rede pública municipal para melhor compreender a dinâmica presente no município.

5 SISTEMA EDUCACIONAL MUNICIPAL DE ALFENAS

De acordo com o artigo 18 da LDB 9394/96, fazem parte do sistema municipal de educação as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal e as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada. Nesta pesquisa vamos focar nas instituições mantidas pelo poder público municipal.

O sistema educacional municipal de Alfenas possui uma rede com escolas e centros de educação infantil em diversos pontos do município, sendo esses localizados na zona urbana e na zona rural.

Destacamos no Quadro 4 os estabelecimentos educacionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação:

Quadro 5 – Relação de estabelecimentos educacionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação (Continua)

Nome da Instituição	Endereço	Seguimento Educacional	Localização
E.M. Antônio Joaquim Vieira (Polivalente)	Praça Melvin Jones, 64 – B. Centro	Escola de ensino fundamental II	Urbano
E.M. Tancredo Neves	Rua José Martins de Azevedo, 110 – Jd. América	Escola de ensino fundamental I	Urbano
E.M. Dr. João Januário de Magalhães (Caic)	Rua Alameda dos Ipês, 230 – Jd. Eunice	Escola de ensino fundamental I	Urbano
E.M. Tereza Paulino da Costa	Av. Dr. João Januário Magalhães, 312 – Pinheirinho	Escola de ensino fundamental I	Urbano
E.M. Orlando Paulino da Costa	Rodovia Alfenas – Areado, KM 14, BR 491	Escola de ensino fundamental II	Rural
E.M. Fausto Monteiro	Rua Segundo Savian, 170 – Gaspar Lopes	Escola de ensino fundamental I	Rural
E.M. Nicolau Coutinho	Bairro Rural dos Bárbaras	Escola de ensino fundamental I	Rural
E.M. Abraão Adolpho Engel (Barranco Alto)	Bairro Rural do Barranco Alto	Escola de ensino fundamental I	Rural
E.M. Arlindo Silveira	Bairro Mandassaia	Escola de ensino fundamental I	Rural
EMEI Prof. José Eduardo do Prado (Raios de Sol)	Travessa Afonso Pena, 36 – Aparecida	Educação Infantil	Urbano

Quadro 5 – Relação de estabelecimentos educacionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação (Conclusão)

EMEI Prof. Verenice da Silva Csizmar Lago Azul	Av. Dr. Lincoln Westin da Silveira, 972 – Centro	Educação Infantil	Urbano
EMEI Bem Querere	Rua Paulino Souza, 11 B. Vista Grande	Educação Infantil	Urbano
EMEI Isolina Barbosa Elias (Os Canarinhos)	Rua Vereador José Ernesto, 167 – Jd. Aeroporto	Educação Infantil	Urbano
CEMEI Maria Conceição Carvalho (Dona Zinica)	Rua Carlos D. de Andrade, 197 – Jd. São Carlos	Educação Infantil	Urbano
CEMEI Prof. José Vieira Rodrigues (Prof. Leco)	Rua Josefina Salles Rey, 05 – Pinheirinho	Educação Infantil	Urbano
CEMEI Professora Zita Enngel Ayer Catavento	Rua Alameda dos Ipês, S/N – Jd. Eunice	Educação Infantil	Urbano
CEMEI Gota de Amor (Santos Reis)	Praça Santos Reis, 05 – Santos Reis	Educação Infantil	Urbano
CEMEI Alegria – Alvimar Dias Silva (Pretinho)	Ribeirão Preto, 165 – Jardim Alto da Boa Vista	Educação Infantil	Urbano
CEMEI Bem-te-vi (Santa Luzia)	Rua Lima Barreto, 680 – Jd. São Carlos	Educação Infantil	Urbano
CEMEI Dulce Martins (São Paulo – Borboleta)	Rua Pântano, 200 – Jd. São Paulo	Educação Infantil	Urbano
CEMEI Dona Vanja (Beija Flor)	Rua Paulo Marques de Carvalho, 355 – Campos Elísios	Educação Infantil	Urbano
CEMEI Professora Lucinda Tamburini de Souza (Ipê Amarelo)	Rua Adolpho Engel, 625 – Jd. Elite	Educação Infantil	Urbano
CEMEI São João da Escócia (João de Barro)	Rua Renato Rodrigues, 53 – Vila Betânia	Educação Infantil	Urbano
CEMEI Prof. Pedro Paulo Csizmar de Oliveira	Av. Jovino Fernandes Salles, 2900 – Santa Clara	Educação Infantil	Urbano
CEMEI Amália Leite Corrêa	Rua Urais José Rodrigues, 126 – Gaspar Lopes	Educação Infantil	Rural
GRAAL- Grupo de Assistência e Alfabetização (Ararinha Azul)	Rua Maranhão, 35 – Santa Luzia	Educação Infantil	Urbano
CEMEI Prof. Marisa de Figueiredo Miranda (Pedra Branca)	Rua 3, 350 - Jd. Eunice	Educação Infantil	Urbano

Fonte: Site da Secretaria Municipal de Educação de Alfenas (2022). Organizado pelo autor.

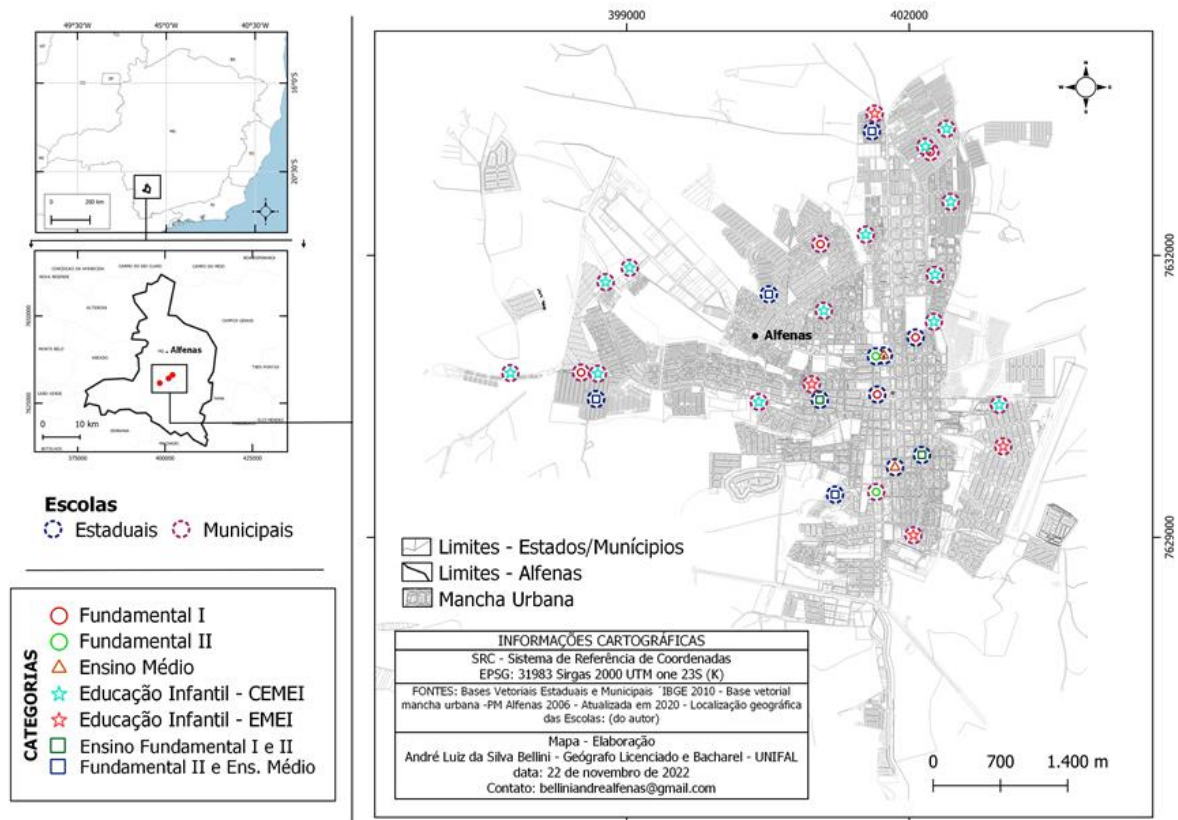
Tendo como referência os dados apresentados, acrescentamos que atualmente o município possui 37 estabelecimentos educacionais públicos de ensino, dos quais 11 são do âmbito estadual (atendendo o nível do ensino fundamental anos iniciais, finais e ensino médio) e 26 do âmbito municipal, que atende o nível da educação infantil, fundamental anos iniciais e finais. Uma característica presente no município é que os alunos dos anos finais são atendidos pelo município e pela rede estadual. Também existem 10 escolas particulares que atendem alunos na Educação Básica.

Quadro 6 – Relação de estabelecimentos educacionais estaduais de Alfenas-MG em 2023

Nome da Instituição	Endereço	Seguimento Educacional	Localização
EE Coronel José Bento	Praça: Dr. Fausto Monteiro, 435 - Centro CEP.: 37.130-031	Ensino Fundamental I	Urbano
EE Dirce Moura Leite	Rua: Treze de Maio, 350 – Centro CEP.: 37.130-135	Ensino Fundamental I e II	Urbano
EE Dr. Arlindo Silveira Filho	Praça: Dr. Augusto Valadão, 550 - Parque das Nações CEP.: 37.130-227	Ensino Fundamental I	Urbano
EE Dr. Emílio Silveira	Rua: Duque de Caxias, 1359 - Bosque dos Ipês CEP.: 37.130-089	Ensino Médio	Urbano
EE Dr. Napoleão Salles	Rua: Thiago Barbosa Paes, 152 - Vista Grande CEP.: 37.130-280	Ensino Fundamental II e Ensino Médio	Urbano
EE Judith Vianna	Rua: Gabriel Monteiro da Silva, 711 - Centro CEP.: 37.130-001	Ensino Médio	Urbano
EE Padre José Grimminck	Rua: Josefina Sales Rey, 205 - Pinheirinho CEP.: 37.133-794	Ensino Fundamental II e Ensino Médio	Urbano
EE Prefeito Ismael Brasil Corrêa	Rua: Salomão Barroso, 704 - Vista Alegre CEP.: 37.132-040	Ensino Fundamental II e Ensino Médio	Urbano
EE Prof. Levindo Lambert	Rua: Nicolau Coutinho, 56 - Centro CEP.: 37.130-007	Ensino Fundamental II	Urbano
EE Professor Viana	Rua: Padre Cornélio Hans, 1726 - Aparecida	Ensino Fundamental I e II	Urbano
EE Samuel Engel	Rua: São Sebastião do Paraíso, 45 - Res. Oliveira CEP.: 37.136-050	Ensino Fundamental II e Ensino Médio	Urbano

Fonte: Site da Superintendência Regional de Ensino em Varginha (2022). Organizado pelo autor.

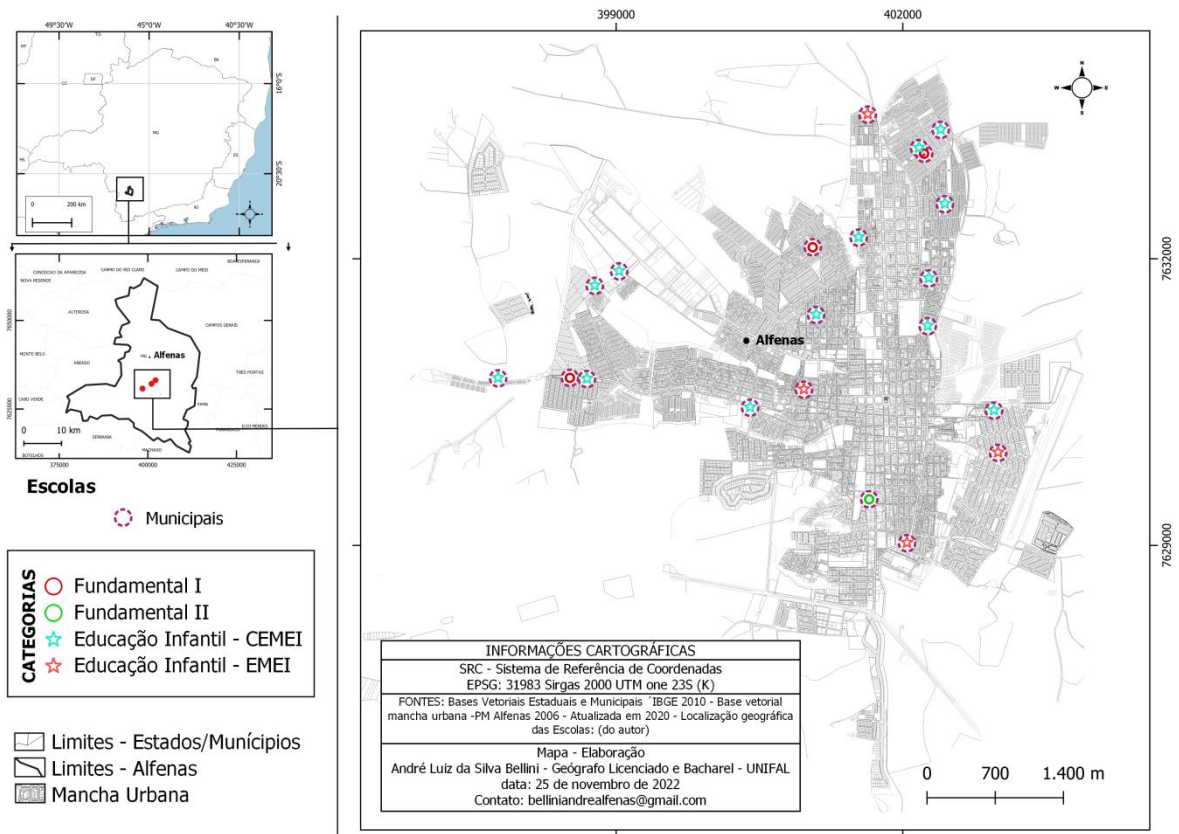
Figura 4 – Mapa das Escolas Estaduais e Municipais da área urbana de Alfenas



Fonte: IBGE. Elaborado por André Luiz da Silva Bellini (2022)

Na figura 4, é possível verificar a localização das escolas urbanas municipais e estaduais presentes na cidade de Alfenas. Nem todos os bairros possuem escolas. Verificamos que, quando se somam as escolas da rede municipal e rede estadual, há uma cobertura em todos os seguimentos da educação básica. Entretanto, é possível notar algumas singularidades. Se observarmos atentamente, podemos perceber um grande número de instituições de educação infantil (17) mantidas pela rede municipal e somente três escolas de ensino fundamental anos iniciais e duas com ensino fundamental anos finais mantidas pelo município. Verificamos também a existência 11 escolas mantidas pela rede estadual de ensino. Mesmo assim, é possível verificar alguns espaços vazios em algumas áreas, como no sul, sudeste e sudoeste da cidade. Será que nessas áreas não existem crianças em idade de frequentar a escola ou elas necessitam se deslocar para outras áreas mais distantes? Seria algo que necessitaria ser pesquisado mais profundamente, em uma pesquisa específica.

Figura 5 – Mapa Escolas Municipais da área urbana de Alfenas



Fonte: IBGE, Elaborado por André Luiz da Silva Bellini (2022)

Ao analisar o mapa da figura 5, que contém somente os estabelecimentos educacionais municipais, é possível verificar que alguns espaços não possuem escolas municipais, fato que obriga muitos estudantes a se deslocar do seu bairro para conseguir estudar se optarem por estudar na rede municipal de ensino, gerando assim um obstáculo para permanência e frequência nos estudos.

No quadro 4 é possível verificar a relação de estabelecimentos educacionais do município de Alfenas, porém, somente iremos pesquisar as três escolas municipais do ensino fundamental dos anos iniciais (Escola Municipal Tereza Paulino da Costa, Escola Municipal Dr. João Januário Magalhaes e a Escola Municipal Tancredo Neves).

A Escola Municipal Tereza Paulino da Costa encontra-se localizada no bairro Pinheirinho, que é predominantemente residencial. A sua origem remete a um projeto de habitação popular. Essa escola fica localizada numa região periférica, a oeste da cidade, próxima à UNIFAL-MG, Unidade Educacional Santa Clara. Conforme já mencionado com a implantação da universidade, o bairro e seu entorno tem vivenciado alterações no seu uso, já que tem aumentado o número de

estabelecimento comerciais, principalmente ao longo da Avenida Jovino Fernandes Sales. Todavia salientamos que, em sua proximidade, já havia alguns estabelecimentos como supermercado, farmácia, bares, açougues, padaria e posto de saúde, mas a mudança no uso do solo tem se intensificado.

Figura 6 – Fachada da Escola Municipal Tereza Paulino da Costa



Fonte: Próprio Autor (2023)

A Escola Municipal Tancredo Neves está localizada numa área mais central no bairro jardim América. Nesse bairro prevalece o uso residencial. Nas proximidades podemos encontrar supermercado, Serviço Social da Indústria (SESI), Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), entre outros comércios.

Figura 7 – Fachada da Escola Municipal Tancredo Neves



Fonte: Próprio Autor (2023)

Já a Escola Municipal Dr. João Januário Magalhães (CAIC) está localizada ao norte da cidade de Alfenas, no bairro periférico denominado Jardim Eunice. O bairro é predominantemente residencial, possuindo alguns poucos comércios concentrados na Avenida Governador Valadares e Rua Benjamin Constant, que estão próximas à escola.

Figura 8 – Fachada da Escola Municipal Dr. João Januário Magalhaes (CAIC)

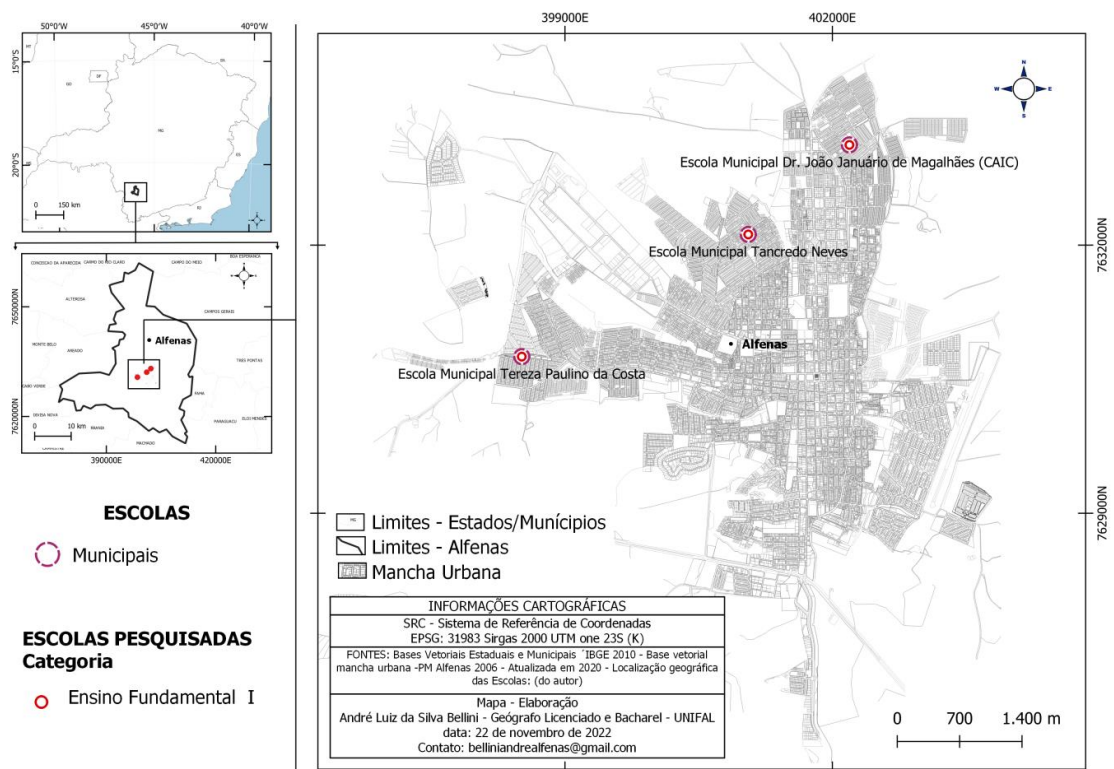


Fonte: Prefeitura Municipal de Alfenas (2022)

A distância linear entre as escolas é relativamente pequena. Entre a Escola João Dr. Januário Magalhães e a Escola Tancredo Neves há uma distância de 1,5 Km. Entre a escola Tereza Paulino da Costa e a Escola Tancredo Neves há uma distância de 2,9 Km. E entre a escola Tereza Paulino da Costa e a escola Dr. João Januário Magalhães há uma distância de 4,5 Km. Essas pequenas distâncias evidenciam que poderia haver diversas trocas de saberes e parcerias entre as escolas, já que também são poucas unidades. Essas particularidades de um sistema municipal de educação de uma cidade média como Alfenas poderiam potencializar a formação continuada pautada em trocas coletivas, que possibilitaria a elaboração de um projeto de educação transformadora.

Outro fator a ser levado em consideração é o atendimento aos alunos das outras áreas da cidade. No sul, leste e área central da cidade não existem escolas municipais para o seguimento dos anos iniciais do ensino fundamental, entretanto existem escola estadual para atender esse seguimento na área central.

Figura 9 – Mapa das três escolas pesquisadas



Segundo dados disponíveis no site do IBGE (2010), o município tinha em 2010 uma taxa de escolarização de 97,8% para alunos entre 6 a 14 anos. Já em 2020, o IBGE aponta que o número de matrículas nas escolas públicas (estaduais e municipais) e privadas foi de 3.532 na educação infantil, 9.254 no ensino fundamental e 2.721 no ensino médio, enquanto o número de docentes atuando nestes estabelecimentos era de 276 na educação infantil, 518 no ensino fundamental e 220 no ensino médio (IBGE, 2022).

Destacamos ainda que o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que possui uma escala que vai de 0 a 10 e tem como objetivo medir o aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino, apresentou nota de 6,5 para anos iniciais do ensino fundamental na rede pública, em 2019, e para os anos finais do ensino fundamental nota de 4,6. Já no ensino médio oferecido pela rede pública estadual a nota foi de 4,3.

É necessário ressaltar que o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) não consegue representar a complexidade da realidade da educação, pois é um índice criado para atender padrões internacionais e que, muitas vezes, acaba interferindo de forma negativa no sistema educacional, uma vez que os diversos sistemas educacionais hoje se preparam para conseguir alcançar a meta e não para buscar uma educação transformadora. É importante ainda afirmar que o IDEB é um índice nacional que não considera as particularidades de cidades médias e pequenas.

O IDEB atua como um importante fomentador de formação continuada, pois o sistema municipal de educação pressiona os professores para que cumpram o currículo prescrito e que preparem seus alunos para fazer as provas do SAEB. Outro ponto do IDEB é que também mascara a precarização da educação, por exemplo, dificultando a reprovação, pois este dado também é considerado no cálculo do IDEB, então, apesar de ser um índice nacional sua influência local é muito forte.

No artigo 50, inciso quinto da Lei Municipal nº 4231, de 3 de dezembro de 2010, especificamente no que aborda a progressão. Entre os critérios para ter direito a progressão é necessário atingir uma determinada porcentagem do IDEB, como pode ser verificado no trecho a seguir:

V – crescimento em 10% acima das metas do IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica) projetadas para o município pelo ministério da educação, a cada dois anos.

Ou seja, a forma como o IDEB é utilizado afeta diretamente o trabalho do professor, seu processo de criação e sua valorização profissional, já nesse contexto o profissional preocupa principalmente em conseguir alcançar a meta, em vez de desenvolver uma educação transformadora.

5.1 OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE ATUAM NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ALFENAS

Para melhor compreender a formação continuada em Alfenas, faz-se necessário entender como ocorre o processo de valorização do professor e como isso contribui para que este desenvolva uma consciência de classe e que essa seja a motivação para sua formação.

A carreira de professor no município de Alfenas segue o plano de cargos e salário e está dividida em três categorias, identificadas pelas siglas: P1, P2 e P3.

A carreira de P1 são os professores que atuam na educação infantil e ensino fundamental dos anos iniciais (1º ano ao 5º ano), com carga horária de 24 horas semanais, destacando que nessa etapa do ensino a lei permite a atuação de professores com formação em ensino superior (Pedagogia) ou de nível médio (Magistério); a carreira de P2 são os professores que atuam nas disciplinas específicas (português, matemática, ciências, geografia, história etc.) no ensino fundamental anos finais (6º ano ao 9º ano); e a carreira de P3 são professores que atuam na etapa do ensino fundamental anos iniciais com carga horária de 44 horas semanais.

Para exemplificar como a carreira docente é compreendida em Alfenas, faz-se importante analisar o último concurso realizado pela prefeitura municipal, que foi regido pelo Edital de Concurso Público n.º 01/2016, que previa o preenchimento de diversos cargos vagos. Especificamente no âmbito educacional, foram disponibilizadas diversas vagas. Ressalta-se que posteriormente foi convocado e efetivado um número acima do previsto inicialmente no edital, mostrando um déficit de profissionais atuando como efetivos.

Para os cargos de Coordenador de Programa – Pedagogo (1 vaga no edital), 21 pessoas foram aprovadas no certame e foi efetivada a primeira pessoa que constava no edital. Para esse cargo era exigido como requisito específico possuir ensino superior completo com licenciatura plena em Pedagogia.

Para os cargos de Professor de Carreira (232 vagas no edital), 789 pessoas foram aprovadas no certame e foram chamados para ser efetivados até a classificação de número 680, isso porque diversas pessoas por algum motivo não tomaram posse. Para tal situação é possível levantar como hipótese que esses profissionais não veem atrativos na carreira municipal ou já estavam empregados em outras redes ou no setor privado. Como pré-requisitos para concorrer a esse cargo, era Ensino médio completo na modalidade magistério, com habilitação nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil de 0 a 5 anos.

Supervisor Pedagógico (10 no edital) – 64 pessoas foram aprovadas no certame, e foram chamadas para ser efetivadas todas as que constavam na lista de aprovados, contudo, também houve pessoas que, por algum motivo, não tomaram posse. Para esse cargo, o requisito específico era ensino superior completo com licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação para supervisão pedagógica ou ensino superior completo na modalidade licenciatura plena, acrescido de pós-graduação na área de supervisão ou gestão escolar.

Auxiliar de Desenvolvimento Humano (34 vagas no edital) – 623 pessoas foram aprovadas no certame e foram chamadas para serem efetivadas, seguindo a classificação até o número 350, entretanto, mais uma vez diversas pessoas por algum motivo não tomaram posse, desistindo do cargo em que foram aprovadas. Para esse cargo, o requisito específico era possuir o ensino fundamental completo.

Ao analisar os requisitos para concorrer ao cargo de professor, constatamos que o concurso iguala os professores com magistério em nível médio àqueles com superior em Pedagogia, desvalorizando assim a titulação e toda a luta por uma formação inicial mais consolidada para os professores. Também questionamos o que leva uma gestão municipal de uma cidade que possui duas universidades (uma pública e uma privada), com oferta de curso de pedagogia presencial, não valorizar as pessoas com essa formação superior. Talvez a questão financeira relacionada aos salários, como analisaremos adiante.

De acordo com a LDB,

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:
I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos (BRASIL, 1996).

A prefeitura de Alfenas atende à LDB quando faz o concurso e efetiva os concursados aprovados. No entanto, é importante destacar que periodicamente há processo seletivo para professores para compor seu quadro de funcionários, principalmente para o ensino fundamental anos finais, mas há vários anos não há concurso para esse segmento. Não iremos aprofundar nesse seguimento, pois nossa pesquisa focou nos anos iniciais.

No que se refere às atribuições aos cargos o edital de Concurso Público n.º 01/2016 da prefeitura municipal de Alfenas temos:

a) Professor - Carreira I – Tabela A / Professor Carreira IA: Planejar e ministrar aulas e outras atribuições inerentes ao cargo. Anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil de zero a cinco anos ou professor orientador de biblioteca.

b) Especialista de Educação – Carreira IV / Supervisor Pedagógico: Conduzir, conforme decisão coletiva, a elaboração, a implementação e a avaliação do Projeto Pedagógico da Escola; apoiar o trabalho docente. Outras atribuições inerentes ao cargo. Especialista de Educação.

c) Auxiliar de Desenvolvimento Humano I / Auxiliar de Desenvolvimento Humano: Destina-se a cuidar da higienização, alimentação e atividades lúdico-pedagógicas, bem como da segurança física das crianças sob sua responsabilidade; participar de ações de integração com a comunidade e de capacitação específica. Outras atribuições inerentes ao cargo, com acompanhamento do professor regente. Esses profissionais educadores, mesmo participando ativamente do processo educativo, não têm exigência de uma formação educacional específica. Somente é exigido o ensino fundamental II, por isso não podem ser responsáveis pelos alunos.

d) Agente Técnico de Nível Superior I / Coordenador de Programa (Pedagogo): destina-se ao desempenho das funções de pedagogo.

Também é interessante analisar a baixa exigência que permeia a carreira de Auxiliar de Desenvolvimento Humano, que corresponde ao profissional presente nas instituições de ensino principalmente na educação infantil, na qual o requisito é somente possuir o ensino fundamental, não fazendo nenhuma menção a algum curso na área educacional, mesmo que indique que as funções desenvolvidas serão realizadas em um ambiente educacional. Esse perfil profissional justifica uma remuneração menor, uma vez que num sistema capitalista o nível de estudos muitas vezes determina a remuneração. Por exemplo, quem possui maiores níveis de escolarização ocupa cargos com remunerações melhores. No caso de Alfenas, se

solicitasse pessoas para trabalhar como ADH e exigissem graduação ou magistério, provavelmente teriam que rever os salários desses profissionais, aumentando-os.

No caso do Pedagogo, sua função fica em aberto, uma vez que uma pessoa formada em Pedagogia pode atuar em diferentes frentes, como na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e Médio (na modalidade normal), além de cursos de educação profissional (na área de serviços e apoio escolar), bem como para atuar em atividades relacionadas à gestão educacional.

5.2 PLANO DE CARREIRA DOS PROFESSORES DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALFENAS

Uma das formas de valorização dos profissionais da educação e, talvez, a mais importante, é a existência de um plano de carreira, em que os profissionais tenham garantida e assegurada uma remuneração adequada e condizente com as leis.

O direito a condições dignas de trabalho, com uma remuneração de acordo com a evolução e experiência que se adquire no decorrer do desenvolvimento do trabalho e as qualificações obtidas no decorrer do tempo, consta na própria Constituição Federal em seu artigo 206. Outra lei que aborda a questão sobre o plano de carreira ligado aos profissionais da educação está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, em seu artigo 67: “IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho” (BRASIL, 1996). Esses dois marcos legais no âmbito educacional já tinham previsto, ou melhor, asseguravam o direito dos profissionais da educação a terem um plano de cargos e carreiras.

O município de Alfenas conta com uma lei que aborda especificamente o plano de carreira e cargos: a Lei Municipal que mencionamos é a nº4231, de 6 dezembro de 2010.

Ao analisar essa Lei, diversas questões merecem atenção especial. De acordo com a tabela dos valores salariais dos servidores do município de Alfenas, existem duas formas de progredir na carreira municipal. Uma por tempo de serviços prestados (Progressão), em que é acrescido um percentual de 2% a cada dois anos, começando na letra A e indo até a letra O, ou seja, são 15 progressões ao longo de 30 anos. Todavia o servidor precisa atender alguns requisitos, como podemos observar no trecho da Lei abaixo:

O artigo 29 da Lei Municipal 4246, de 6 de janeiro de 2011, estabelece alguns

critérios para o servidor ter direito a Progressão.

Art. 29. Para fazer *Jus* à progressão, o servidor deverá cumulativamente:

I – ter cumprido o estágio probatório;

II – ter cumprido mínimo de 02 (dois) anos de efetivo exercício no padrão em que estiver posicionado, incluído o estágio probatório;

III – ter obtido, pelo menos, 70% (setenta por cento) do total de pontos obtidos nas avaliações referentes aos últimos dois anos, apurados pela Comissão de Desenvolvimento Funcional a que se refere esta Lei, e de acordo com as normas previstas em regulamento específico;

IV – não ter sofrido, durante o período aquisitivo, penalidade de suspensão, decorrente de sindicância ou processo administrativo disciplinar. (ALFENAS, 2011)

Ou seja, o sistema de progressão municipal permite aos profissionais da educação não desenvolverem nenhuma atividade de formação continuada e, mesmo assim, ter ao longo da carreira 30% de aumento salarial, o que não estimula os profissionais a fazerem a formação continuada.

A outra forma de ascensão na carreira é passar de um nível para outro por meio da comprovação de estudos (formação continuada). É denominada de Promoção, com o acréscimo de 20% a cada certificado apresentado (graduação, especialização, mestrado). Como são admitidos professores com formação de nível médio, estes são os mais beneficiados com esse formato de promoção.

Quadro 7 – Esquema das progressões/promoções dos servidores da carreira A Prof. Anos Iniciais, biblioteca e infantil nível médio/magistério, 24h, no município de Alfenas em 09/02/2022 (Continua)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
		In.	3a	5a	7a	9a	11a	13a	15a	17a	19a	21a	23a	25a	27a	29a
Nível 1 Não Graduado	EDM1 1	20% ↓		2%⇒												
Nível 2 Graduado	EDM2															

¹ Os códigos presentes na tabela são utilizados para controle interno na administração. No caso do quadro superior EDM significa Educação Municipal e o Número corresponde ao nível de promoção que o servidor se enquadra.

Quadro 7 – Esquema das progressões/promoções dos servidores da carreira A Prof. Anos Iniciais, biblioteca e infantil nível médio/magistério, 24h, no município de Alfenas em 09/02/2022 (Conclusão)

Nível 3 Pós Graduado	EDM3																
Nível 4 Mestrado	EDM4																

Fonte: ALFENAS (2010).

Percebemos então que os professores com magistério ou pedagogia aguardam o término do estágio probatório e protocolam seus certificados. Uma característica singular é que a promoção de carreira cessa no nível de mestrado, como podemos verificar no Quadro 5, pois o primeiro certificado válido que os profissionais apresentam é o de graduação em pedagogia, independente de esses terem formação em magistério ou pedagogia, após três anos de estágio probatório eles protocolam o diploma de pedagogia. Ficam três anos com seu diploma desvalorizado esperando a progressão, quando a LDB indica a prioridade de professores com formação superior na educação básica.

Quadro 8 – Esquema das progressões/promoções dos servidores da carreira III, Prof. Anos Iniciais e Infantil, Nível superior/pedagogia, 44h, no município de Alfenas em 09/02/2022

		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	
		In.	3a	5a	7a	9a	11a	13a	15a	17a	19a	21a	23a	25a	27a	29a	
Nível 1 Lic.	EDM13	20% ↓	2% ⇒														
Nível 2 Pós Graduado	EDM14																
Nível 3 Mestrado	EDM15																
Nível 4 Doutorado	EDM16																

Fonte: ALFENAS, 2010.

Destacamos que na situação hipotética de o servidor possuir mais de uma licenciatura ou duas especializações ele não pode protocolar ambas e sim somente uma, o que desestimula uma formação, principalmente em um sistema de ensino que valoriza somente a graduação e a pós-graduação como formação continuada. Além disso, estes profissionais, mesmo com o diploma de ensino superior, passam três anos ganhando como formados em ensino médio (magistério).

Quadro 9 – Esquema das progressões/promoções dos servidores da carreira II, Prof. Anos Finais, 6° ao 9° ano. Nível superior/licenciatura, 24h, no município de Alfenas em 09/02/2022

		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O			
		In.	3a	5a	7a	9a	11a	13a	15a	17a	19a	21a	23a	25a	27a	29a			
Nível 1 Lic. Plena	EDM9	20% ↓				2%⇒													
Nível 2 Pós Graduado	EDM10																		
Nível 3 Mestrado	EDM11																		
Nível 4 Doutorado	EDM12																		

Fonte: ALFENAS (2010).

Quadro 10 – Esquema das progressões/promoções dos servidores da carreira IV, Especialista de educação. Nível superior/pedagogia, 24h, no município de Alfenas em 09/02/2022 (Continua)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
		In.	3a	5a	7a	9a	11a	13a	15a	17a	19a	21a	23a	25a	27a	29a
Nível 1 Lic.	EDM17	20% ↓				2%⇒										
Nível 2 Pós Graduado	EDM18															

Fonte: ALFENAS (2010).

Quadro 10 – Esquema das progressões/promoções dos servidores da carreira IV, Especialista de educação. Nível superior/pedagogia, 24h, no município de Alfenas em 09/02/2022 (Conclusão)

Nível 3 Mestrado	EDM19																
Nível 4 Doutorado	EDM20																

Fonte: ALFENAS (2010).

O sistema de ensino municipal de Alfenas valoriza somente especialização, mestrado e doutorado como forma de promoção, outros certificados não são considerados para fins de progressão na carreira, o que não estimula os professores a participar dos cursos e programas oferecidos nas universidades.

No Plano Decenal de Educação (2015-2025) do município, na Meta 13, podemos perceber preocupação com a formação continuada., principalmente relacionada à pós-graduação *stricto sensu*. Diversas estratégias são elencadas, especificamente a 13.1, que apresenta destaque ao incentivo à formação *stricto sensu*.

Meta 13: elevar gradualmente o número de matrículas na pós graduação *stricto sensu*, de mestres e doutores.

Estratégias:

13.1) colaborar com a expansão nos cursos de pós graduação *stricto sensu* por meio de parcerias publico/privadas;

13.2) divulgar a oferta de cursos de pós graduação *stricto sensu*, inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;

13.3) consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós graduação brasileira, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisas;

13.4) promover o intercambio científico e tecnológico, entre unversidades e sociedade, ampliando áreas de estágios em órgãos públicos;

13.5) diagnósticar a demanda local como base do investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo a inovação, bem com incrementar a formação de recursos humanos para inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológicas;

13.6) estimular a pesquisa científica e de inovação que valoriza a diversidade regional e a biodiversidade, bem como a gestão de recursos hídricos e geração de emprego e renda na região (ALFENAS, 2015).

Na prática, não existe estímulo ou auxílio para realizar o mestrado. Quem opta

por realizar uma pós-graduação *stricto sensu* o faz por iniciativa própria. A pessoa que opta por fazer mestrado ou doutorado somente tem a certeza que, ao concluí-los poderá entrar com o pedido de promoção (20%).

Desta meta podemos afirmar que a prefeitura de Alfenas é parceira de vários projetos de extensão das universidades presentes no município, e os professores se envolvem com projetos voltado especificamente para a formação continuada que envolvem a escola a universidade, o que acaba contribuindo para a formação continuada dos sujeitos envolvidos. Mas, normalmente, essas ações são pontuais em algumas escolas que se encontram mais dispostas às parcerias. Assim, é importante relatar que, na pandemia do coronavírus no ano de 2020, a prefeitura, em parceria com a UNIFAL-MG, ofereceu um curso a distância para os profissionais de educação do sistema municipal de ensino, e todos deveriam realizar os cursos. Como a prefeitura não ofereceu ensino remoto, fez uma parceria com a UNIFAL-MG, para que os profissionais da educação fizessem os cursos de forma obrigatória a fim de justificar o pagamentos dos salários, já que estes não estavam ministrando aulas devido o isolamento da pandemia. A universidade recebeu da Secretaria uma lista de temas e, dentro das suas condições, ofereceu o curso em formato de módulos como pode ser verificado no site (<http://educa.alfenas.mg.gov.br/formacao.html>), criado pela Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de divulgar materiais aos alunos e os cursos de formação aos professores e demais profissionais da educação.

Quadro 11 – Esquema das progressões/promoções dos servidores da carreira de Auxiliar de Desenvolvimento Humano (ADH) Nível ensino fundamental, 30h, no município de Alfenas em 09/02/2022 (Continua)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	
		In.	3a	5a	7a	9a	11a	13a	15a	17a	19a	21a	23a	25a	27a	29a	
Nível 1	SDHU			2%↔													
Ens. Fund.	I ²	20% ↓															

² No caso do quadro superior a sigla SDHU significa Serviço de Desenvolvimento Humano e o Número corresponde ao nível de promoção que o servidor se enquadra.

Quadro 11 – Esquema das progressões/promoções dos servidores da carreira de Auxiliar de Desenvolvimento Humano (ADH) Nível ensino fundamental, 30h, no município de Alfenas em 09/02/2022 (Conclusão)

Nível 2 Ens. Med.	SDHU II																		
Nível 3 superior	SDHU III																		
Nível 4 Pós Grad.	SDHU IV																		

Fonte: ALFENAS, (2010).

No caso do Auxiliar de Desenvolvimento Humano (ADH), a promoção considera os certificados de ensino fundamental II e ensino médio, para depois avançar para ensino superior e pós-graduação, conforme podemos verificar no Quadro 6. Caso seja efetivada uma pessoa com ensino médio nesse cargo, ela irá ter que esperar passar o período probatório para poder ter sua promoção.

De acordo com o Decreto Municipal 387, de 17 de março de 2011, os cursos superiores válidos para promoção na carreira são: enfermagem, farmácia, pedagogia, licenciatura, psicologia, nutrição e serviço social. Na criação dos planos e cargos da carreira da educação, foi montada uma comissão que, em comum acordo, entendeu que essas seriam carreiras que auxiliariam o trabalho educacional e, por isso, admitiram somente as mesmas no plano de cargos e carreiras, limitando assim o campo de escolha do servidor.

No Plano Decenal de Educação, na meta 15, novamente nos deparamos com a formação continuada em nível de pós graduação que previa garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em suas áreas de atuação:

Meta 15: formar, em nível de pós graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o ultimo ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

15.1) realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação

continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas e educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e do Município;

15.2) viabilizar políticas públicas com objetivo de atender a política nacional de formação de professores da educação básica, definindo diretrizes, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

15.3) expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura, dicionários e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em libras e em braille, sem prejuízo de outras, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

15.4) criar e desenvolver a utilização de acesso ao portal eletrônico, na vigência deste PME, para subsidiar a atuação dos professores da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares inclusive aqueles com formato acessível;

15.5) manter e ampliar a oferta de estudo para pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica em parceria com instituições públicas e privadas de ensino superior;

15.6) fortalecer a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do plano nacional do livro e leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público. (ALFENAS, 2015).

Apesar de a meta limitar a formação continuada à pós-graduação, nas estratégias, é possível ver uma abertura maior para atividades que possibilitam um processo contínuo da formação do professor, como acesso a materiais didáticos e de um portal eletrônico, mas que, para contribuírem com a formação continuada, precisam estar articulados a ações planejadas e com tempo e espaços destinados para isso.

No período de Pandemia (covid-19), houve a criação de um portal denominado “EducaAlfenas”, no qual foram disponibilizados alguns materiais para os profissionais da educação do município de Alfenas dos segmentos da Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, EJA, Educação Inclusiva, Educação Física e Formação para os Profissionais.

O artigo 67 da LDB afirma que, para garantir a valorização dos profissionais da educação, os sistemas devem promover “II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”. No entanto, os professores do sistema municipal de educação de Alfenas, caso queiram estudar, realizar uma especialização ou pós-graduação, não possuem o direito de afastamento remunerado, podem se afastar, mas sem receber o salário, o que impossibilita ter

condições adequadas para a realização dos estudos em exercício de suas funções.

O cargo de direção e vice-direção é comissionado e, de acordo com o decreto nº 4343, de 21 de novembro de 2011, possui 4 níveis, que estão relacionados ao número de alunos que o estabelecimento atende. De forma que cada nível corresponde a um salário diferente. Ficando desta maneira:

Diretor I. De 51 a 200 alunos e não possui vice-diretor

Diretor II. De 201 a 400 alunos e possui um vice-diretor

Diretor III. De 401 a 800 alunos e possui um vice por turno

Diretor IV. Acima de 801 alunos possui um vice por turno

Os salários dos diretores escolares são os seguintes:

Quadro 12 - Salário da direção e vice direção no município de Alfenas.

Diretor I	R\$ 3.700,00	Dedicação Plena
Diretor II	R\$ 4.700,00	Dedicação Plena
Diretor III	R\$ 5.600,00	Dedicação Plena
Diretor IV	R\$ 6.500,00	Dedicação Plena
Vice Diretor	R\$ 2.900,00	20 horas semanais
Diretor Pedagógico	R\$ 5.600,00	Dedicação Plena

Fonte: ALFENAS (2022). Organizado pelo autor

Outra peculiaridade no plano de cargos e carreira do município de Alfenas é em relação ao seu artigo 26, que prevê ao diretor indicado pelo poder executivo a possibilidade de optar pelo respectivo salário apresentado no quadro acima, ou manter seu salário com o acréscimo de 20%. Dessa forma, o diretor opta pelo que for mais vantajoso para ele.

Em uma cidade média como Alfenas, a função de Diretor ser atribuída por cargo comissionado pode favorecer a manutenção de um clima de tensão nas escolas, pois este, muitas vezes, não tem autonomia para conduzir suas atividades e, não raro, tem receio de sofrer represália e perder o cargo. E muitos professores também se sentem acuados sabendo que a direção tem contato direto com Secretaria e com o Prefeito, o que leva muitos professores a se calar sobre imposições de políticas neoliberais ou de direcionamento hierárquico da Secretaria que às vezes não considera a realidade das escolas.

Quadro 13 – Valores salariais dos professores da educação infantil e fundamental anos iniciais no município de Alfenas em 2022.

		Grau A	Grau B	Grau C	Grau D	Grau E	Grau F	Grau G	Grau H	Grau I	Grau J	Grau K	Grau L	Grau M	Grau N	Grau O		
Nível 1 Não Graduado		1482,12	1511,76	1542,00	1572,84	1604,29	1636,38	1669,11	1702,49	1736,54	1771,27	1806,70	1842,83	1879,69	1917,28	1955,63	24h/s	Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Infantil de 0 a 5 Anos e Professor orientador de Biblioteca
Nível 2 Graduado		1778,54	1814,11	1850,40	1887,41	1925,15	1963,66	2002,93	2042,99	2083,85	2125,52	2168,04	2211,40	2255,62	2300,74	2346,75		
Nível 3 Especialização		2134,25	2176,94	2220,48	2264,89	2310,18	2356,39	2403,52	2451,59	2500,62	2550,63	2601,64	2653,68	2706,75	2760,88	2816,10		
Nível 4 Mestrado		2561,10	2612,33	2664,57	2717,86	2772,22	2827,67	2884,22	2941,90	3000,74	3060,76	3121,97	3184,41	3248,10	3313,06	3379,32		

Fonte: ALFENAS (2021).

O artigo 67 da LDB também coloca o piso salarial profissional como um elemento essencial para a valorização do professor. Desta forma, é importante destacar a questão salarial no município. Com a Emenda Constitucional 95 de congelamento dos gastos públicos, os servidores não tiveram reajustes nos anos de 2020 e 2021. Dessa forma, houve um déficit da remuneração dos servidores, que não acompanhou a oscilação de preços, fazendo com que estes perdessem em parte seu poder de compra nesse período. Entretanto, por meio da Lei Municipal 5.134, de 17 de março de 2022, houve uma recomposição salarial de 12% mais 7% divididos em duas parcelas de 3,5% para os respectivos anos de 2023 e 2024. Cabe ressaltar que essa recomposição salarial não foi exclusiva para as carreiras da educação, e sim para todo o funcionalismo público municipal. No Quadro 11 são apresentados os valores salariais dos servidores no município de Alfenas de acordo com a Lei nº 5.027, de 1 de julho de 2021.

No Quadro 13, podemos verificar a condição de um possível enquadramento funcional de um professor com carga horária de 24 horas semanais que atua na educação infantil e no ensino fundamental anos iniciais no município de Alfenas. Podemos perceber que um professor graduado ou não recebe abaixo do que determina a lei do piso do salário nacional do professor, que seria de 3.845,63 reais para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais. No município de Alfenas um professor recebe já levando em consideração a Lei 5134, de 17 de março de 2022, o valor de R\$1.659,97 para uma jornada de trabalho de 24 horas semanais. Levando em consideração o piso nacional, um professor municipal deveria receber proporcionalmente R\$2.307,37 para 24 horas semanais, uma diferença de R\$642,40.

Em 16 de julho de 2008, via Lei Federal nº 11.738, foi instituído o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Entretanto, é sabido que muitos municípios e estados não pagam tal piso salarial, como acontece no município de Alfenas, mesmo que o artigo 2º inciso 1º estabeleça:

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais

A mesma lei, em seu inciso 3º, indica:

§ 3º Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo

Outro aspecto a ser destacado é em relação a inciso 4º:

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

Tal lei, em seu artigo 5º, garante que o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009.

Destacamos que o piso do magistério em 2022 foi instituído: R\$ 3.845,63 para 40 horas semanais de trabalho. Esse reajuste do piso nacional foi de 33,24% em relação ao ano anterior. Essa correção salarial foi concedida à categoria justamente via Lei nº11.738, de 16 de julho de 2008. Outro fator a ser analisado é que dentro dessa carga horária e valor a receber deve haver as horas destinadas para desenvolvimento de atividades extraclasse, também previsto no artigo 67 da LDB, que diz: “V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho”.

No Quadro 14, podemos observar a diferença salarial no âmbito nacional, estadual e municipal. Percebemos que o salário municipal está abaixo do estabelecido pelo piso nacional. Nota-se que no ano de 2022 houve movimentos de greve e de indicação de greve do estado e no município que reivindicavam o piso salarial dos professores, mesmo havendo leis em nível nacional, estadual e municipal afirmando os direitos desses profissionais receberem o salário previsto em lei.

Quadro 14 – Quadro comparativo entre o piso nacional, estadual e municipal do Magistério proporcional a 24 horas semanais

Ano	Piso Salarial Nacional do Magistério	Salário Estadual	Salário Municipal
2022	R\$ 2.307,37	R\$ 2.135,64	R\$ 1.630,33

Fonte: Portal da transparência (2022) Organizado pelo autor

A Valorização dos profissionais da educação está presente no Plano Decenal

de Educação (2015-2025), na meta 16, e destacamos a questão da valorização dos profissionais da educação em relação a equiparação aos redimento desses profissinais.

Meta 16: valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

Estratégias:

16.1) constituir, por iniciativa do Ministério da Educação , até o final do primeiro ano de vigência deste PME , fórum permanente , com representação da união, do estado, do município e dos profissionais da educação , para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

16.2) constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da pesquisa nacional por amostra de domicilios-PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e estatística –IBGE

16.3) reorganizar no município, plano de carreira para os profissionais do magistério da redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

16.4) aplicar com transparência a assistência financeira específica da união ao município para implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional. (Alfenas, 2015).

Na estratégia 16.3 percebemos a preocupação do servidor cumprir sua jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar, fato que possibilitaria uma melhor organização do tempo de trabalho do professor para que ele possa se formar e também se envolver mais com as escolas e suas equipes. Apesar do deslocamento na cidade de Alfenas não ser algo que demanda dificuldades, entendemos que, quando um professor consegue permanecer em uma única escola, as condições de trabalho devem melhorar, bem como as relações profissionais e a apropriação do espaço escolar também.

A meta 17 menciona o plano de carreira dos profissionais de educação do município de Alfenas, inclusive prevendo o pagamento do piso salarial, algo que ainda não ocorreu. Na meta 17.1 destacamos a preocupação em garantir um mínimo de cargos efetivos. Inclusive o Art. 67 da LDB 9394/96 assegura a valorização dos profissionais da educação por meio do pagamento do piso salarial e também a

Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, prevê o pagamento do piso salarial aos profissionais da educação escolar pública.

Meta 17: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de plano de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estatégias:

17.1) estruturar a rede pública de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 70% (setenta por cento), no mínimo dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

17.1) implantar, até o segundo ano vigente deste PME, nas redes públicas de educação básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada através de critérios próprios, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, cursos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplinas;

17.3) realizar, por iniciativa do município, a cada 2 (dois) anos, a partir do segundo ano de vigência deste PME, estudos para subsidiar o município, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública;

17.4) prever, nos planos de carreira dos profissionais efetivos da educação dos Estado e do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós graduação *strictu sensu*;

17.5) relizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciatica do Ministerio da Educação, regime de colaboração, o censo dos profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

17.6) considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

17.7) estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, em todas as instâncias do município e outras instituições que contribuam para sua formulação, subsidiando os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de carreira. (Alfenas, 2015)

Na meta 17, nas estratégias que abordam a questão da efetivação dos profissionais da educação, é importante registrar que, até o ano de 2022, foram efetivadas pessoas que foram aprovadas no concurso de 2016 que, como mostramos no capítulo anterior,

efetivou muito mais profissionais do que haviam divulgado de vagas nos editais. Isso pode indicar que havia muito mais vagas disponíveis no município do que eles tinham divulgado no edital do concurso. Também podemos pensar que houve uma preocupação em seguir a legislação que prevê que todo cargo público deve ser preenchido por meio de concurso público, conforme o art. 37, II, da Constituição Federal, no qual consta que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. Podemos perceber um misto de ações e estratégias que foram propostas pelo município, e assim algumas foram concretizadas parcialmente.

Na estratégia 17.1 verificamos que a forma encontrada para fazer o acompanhamento dos profissionais foi por meio das avaliações de desempenho que ocorrem anualmente por servidores já efetivos. Em relação aos cursos na área de atuação do professor, conteúdos a ser ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina podemos apontar que ocorreram esporadicamente, por meio de formações curtas através de palestras ou encontros em sábados escolares. Já a estratégia 17.4 há possibilidade de licença, entretanto, não remunerada. Isso indica que não há um verdadeiro incentivo no que diz respeito à formação continuada, pois ao mesmo tempo que possibilita a licença, não concede uma remuneração nesse período. Dessa forma, o servidor que se afastar para capacitação tem que se manter nesse período sem nenhum auxílio do município.

Destacamos também que algumas metas estão relacionadas diretamente a deliberações das universidades, que não são de responsabilidade do governo municipal.

Levando em consideração o salário inicial de um professor no município de Alfenas, que é abaixo do estabelecido pela Lei do Piso Nacional, provavelmente muitos profissionais atuam em mais de um estabelecimento para conseguir um salário razoável a fim de manter a si e a sua família. É muito provável que esse profissional seja prejudicado no que diz respeito à formação continuada por dois motivos principais. Primeiro financeiramente pelo custo de uma formação. Segundo, pelo cansaço físico e psicológico de trabalhar em mais de um estabelecimento, o que muitas vezes exige deslocamento, às vezes dentro da própria cidade ou em outros casos para outras municipalidades. Além disso, temos que pensar nas tarefas extraclasse como planejamento de aulas e materiais, preenchimento de diários,

reuniões, entre outras. Essas condições de trabalho muitas vezes dificultam o professor desenvolver ou manter uma consciência de classe que estimule a continuar se formando. Neste contexto continuar se formando é um ato de resistência, desde que seja um processo que possibilite ao professor uma reflexão, uma troca coletiva e que o ajude a construir sua identidade docente, para além de atender às necessidades do sistema. Essas formações deveriam ser instrumentos para auxiliar o professor a dialogar com sistema em busca de mudanças.

Aplicamos um questionário aos professores e coordenadores pedagógicos, a fim de verificar o posicionamento desses profissionais a respeito da formação continuada e sobre a sua valorização no município de Alfenas a partir dos documentos apresentados. Por meio das respostas das professoras e coordenadoras teremos mais elementos para analisar o Plano Municipal de educação de maneira mais profunda.

6 A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALFENAS

Para pensar como a dinâmica de uma cidade média como Alfenas interfere no planejamento educacional, é importante entender como se organiza a Secretaria Municipal de Educação.

De acordo com Lei nº 4.985, de 04 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município de Alfenas, sobre os Cargos em Comissão, dá nova organização e outras providências a secretaria Municipal de Educação de Alfenas, está organizada da seguinte forma:

14. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

14.1 Secretaria Executiva

14.1.1 Divisão Técnica de Comunicação Interna

14.2 Diretoria de Gestão da Educação

14.2.1 Gerência de Relações Institucionais

14.2.2 Divisão de Atividades do Programa Cidade Escola

14.2.2.1 Setor de Controle dos Núcleos nos Bairros

14.2.2.1.1 Supervisão de Núcleo (Barranco Alto)

14.2.2.1.2 Supervisão de Núcleo (Gaspar Lopes)

14.2.2.1.3 Supervisão de Núcleo (Centro)

14.2.2.1.4 Supervisão de Núcleo (Chapada)

14.2.2.1.5 Supervisão de Núcleo (Vila Formosa)

14.2.2.1.6 Supervisão de Núcleo (Santos Reis)

14.2.2.1.7 Supervisão de Núcleo (Pinheirinho)

14.2.2.1.8 Supervisão de Núcleo (CAIC)

14.3 Coordenadoria Administrativa

14.3.1 Gerência de Recursos Humanos

14.3.2 Gerência de Monitoramento e Avaliação Educacional

14.3.3 Gerência de Transporte Escolar

14.3.3.1 Divisão de Manutenção da Frota Escolar

14.3.3.1.1 Setor de Frota Escolar/Brigada

14.3.4 Gerência de Serviços de Censo Escolar e Monitoramento de Frequência

14.3.5 Gerência do Serviço de Arquivos Internos da Educação

14.4 Coordenadoria de Orçamento e Finanças

14.4.1 Setor de Suprimentos e Estoque

14.4.2 Setor de Prestação de Contas

14.5 Coordenadoria de Compras e Licitação

14.5.1 Divisão de Nutrição Escolar

14.5.1.1 Setor de Logística da Alimentação Escolar

14.5.1.2 Assessoria Especial de Merenda Escolar

14.6 Coordenadoria de Ações Pedagógicas

14.6.1 Setor de Creche (O a 3 anos)

- 14.6.2 Setor de Pré-Escola (4 a 5 anos)
- 14.6.3 Setor de Ensino Fundamental (1º e 2º anos)
- 14.6.4 Setor de Ensino Fundamental (3º ano)
- 14.6.5 Setor de Ensino Fundamental (4º e 5º anos)
- 14.6.6 Setor de Educação de Jovens e Adultos (6º ao 9º anos)
- 14.6.7 Setor de Educação Inclusiva
- 14.6.8 Setor de Educação Campesina
- 14.6.9 Setor de Educação Ambiental
- 14.6.10 Setor de Ensino Fundamental (anos finais)
- 14.6.11 Setor de Ensino Fundamental (urbano)
- 14.6.12 Setor de Programas de Alfabetização de Adultos (1º ao 5º anos)
- 14.6.13 Setor de Programas do MEC/FNDE
- 14.6.14 Setor de Educação Tecnológica (ETEC)
- 14.6.15 Setor de Educação Tecnológica (MEDIOTEC)
- 14.6.16 Setor do PAGE (Programa de Atenção à Gestante)
- 14.7 Gerência de Ações Desportivas
 - 14.7.1 Divisão de Controle do Centro Esportivo
 - 14.7.2 Divisão de Controle do Clube Náutico
 - 14.7.3 Divisão do Parque Ambiental e Canil
 - 14.7.4 Divisão de Controle do Centro e Saúde Animal
 - 14.7.5 Divisão de Atividades de Educação Integral (ALFENAS, 2021).

Conforme podemos observar, existem 53 setores com cargos comissionados dentro de uma secretaria de educação municipal que possui 26 estabelecimentos educacionais. Há que somar estes cargos comissionados aos da direção e vice direção, o que totaliza 88, que os estabelecimentos de educação infantil não possuem vice diretor. Essa quantidade de cargos comissionados indica falta de autonomia de buscar mudanças que não estejam articuladas à concepção de educação dos gestores do município. Outra questão que é um problema com relação a esses cargos é que a escolha pode ser efetivada desconsiderando o conhecimento do profissional, valorizando ou por outro tipo de relação como amizades e acordos políticos.

Nem todos os cargos estão ligados à educação formal, a exemplo do item 14.2.2 Divisão de Atividades do Programa Cidade Escola, que concentra em sua estrutura administrativa 10 cargos comissionados. O projeto “Cidade Escola” teve origem por meio da Lei nº4.710, de 27 de janeiro de 2017. Esse projeto apresenta em seu artigo 1º a seguinte redação:

Art. 1º Fica criado e instituído o Programa Cidade Escola, Na condição de conjunto de ações multidisciplinares e intersetoriais que visam o oferecimento de atividades programadas educacionais, culturais, artísticas, recreativas, sociais, profissionalizantes, tecnológicas e

esportivas, preferencialmente para jovens de seis a dezesseis anos de idade, no contra turno ou turno inverso das aulas formais da rede de ensino local, objetivando a formação ampla da pessoa humana e fortalecimento de vínculos inclusivos comunidade-escola-aluno, reduzindo exposição a riscos sociais e promovendo segurança pública preventiva e inclusão aos benefícios da vida social criativa e enriquecedora, bem como contribuindo com a formação de processo gradual de educação integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos de forma holística e sistemática. (ALFENAS, 2017).

Segundo o último edital de nº 001/2022, referente ao processo de seleção e recrutamento para bolsas-auxílios do programa Cidade Escola, houve a disponibilização de 180 vagas em diversas áreas.

Três cargos são destinados ao setor de transporte escolar, já que o município possui 5 escolas rurais que, na maioria das vezes, os alunos precisam de transporte para chegar à escola, e também há os alunos da zona rural que estudam na cidade e dependem diretamente deste transporte. A prefeitura normalmente, e dentro do possível, fornece transporte para realização de atividades vinculadas a projetos que acontecem na escola e em parceria com as universidades.

Dezoito cargos são destinados às funções administrativas que envolvem a gestão do sistema municipal, merenda, licitação, arquivos, funções essenciais para o bom andamento do sistema municipal de educação.

Com relação à questão pedagógica temos o item 14.6 Coordenadoria de Ações Pedagógicas, que possui 17 cargos. As coordenações das etapas de ensino são feitas de forma fragmentada, por exemplo, a educação infantil está dividida em 14.6.1 Setor de Creche (0 a 3 anos) e 14.6.2 Setor de Pré-Escola (4 a 5 anos). Torna-se importante ter dois cargos para função, já que temos no município 18 unidades de educação infantil, no entanto, seria mais efetiva uma coordenação pedagógica conjunta de toda essa etapa de ensino, pensando na sequência de aprendizado das crianças.

Com relação ao ensino fundamental dos anos iniciais temos a coordenação 14.6.11 Setor de Ensino Fundamental (urbano), 14.6.3 Setor de Ensino Fundamental (1º e 2º anos), 14.6.4 Setor de Ensino Fundamental (3º ano) e 14.6.5 Setor de Ensino Fundamental (4º e 5º anos), ou seja, quatro coordenadores para um total de 9 escolas, o que poderia ser positivo caso essa coordenação fosse planejada de forma coletiva entre as pessoas que assumem essa função.

Pensando na dinâmica da cidade média de Alfenas, considerando as universidades presentes e a possibilidade de deslocamento em curto espaço de tempo, articulado a esta expressiva quantidade de supervisores, é possível perceber uma

potência para a construção de um projeto de educação transformadora construído de forma coletiva, mas, para isso, seria necessário romper com essas políticas neoliberais que acabam definindo o modelo educacional do município, desde a concepção de educação, organização das escolas e formação continuada de professores.

Dentre essas 9 escolas, 5 são rurais e, para atendê-las, a prefeitura possui o Setor de Educação Campesina, no entanto, as escolas rurais não possuem um planejamento voltado para esse espaço, pois seu currículo é urbano, como comprovado na dissertação de mestrado de Cruz (2022). Para ela:

A partir dessas pesquisas, constatou-se que o espaço rural do município de Alfenas é conformado em sua grande maioria por famílias que se encaixam no perfil de agricultores familiares e que dentro dessa categoria há uma diversidade grande de produção e reprodução da vida. Constatou-se mais, essas diversidades não são levadas em conta ao se propor a educação para esses espaços, afinal, as escolas rurais de Alfenas seguem o mesmo currículo que a sua sede municipal. (CRUZ, 2022, p. 17).

Em relação ao setor de Educação Inclusiva, o município se destaca no atendimento de crianças com deficiência. As escolas possuem professoras de apoio (na educação infantil geralmente essa função é realizada por uma Auxiliar de Desenvolvimento Humano) para atender as crianças em suas diversas necessidades. Um polo de atendimento dessas crianças no ensino regular é a Escola Municipal Tancredo Neves, contudo, há o atendimento nas demais instituições também.

Consta na tabela também o 14.6.12 Setor de Programas de Alfabetização de Adultos (1° ao 5° anos), mas o município não possui escolas que oferecem EJA nos anos iniciais do ensino fundamental. Normalmente as pessoas fazem uma prova e são encaminhadas para a EJA dos anos finais do ensino fundamental que ocorrem em duas escolas municipais. Aliás, para o ensino fundamental dos anos finais 14.6.6 Setor de Educação de Jovens e Adultos (6° ao 9° anos) e 14.6.10 Setor de Ensino Fundamental (anos finais), ou seja, duas coordenações para uma escola somente de ensino fundamental II e 2 escolas que atendem fundamental I e II (a Escola Orlando Paulino da Costa e a Escola Abraão Adolpho Engel).

Também temos o 14.6.9 Setor de Educação Ambiental o qual corresponde ao antigo Zoológico ou Parque Municipal, que foi fechado para a visitação pública há alguns anos, todavia ainda mantém alguns animais que não conseguiram realocar em

outras instituições ou mesmo alguns que não conseguem ser replantados na natureza por terem vivido toda a vida em cativeiro ou por terem sofrido algum tipo de mutilação. Esse espaço tem como princípio proporcionar visitas guiadas, agendando o atendimento a alunos das escolas do município com o intuito de trabalhar os princípios da educação ambiental.

Podemos verificar que alguns setores poderiam estar localizados em outras secretarias que, *a priori*, demonstram possuir maior afinidade e assim teriam mais recursos disponíveis para formação e valorização dos profissionais da educação. Por exemplo, a Divisão do Parque Ambiental e Canil, Divisão de Controle do Centro e Saúde Animal poderiam estar vinculadas à Secretaria de Meio Ambiente.

A Divisão de Controle do Centro Esportivo, Divisão de Controle do Clube Náutico e Programa Cidade Escola poderiam estar vinculados à Secretaria de Esportes Lazer e Recreação. E o Setor do PAGE (Programa de Atenção à Gestante) poderia estar vinculado à Secretaria de Saúde ou a Secretaria Municipal da Criança, da Assistência e dos Direitos Humanos, uma vez que cuidados com a gestante estão mais próximos à saúde do que à educação.

7 ANÁLISE DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DE ALFENAS A PARTIR DAS FALAS DOS PROFESSORES, SUPERVISORES E COORDENADORES

Conforme previsto na pesquisa, aplicamos um questionário aos servidores municipais que atuam na educação na cidade de Alfenas, especificamente os professores, supervisores e coordenadores. Destacamos que utilizamos o termo “cidade” e não “município”, pois estamos pesquisando as instituições de ensino municipais no perímetro urbano e não de todo o município.

Esse questionário foi aplicado na primeira quinzena de novembro de 2022, sendo entregues de forma impressa, uma vez que avaliamos que teríamos um melhor retorno, já que estávamos saindo de um período de pandemia, no qual muitos profissionais estavam desenvolvendo suas atividades de forma remota. E com esse trabalho remoto, por vezes, desenvolvido por meio digital poderia ter causado um cansaço da utilização dos aparelhos digitais. Juntamente com o questionário entregamos os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e estipulamos quinze dias de prazo para os participantes responderem. Posteriormente retornamos para coletá-los.

Na primeira escola foi acordado com a direção de entregar o questionário em mãos no período de café dos funcionários, entretanto, foi utilizado um grande período de tempo, pois cada funcionário possui direito de quinze minutos de horário de café. E isso ocorre de maneira escalonada. Na segunda escola, em acordo com a direção, foi deixado os questionários para serem entregues aos funcionários. Na terceira escola também foi deixado com a direção os questionários para os funcionários responderem e, posteriormente, passamos para recolhê-los.

Após o prazo estipulado retornamos para coletá-los, entretanto, poucos servidores tinham respondido. Foi proposto retornar após uma semana. Mesmo com esse novo prazo diversas pessoas não devolveram/responderam os questionários. Sendo assim, optamos por finalizar a coleta desses questionários, devido ao curto tempo para análise do material e do prazo de entrega da dissertação. Também estava finalizando o ano letivo, o que dificultou a coleta dos questionários. Dessa forma, optou-se por finalizar a coleta dos questionários para desenvolver a pesquisa com o material já coletado.

A suposição levantada para a não entrega dos questionários respondido foi o

excesso de atividades e o cansaço do final de período letivo. Dessa forma, eles optaram por dar prioridade para as atividades escolares obrigatórias, uma vez que responder ao questionário era opcional. Outra hipótese é que mesmo explicando e constando a informação no TCLE que as respostas do questionário eram sigilosas e não seriam divulgados os nomes, eles se sentiram retraídos/intimidados em responderem as perguntas, devido à direção ter entregado e recebido os questionários. Outra questão que pode ser levantada é o descredenciamento das ações das universidades que, muitas vezes, realiza a pesquisa, mas não mostra o resultado ou dá um retorno aos participantes.

Somando todos os questionários respondidos obtivemos a seguinte quantidade:

Quadro 15 - Quantidade de questionários entregues e coletados

Participantes	Entregues	Devolvidos
Professores	167	31
Supervisores	12	10
Coordenadores	5	3

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A fim de organização da análise dos dados desses questionários, apresentaremos as respostas sobre o que os servidores que retornaram com os questionários pensam sobre a formação continuada por cargo/função. Ademais como princípio ético não será exposto nenhum nome ou onde o servidor estava desenvolvendo suas atividades no período em que aplicamos o questionário. Assim, utilizaremos somente sigla, por exemplo C1 correspondente à resposta do primeiro questionário de um coordenador, S1: resposta do primeiro questionário de um supervisor e P1: resposta do primeiro questionário de um professor e assim sucessivamente.

7.1 A FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Iniciaremos pelos questionários aplicados aos coordenadores que atuam na Secretaria Municipal de Educação de Alfenas, tendo como atribuições planejar,

orientar e coordenar o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas municipais. Existem atualmente cinco coordenadores responsáveis pelo ensino fundamental dos anos iniciais, que abrange do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, mas somente três coordenadores responderam o questionário.

Conforme pode ser verificado nos anexos, o questionário aplicado aos coordenadores possui vinte e duas questões, sendo algumas fechadas e outras abertas. No quadro 16, é possível verificar algumas informações sobre a formação dos coordenadores.

Quadro 16 - Informações iniciais dos coordenadores

	Ano da formação inicial	Forma de Graduação	Tempo que atua como coordenadores	Trabalha em outra instituição	Horas semanais trabalhadas	Sentem sobrecarga dos com a carga horária	Remuneração é justa
Coordenador 1	2010	Presencial	Menos de 5 anos	Não	Até 30 horas	Não	Parcialmente
Coordenador 2	1995	Presencial	Entre 5 -10 anos	Não	Até 30 horas	Não	Parcialmente
Coordenador 3	2001	Presencial	Menos de 5 anos	Não	Até 24 horas	Não	Sim

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Pelas respostas obtidas é possível perceber que os coordenadores estão satisfeitos com suas condições de trabalho e valorização profissional. Quando perguntamos o que consideram como formação continuada, obtivemos as seguintes respostas:

C1: “Capacitação continua para atualização e ampliação do conhecimento”

C2: “formação continua, atualização com aprendizagem na gestão pedagógica, específica e aquisição de conhecimento”

C3: “Um processo ao qual nos aperfeiçoamos e nos ressignificamos sempre.

Magalhães e Azevedo (2015), por exemplo, apontam para esse tipo de percepção de formação continuada, em que é possível verificar uma ideia de

proximidade do profissional com a atualização/capacitação/treinamento dos estudos.

Sobre a formação continuada todos responderam que já realizaram pós-graduação *lato sensu* e dois realizaram pós-graduação *stricto sensu*. Pelas respostas obtidas, é possível identificar que os coordenadores podem ter, mesmo que de forma inconsistente, a concepção de formação continuada ligada somente à pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*, desconsiderando outras modalidades formativas como cursos de pequena duração, palestras, grupos de estudos, leituras, debates, entre outras. Ou a resposta pode ter uma relação com o plano de carreira do município, que considera somente a pós-graduação como formação continuada. Todos os participantes da pesquisa afirmaram sentir a necessidade de participar de cursos de formação continuada com o intuito de melhorar/aperfeiçoar sua atuação como coordenador.

Posteriormente questionamos se tem enfrentado alguma dificuldade no exercício da coordenação na educação básica, obtivemos as seguintes respostas:

C1: “Sim. O esforço contínuo para profissionalização não é prioridade para a maioria dos profissionais da rede.”

C2: “Com certeza, formação e conhecimento da profissão dos professores. Na prática pedagógica”

C3: “Não, algumas questões com gestão humana demandam de mais flexibilidade, e existem sempre informações novas neste sentido precisa se atualizar”

Com tais respostas podemos inferir que os coordenadores alegam possuir dificuldades no que refere ao exercício da sua profissão na educação básica. Conforme podemos verificar nas respostas, na opinião deles os professores precisariam se esforçar mais no que diz respeito à formação continuada, porém, nenhum deles menciona as dificuldades que podem estar enfrentando para continuar se formando.

Outra questão foi se eles procuram se atualizar por meio de cursos de curta duração para o exercer a coordenação. Todos responderam que sim, entretanto, numa pergunta anterior quando questionados se já realizaram alguma forma de formação continuada nenhum mencionou cursos de curta duração. Isso mostra que realmente não consideram outros tipos de formação continuada, mesmo que elas sejam importantes e agreguem conhecimento aos professores, como pode ser confirmado na própria LDB 9394/96.

Para entender qual a percepção dos coordenadores sobre os professores, indagamos como descreveria a formação continuada dos professores do ensino fundamental da rede municipal de educação de Alfenas e tivemos as seguintes respostas:

C1: “Existe uma grande oferta, porém nos esbarramos na falta de entusiasmo dos profissionais”

C2: “A formação acontece em parceria com a UNIFAL-MG, Unifenas, porém falta compreensão da importância da formação, não apenas a licenciatura”

C3: “Ela contempla as demandas advindas das necessidades do cotidiano e procura estar em coesão com os acontecimentos globais.”

Com as respostas obtidas nessa questão, podemos verificar que o primeiro e segundo coordenador apontam/culpam os professores por não aprofundar ou dar continuidade em suas formações. Enquanto isso, o terceiro coordenador traz uma outra percepção. A próxima questão perguntava como é a adesão dos professores para os cursos de formação continuada oferecidos pelo município. E obtivemos duas respostas distintas. A primeira foi simplesmente “mediana”. O segundo não a respondeu, e o terceiro afirmou: “Eles aceitam a proposta e a maioria participa ativamente”. A pergunta que fica é: será que eles realmente aceitam ou é algo imposto em que eles são obrigados a aderir aos cursos oferecidos pelo município? As duas questões explicitam que há necessidade de diálogos entre os sujeitos da educação do sistema municipal de Alfenas.

Outra questão abordada foi se o município possui parcerias para a oferta da formação continuada e, se existem, como essas são estabelecidas. Também obtivemos três respostas:

C1: “Sim, Parceria com Universidades”

C2: “Universidades”

C3: “Sim, principalmente com as universidades (UNIFAL-MG)”

Aqui verificamos a importância das universidades no que tange à formação continuada no município, em destaque a UNIFAL-MG.

Na questão quem define os conteúdos e as temáticas que são trabalhadas na

formação continuada dos professores do ensino fundamental I do município, obtivemos as seguintes respostas;

C1: “Existe uma sondagem, para verificação da demanda para elencar devidamente temas oportunos diante das dificuldades encontradas”

C2: “A partir dos encontros entre supervisores e professores e pela visita nas escolas, os estudos mensais”

C3: “A equipe pedagógica com a participação das escolas”

Tais respostas serão analisadas e comparadas posteriormente juntamente com aquelas dos professores.

Outra pergunta foi como o sistema municipal de educação valoriza os professores que continuam se formando, obtivemos as seguintes respostas:

C1: “De acordo com o plano de cargos e carreiras, a valorização acontece com a progressão. Acrescidos legais de 20% na apresentação de *lato/stricto sensu*”

C2: “Plano de cargos e carreiras”

C3: “Com reconhecimento e contemplando o plano de carreira”

Observamos que nenhum dos coordenadores realizou alguma crítica à forma como ocorre a valorização dos professores que continuam se formando. Assim, entendemos que eles concordam com a forma como atualmente acontece a valorização desses profissionais.

Por fim, a última questão aplicada aos coordenadores foi como são planejados os momentos de troca de experiências coletivas dos professores. Em respostas a essa pergunta tivemos tais respostas:

C1: “Sempre nos dias escolares contidos no calendário escolar e nos módulos II”

C2: “Modulo I e Modulo II, Sábados escolares”

C3: “Durante as formações e conforme a organização de cada escola (supervisor Pedagógico organiza esse processo na escola)”

Na realidade, essas trocas de experiências coletivas dos professores acontecem em poucos momentos durante o ano. Geralmente acontecem nos dias

escolares que antecedem o retorno dos alunos (geralmente 3 dias) e alguns no decorrer do ano (geralmente aos sábados). No ano de 2022, especificamente, alguns módulos do terceiro e do último bimestre aconteceram coletivamente por segmento, com a participação de todas as escolas do ensino fundamental I em curso acontecendo a cada quinze dias. Os temas desses cursos foram alfabetização e raciocínio lógico matemático. Os cursos foram ministrados pela equipe pedagógica e por professores da rede com experiência nas referidas áreas. Por um lado, podemos verificar que há poucos momentos de planejamento e trocas de experiências de forma coletiva. Todavia, no último ano foi possível verificar um esforço para a concretização de mais momentos coletivos, inclusive com a valorização de profissionais da rede que possuem boas práticas, convidados a ministrar os cursos. No entanto, é importante destacar que as temáticas trabalhadas, alfabetização e raciocínio lógico matemático, são abordadas normalmente com objetivo de atender as políticas educacionais e melhorar o IDEB das escolas e do município.

Podemos perceber algumas características nas respostas que aparentam mostrar uma situação que ocorre de forma harmoniosa. Entretanto, iremos verificar melhor se essas respostas condizem com a realidade a partir da análise dos demais profissionais (professores e supervisores).

7.2 A FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DOS SUPERVISORES

O questionário que foi aplicado aos supervisores (Anexo C) possuía dezoito perguntas, entre elas, algumas eram fechadas e outras abertas. Obtivemos dez questionários respondidos pelos supervisores das três escolas pesquisadas. O quadro 16 apresenta as respostas às perguntas iniciais aos supervisores.

Quadro 17 – Formação dos supervisores

(Continua)

Formação acadêmica	2 não especificaram qual sua graduação, somente colocaram “Ensino Superior” e “Pós Graduação”	8 responderam que possuem graduação em Pedagogia acrescido de alguma Pós Graduação.	
Instituição que realizou a formação	4 em instituição pública	6 em instituição privada.	

Quadro 17 – Formação dos supervisores

(Conclusão)

inicial			
Ano se formou	A maioria possui formação após 2009	Formação mais recente foi em 2015	1 pessoa informou ter se formado em 1998
Modalidade de ensino que realizou a formação inicial.	Todos na modalidade presencial		
Tempo que atua como supervisor	7 atuam como supervisor há menos de cinco anos	3 atuam como supervisor entre cinco e dez anos,	
Atua em outra instituição educacional.	4 responderam que não.	Outros 6 responderam que sim. Dentre esses, 2 trabalham no setor privado, 2 deles na esfera estadual e 2 na esfera municipal.	
Qual a carga horária semanal trabalhada	4 deles trabalham até 24 horas semanais	6 trabalham mais de 40 horas semanais.	
Sente sobrecarregado com a carga horária de trabalho	5 dos participantes responderam que sim	4 que não e um não respondeu.	1 não respondeu

Elaborado pelo autor (2022)

Na pergunta seguinte, “O que considera como formação continuada?”, obtivemos as seguintes respostas:

S1: “cursos de capacitação”

S2: “Estudos, pesquisas, cursos em EAD ou presenciais, especializações troca de experiências etc”

S3: “Toda e qualquer atitude acadêmica ou não, ligada ao saber fazer pedagógico/profissional”

S4: “É a maneira em que possa propiciar maior qualificação ao profissional da

educação, garantindo a qualidade do ensino aprendizagem”

S5: “Palestras, grupos de estudos, cursos”

S6: Não respondeu

S7: “Nada mais é do que uma capacitação de curta duração, voltada exclusivamente para o aperfeiçoamento das práticas da profissão.”

S8: “Diferentes cursos e pós graduações na área da educação”

S9: “Permite ao professor ampliar seu repertorio de práticas para um bom desenvolvimento em sua turma”

S10: “Processo de aperfeiçoamento que permite ao docente ampliar seu repertorio de práticas para apoiar os discentes em seu desenvolvimento.

É possível verificar uma diversidade de respostas no que os supervisores compreendem como formação continuada. Conforme Magalhães e Azevedo (2015) apontaram, há uma grande variedade de possibilidade e concepções de formação continuada, e é exatamente isso que podemos perceber analisando as respostas. Podemos observar, com base na próxima pergunta, que eles compreendem formação continuada tanto as especializações, mestrados e doutorados, como também outras formas como cursos de capacitação, troca de experiências, palestras entre outras formas.

Com relação à formação continuada, três responderam que fizeram pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, um não respondeu, quatro responderam que fizeram *lato sensu*, quatro responderam que já realizaram outras formas de formação continuada, especificando dessa forma:

S4: “Cursos de capacitação”

S7: “Cursos de capacitação feitos pela prefeitura de alfnas e UNIFAL/IFRGS/IBS”

S8: “Gestão e supervisão”

S9: “Seminários, palestras”

S10: “Congressos, seminários, cursos de extensão, etc.”

Na pergunta “Como você considera sua formação inicial no exercício da supervisão?”, um não respondeu, dois responderam insatisfatória, dois satisfatório, dois parcialmente satisfatório, três amplamente satisfatório. Cinco dos participantes justificaram suas respostas

S1: Respondeu parcialmente satisfatória, justificando: “a teoria é boa, mas na

prática faz você amadurecer”

S3: Insatisfatório, justificando: “não fui preparado academicamente falando para atuar com supervisão

S4: Amplamente satisfatório, justificando: “porque proporcionou uma nova visão do saber...”

S7: Amplamente satisfatório, justificando: “uma supervisão da prática pedagógica com desenvolvimento de competências necessárias a um desempenho adequado e responsável”

S10: Insatisfatório, justificando: “o curso inicial não ofertou”

Verificamos com tais respostas que os participantes podem ter a percepção de que sua formação inicial não supriu todas as suas necessidades no início da carreira e muitos buscam a formação continuada a fim de melhorar sua atuação. Ou no caso dos que responderam satisfatório pode ser um indicativo que uma formação inicial adequada estimule o professor a continuar se formando. Podemos confirmar isso, pois, ao ser questionados se sentem necessidade de participar de cursos de formação continuada com o intuito de melhorar/aperfeiçoar sua atuação com supervisor, um não respondeu, um respondeu que não e outros oito responderam que sim.

Na pergunta “Você tem enfrentado alguma dificuldade no exercício da supervisão na educação básica?”, obtivemos as seguintes respostas:

S1: “Sim, professores despreparados sem abertura para instrução”

S2: “Sim, em tempo teremos sossego para alfabetizar e letrar os alunos? Visto que são tantos projetos para a escola que o pedagógico e essencial está ficando pra trás”

S3: “Grande demanda de trabalho de natureza administrativa”

S4: “Sim, principalmente quanto ao volume de projetos e uma base prontamente inversa da realidade do mundo do aprendiz”

S5: Não respondeu

S6: “Não”

S7: “Não”

S8: “Não”

S9: “Não, com a prática a cada ano que passa consigo facilitar meu trabalho pedagógico”

S10: “Sim, grande demanda de salas/alunos documentos etc., falta de parceria da parte da família”

Através das respostas apresentadas já podemos observar algumas diferenças daquelas apresentadas pelos coordenadores. Enquanto os coordenadores apontam os professores que não participam das formações como um problema, podemos perceber aqui uma outra percepção, na qual a maioria dos supervisores participantes da pesquisa aponta o excesso de burocracia, imposição de projeto como principais problemas que atrapalham o andamento do dia a dia escolar.

Para além da pós-graduação, buscamos compreender se esses profissionais procuravam cursos de curta duração, uma vez que estes não são considerados na Carreira do município. Dois responderam que não, um não respondeu e sete responderam que sim. Podemos inferir que eles estão em busca constante de formação mesmo que não seja valorizado pelo sistema que estão inseridos e sem receber auxílio financeiro para isso.

Para a pergunta “O município tem propiciado momentos de formação para o exercício das suas funções?”, sete responderam que sim, um que não, um não respondeu e outro respondeu, mas não afirmou nem que sim, nem que não, mas fica aparente que não, dada a resposta (S2) da seguinte maneira: “precisa de capacitação realmente voltada para a área específica”.

Outros participantes também complementaram suas respostas.

S4: “Sim, toda capacitação é bem-vinda ao nosso mundo do saber”

S9: “Sim, buscando sempre capacitar a equipe pedagógica”

S10: “Não, somente encontros, mas nada de profundo no que se refere a pratica/teoria”

Para a pergunta “Considera adequada a remuneração que recebe pelo exercício de suas atividades?”, obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 18 – Satisfação pela remuneração pelo exercício da função (continua)

	Recebe remuneração adequada	Não recebe remuneração adequada	Parcialmente recebe remuneração adequada

Quadro 18 – Satisfação pela remuneração pelo exercício da função (Conclusão)

Coordenador	1	0	2
Supervisor	0	10	0
Professor	1	30	0

Elaborado pelo autor (2022)

Na pergunta “Como você descreveria a formação continuada dos professores do ensino fundamental da rede municipal de educação de Alfenas?”.

S1: “Satisfatória”

S2: “Precisa de capacitação realmente voltada para a área específica”

S3: “Insatisfatória”

S4: “É boa, porém ainda falta ser apresentada na prática.... Falar é fácil o difícil é pôr em prática com uma sala de 20 alunos com N’s graus de dificuldades”

S5: Não respondeu

S6: Não respondeu

S7: “Fracá, poderia haver mais tempo e preparação para os professores com cursos de capacitação”

S8: “Regular”

S9: “Satisfatório”

S10: “Satisfatório”

E, por fim, a última pergunta realizada aos supervisores foi “Como é a adesão dos professores para os cursos de formação continuada oferecidos pelo município?”

S1: “É massiva, pois geralmente substitui reuniões de módulo”

S2: “Em sua maioria são bem participativas”

S3: “Não há cursos de formação continuada pelo município”

S4: “Noto que é muito forçada sem muito interesse próprio dos funcionários”

S5: Não respondeu

S6: “Media (50%)”

S7: “Razoável”

S8: “Não aderem muito bem”

S9: “Satisfatória”

S10: “Satisfatória”

Percebemos que, comparando as respostas dos coordenadores com as dos supervisores, há uma nítida diferença destoando bastante uma das outras. Enquanto os coordenadores afirmam ser ofertados os cursos de formação e que há falta de interesse por parte dos professores, os supervisores já apontam algumas fragilidades dos cursos, afirmando que são cansativos, forçados e alguns mostram certo descontentamento com os cursos.

Por meio destas respostas é possível perceber que existe fragilidade na política de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação de Alfenas.

7.3 A FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES

Aplicamos um questionário aos professores (Anexo A) que possuía vinte e sete perguntas, dentre elas algumas eram fechadas e outras abertas, do mesmo modo que os aplicados aos coordenadores e aos supervisores. Obtivemos um retorno de trinta e um questionários respondidos de um total de cento e sessenta e sete distribuídos. Devido ao número de devolutivas dos questionários respondidos e o número de questões ser maior, optou-se por não transcrever todas as respostas contidas nos questionários, já que muitas delas eram semelhantes.

Com relação à formação acadêmica todos os participantes responderam que possuíam curso de Pedagogia, atendendo assim à legislação vigente. Quatro participantes informaram também possuir o curso de Magistério e quatro possuíam outras graduações em outras áreas, sendo elas: Educação Especial, Matemática, Filosofia e História. Apesar deste resultado não é possível afirmar que o corpo docente do município é formado na área, pois somente obtivemos resposta de uma parcela dos professores.

Com relação onde cursaram sua graduação, vinte participantes responderam que realizaram suas graduações em instituições públicas e onze em instituições privadas. Percebemos então o quão importante as universidades públicas são, não que as privadas não sejam, mas nem todos possuem condições financeiras para arcar com custos de uma graduação em uma instituição particular, e muitas vezes as instituições privadas com objetivo de garantir lucro não priorizam um curso que atende às necessidades sociais.

A maioria dos participantes da pesquisa concluiu suas graduações após os anos 2000, com exceção de quatro pessoas que concluíram respectivamente nos anos de 1989, 1992, 1996, 1998. Além disso, uma não respondeu o ano de conclusão da graduação. E após o ano de 2010 verificamos maiores quantidades de concluintes das graduações. Isso pode estar ligado e coincidir com a expansão das universidades federais, inclusive com a criação dos novos cursos na UNIFAL-MG. Outra informação que possibilita avançar nesta hipótese é que dezenove cursaram a graduação de forma presencial, seis na modalidade semipresencial, cinco na modalidade a distância e um participante não respondeu. A UNIFAL-MG oferece suas licenciaturas de forma presencial, sendo que já teve durante um período a oferta de curso a distância em Pedagogia e Licenciaturas de Química e Biologia. Mas podem também ter cursado Pedagogia presencial na Unifenas, universidade privada muito influente na cidade de Alfenas.

Quadro 19 – Ano de formação das professoras participantes da pesquisa.

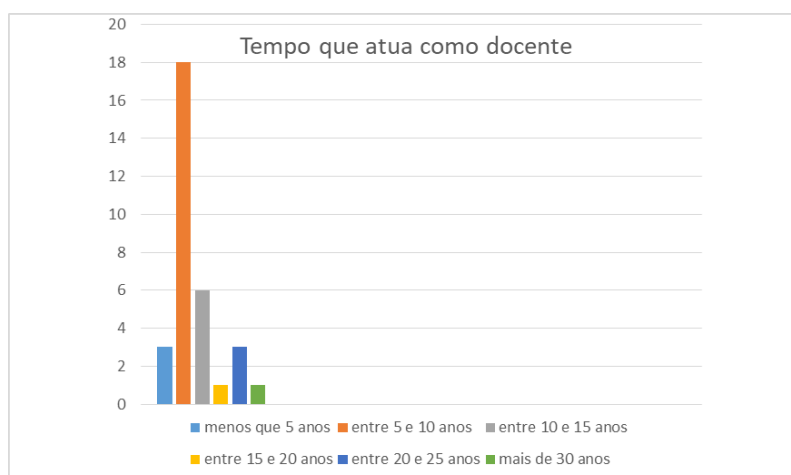
Ano de formação	Quantidade de professores
1989-2000	5
2001-2010	3
2011-2021	22

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Verificamos que a maioria dos participantes atua como docente entre cinco e dez anos (gráfico 1), coincidindo com as graduações relativamente recentes como pode ser observado na questão anterior.

Gráfico 1 – Tempo de atuação como docente

Gráfico 1 – Tempo de atuação como docente



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

O ano de formação dos professores também pode oferecer informações sobre a concepção que foi formado, se pensarmos na DCN vigente em seu período de formação. Grande parte dos participantes se formaram após a implementação da DCN de 2002 e da DCN de 2015 que, apesar das críticas, indicaram um caminho para a formação de professores, conforme foi abordado no capítulo 3.

Após formação inicial grande parte dos participantes da pesquisa seguiu estudando, sendo que 18 fizeram especialização. Com relação à especialização foi possível verificar (Quadro 20) que grande parte dos cursos realizados pelos participantes foi na área de educação inclusiva.

Quadro 20 - Especialização realizada pelos professores

(Continua)

Área	Instituição	Ano de realização
Educação especial	Privada	2021
Gênero e diversidade.	Pública	
Educação especial e inclusiva. Alfabetização e letramento		
Alfabetização e letramento. Neuropsicopedagogia		
Gestão escolar		
Gestão do trabalho pedagógico		
Alfabetização	Privada	

Quadro 20 - Especialização realizada pelos professores

(Conclusão)

Gestão supervisão orientação inspeção	Privada	
Especialização em Educação infantil	Privada	2018
Psicopedagogia		2020
História do brasil	Privada	1998
Educação inclusiva		
Educação inclusiva		2022
Psicopedagogia		2021
Educação especial		2018
Administração, supervisão		
Psicopedagogia		
Inclusão		2020
Educação especial		
Educa especial		
Educação especial		
Ensino religioso		
Educação		2016
Dificuldade de aprendizagem		2020
Educação	Publica	2012
Educação especial		2022
Educação infantil	Privada	2019

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

A Secretaria Municipal de Alfenas valoriza a Educação Inclusiva, fato que pode ter influenciado essa escolha na continuidade da formação das participantes da pesquisa, um reflexo desta valorização é o cargo de professor de apoio para acompanhar os alunos que possuem laudos médicos. Destaca-se que alguns educadores que participaram da pesquisa estavam atuando como professores de apoio e, para acompanhá-los, pede-se que o profissional tenha cursos na área de educação inclusiva.

Como a sobrecarga de trabalho é uma realidade da profissão professor e afeta diretamente a formação continuada, é importante entender a jornada de trabalho dos participantes da pesquisa. Doze participantes afirmaram não atuar em outra instituição

de ensino e dezenove informaram que atuam, sendo que três trabalham em instituições privadas e dezesseis em instituições públicas. Dessas que trabalham em instituições públicas, quatro são na esfera estadual e doze na esfera municipal. Verificamos então a necessidade por parte dos docentes por mais de um cargo, sendo o setor público das redes municipais o que mais absorve esses professores em Alfenas.

Apesar de ter campo de atuação para esses profissionais, existe uma insatisfação com a remuneração, trinta participantes da pesquisa afirmam que a remuneração não é adequada. Podemos perceber a necessidade do pagamento do piso como discutido no capítulo anterior. Somente um participante não respondeu. Em outras respostas, essa relação direta do trabalho e da formação aparece de forma explícita:

P2: “Sim, devido ao salário, trabalho em duas escolas pois sou arrimo de família. Sendo assim o cansaço e problemas de saúde.”

P25: “Sim, pois com a remuneração abaixo do valor fica difícil pagar novos cursos”

E ao indicarem como a Secretaria poderia dar condições para a formação a remuneração também apareceu:

P1: “Dobrar e poder se dedicar aos estudos. Pagar um salário justo, para o professor”

P28: “Melhorando salário para que não seja preciso dobrar”

P31: “Maior remuneração, não precisando dobrar turno”

Confirmando a hipótese do excesso de trabalho com relação à carga horária semanal de trabalho, três não responderam, onze responderam que trabalham até vinte e quatro horas semanais, dois responderam que trabalham até trinta horas semanais e quinze responderam que trabalham mais de quarenta horas semanais. No entanto, ao responder se se sentem sobrecarregados com a carga horária trabalhada, três não responderam, quinze responderam que não, treze responderam que sim. As respostas a seguir reforçam a relação entre trabalho e formação:

P22: “É difícil estudar quando se ficamos o dia inteiro na escola e a noite e final de semana precisa preparar o material e planejamento”

P16: “Conciliar trabalho e dedicação aos estudos é difícil”

P27: “Sim, pela correria diária e pelos trabalhos que temos que levar para casa”

Com relação à dificuldade enfrentada no exercício da docência na educação básica, três participantes não responderam, nove responderam que não e os outros dezoito informaram ter enfrentado algum tipo de dificuldade no exercício da docência. Dentre os que informaram não ter enfrentado dificuldades e justificaram suas respostas, destacamos as seguintes:

P7: “A experiência dos 30 anos de docência regência me alicerçam, porém considero que estou sempre aprendendo”

P8: “Com alguns anos de experiência e buscando qualificação profissional consigo realizar meu exercício da docência sem muitas dificuldades”

Essas respostas podem ser consequência do discurso meritocrático e individualista que estão presentes nos sistemas educacionais atualmente e que levam a um entendimento individualista da profissão, como se as dificuldades existentes na sala de aula fossem consequência de um trabalho ruim do professor, impossibilitando uma organização coletiva por melhores condições de trabalho.

Já dentre os participantes que responderam ter dificuldades no exercício da docência destacamos algumas das justificativas:

P1: “Sim, a desmotivação dos alunos e de seus pais. (Ausentes)”

P2: “Sim, a questão burocrática da escola, os ritmos (tempo) visto como parâmetro pedagógico e a falta de atenção ao que interessa: o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.”

P13: “Indisciplina e falta de interesse pelos alunos”

P16: “Dificuldades na conciliação entre o currículo (BNCC) e o tempo necessário para a aprendizagem dos alunos. As vezes a criança não consolidou a aprendizagem e preciso ir em frente.”

P19: “Muitas, a falta de reconhecimento e baixa remuneração são as mais gritantes. Sem contar a escassez de materiais e recursos”

P22: “Sim, falta tempo para a quantidade de demanda imposta aos professores. Muitas atividades são pouco desenvolvidas por falta de tempo e recursos para preparação de material”

P27: “Sim pós pandemia os desafios aumentaram, correr contra o tempo e levar os alunos ao nível de conhecimento adequado, além de muito esforço é uma grande dificuldade que eu tenho vivenciado.”

P28: “Sim, acompanhar os “novos alunos” com bagagem que já trazem de casa, é tarefa desafiadora. Afinal, somos professores do século XX lidando com alunos do século XXI”

Grande parte das respostas culpabilizam os alunos, a família, a burocracia do sistema, a imposição de cronograma, a falta de recursos. Dessa forma, é possível verificar algumas das dificuldades enfrentadas em sala de aulas. Arroyo (2007) afirma que as escolas não estão preparadas para receber os coletivos populares e as respostas confirmam isso. As professoras em condições de precarização de trabalho não conseguem compreender a situação das famílias da classe trabalhadora, que muitas vezes não possuem tempo ou formação para realizar um acompanhamento adequado da vida escolar dos seus filhos.

Buscando entender qual a percepção dos participantes da pesquisa sobre a formação continuada e qual o objetivo dela, destacamos algumas das respostas obtidas:

P1: “Não parar de estudar, me manter atualizada, para ajudar meus alunos e minha pratica pedagógica”

P2: “Formação continuada na minha compreensão está relacionada ao processo de aprendizagem, saberes necessários para o trabalho no cotidiano escolar. Na graduação não é possível aprender tudo, por isso penso que a formação continuada possui como objetivo agregar os saberes (acadêmicos, cotidianos e outros) dos docentes.”

P3: “A formação continuada é de grande importância para conhecer outras formas de se trabalhar e obter conhecimentos que estão na atualidade.”

P4: “Cursos com práticas voltadas para a sala de aula”

P5: “Continuar os estudos para que seja ofertado a mim, uma educação de qualidade”

P6: “Realização dos meus Objetivos”

P7: “Cursos de capacitação na área em que se atua e especializações nessa mesma área.”

P8: não respondeu

P9: “Pós graduação e especializações. O objetivo seria aperfeiçoar em uma determinada área”

P10: Cursos na área de educação, praticas pedagógicas, encontros para debater o que temos enfrentado com relação a aprendizagem dos alunos. O objetivo deve ser capacitar o professor, melhorar sua formação”

P11: “Capacitação permanente para ajudar nos problemas encontrados”

P12: “A formação continuada deverá ser o processo para adquirir novos conhecimentos. E seu objetivo é a ampliação do desempenho do professor no seu trabalho”

P13: “Eu considero a formação continuada muito importante para a atualização do professor, assim podendo oferecer uma educação de maior qualidade no ensino. Formação continuada para mim é fazer cursos, participar de palestras etc.

P14: “Cursos de capacitações que envolva a realidade da educação brasileira e resolva a atual alfabetização tardia, leitura e escrita

P15: “Continuar aprendendo e adquirindo técnicas para aperfeiçoar cada vez mais o trabalho que já é realizado. O objetivo é justamente esse, tornar o profissional ainda mais capacitado para a realização do trabalho.”

P16: “Considero que sejam estudos para aprimorar, auxiliar a pratica docente. Seu objetivo é melhorar, atualizar os conhecimentos pedagógicos.”

P17: “Estudar, aprender cada vez mais.”

P18: “Aquela formação que me traz uma melhor capacidade para exercer meu trabalho. Melhorar minha função onde atuo.”

P19: “Para mim formação continuada é busca constante de conhecimento com o objetivo de agregar e melhorar cada vez mais a pratica pedagógica.”

P20: “Ampliação do conhecimento”

P21: “Uma formação que nos possibilita a atualização de conhecimento práticos e teóricos de acordo com as necessidades”

P22: “Na área da educação é sempre necessário a continuação dos estudos para atualizar e especializações para um bom trabalho dentro da sala de aula”

P23: “Cursos, palestras, reuniões, debates materiais informativos impressos e/ou vídeos, entre outros”

P24: “Roda de conversa, palestras, capacitação e especializações”

P25: Não respondeu

P26: “Cursos, pós-graduações, encontros que tem como objetivo somar e adquirir conhecimentos em nossa área”

P27: “Considero como formação continuada estudos voltados para os desafios que surgem durante o decorrer da pratica pedagógica. Objetivo é facilitar a compreensão do professor e leva-los a ensinar com excelência auxiliando o aluno no processo de aprendizagem”

P28: “Buscar aprimoramento no campo educacional. Os conceitos mudam o tempo todo. Não há como ser um bom profissional sem aprimoramento. Um médico estuda a vida toda. E o professor?”

P29: Não respondeu

P30: Não respondeu

P31: “Pós-graduação e magistério. O objetivo seria ampliar o conhecimento e melhorar a carreira profissional.

Após analisar as respostas dos professores percebemos que eles compreendem a formação continuada como uma forma de ampliar e adquirir novos conhecimentos independente da forma como aconteça, podendo ser especialização, palestras, cursos ou troca de experiências. Isso mostra que os professores participantes da pesquisa demonstram ter interesse em continuar se formando. O que dificulta aparentemente essa formação de forma concreta em grande parte é a questão de falta de tempo, já que muitos trabalham em mais de um cargo e também a dimensão financeira, pois muitos se queixaram dos baixos salários.

Perguntamos se realizaram alguma formação continuada. Vinte e cinco participantes informaram já ter realizado alguma pós-graduação na modalidade *lato sensu*. Apenas um participante informou ter realizado pós-graduação na modalidade *stricto sensu*, cinco participantes informaram nunca ter realizado algum tipo de formação continuada. Concomitante a pós *lato sensu*, cinco participantes também apontaram ter realizado outros cursos de formação continuada, como os oferecidos pela prefeitura, UNIFAL-MG, plataforma AVAMEC e cursos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação. Interessante salientar que, conforme já mencionado, todos os anos ocorrem palestras e cursos oferecidos pela Prefeitura, muitas vezes em parcerias com outras instituições, porém, somente cinco participantes mencionaram esses cursos, mesmo tendo apontado anteriormente que esses tipos de estudos constituem formação continuada, destacando que, no período

de pandemia, em que as aulas foram suspensas, os professores foram obrigados a realizar alguns cursos de curta duração, que foram reconhecidos como carga horária de trabalho. Essa questão leva ao entendimento de que os professores possuem dificuldade de compreender a relação dialética entre trabalho e formação na profissão docente.

É possível perceber a predominância de entendimento de formação continuada com viés acadêmico, com pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Fato que deve ter uma relação direta com o plano de carreira e com a possibilidade de atuar como professor de apoio.

Uma questão ligada à valorização é o plano de carreira, perguntamos se o plano de carreira do município incentiva a formação continuada. Treze responderam que o plano de carreira do município incentiva a formação continuada, e quinze responderam que não incentiva, um respondeu que às vezes e dois responderam que parcialmente. Esse resultado pode ser consequência da visão de formação continuada dos professores já que o plano de carreira valoriza somente a pós-graduação.

Na pergunta “Como você considera sua formação inicial no exercício da docência?”, nenhum informou ser insatisfatória. Doze participantes informaram ser satisfatória, onze informaram parcialmente satisfatória, seis amplamente satisfatória e dois participantes não responderam esta pergunta. Também pedimos para justificar a alternativa que assinalou e muitos responderam que a teoria é muito diferente da prática, como podemos observar em algumas das justificativas abaixo:

P3: “Pois aprendemos em sala de aula e não em uma faculdade” (parcialmente satisfatória)

P8: “No início do exercício da docência a parte teórica era totalmente diferente da prática da realidade da escola” (parcialmente satisfatória)

P12: “Os conhecimentos da prática, são diferentes da teoria” (satisfatória)

P22: “Algumas atividades do cotidiano escolar só aprendi depois eu assumi a sala de aula” (parcialmente satisfatória)

P16: “No início da docência ainda não possuímos manejo de classe, alguns conhecimentos são adquiridos na prática. (Amplamente satisfatória)

Entretanto, houve outros participantes que colocaram seu posicionamento diferente:

P1: “Pois tive acesso a teorias e a pratica” (satisfatória)

P7: “Minha formação inicial foi minha base e a experiência que adquiri, fazem de mim a profissional que sou hoje” (amplamente satisfatória)

P15: “Porque consegui ampliar minha visão a respeito da profissão e me tornar uma profissional capacitada e apta a realizar o trabalho que desempenho (satisfatória)

P28: “Trouxe o conhecimento que necessitava naquele momento” (amplamente satisfatória)

P23: “No momento acredito que seja satisfatório. Poderem e necessário estar aberto a mudanças educacionais e sociais” (satisfatória)

Analisando essas respostas é possível inferir que grande parte das participantes entendeu que a prática da profissão foi essencial para sua formação, mas no momento de indicar a formação continuada não indicam o trabalho de professor o cotidiano escolar como um instrumento de formação continuada.

Na pergunta “sente necessidade de participar de cursos de formação continuada com o intuito de melhorar sua atuação como docente?”, um informou que não, dois não responderam e outros vinte e oito responderam que sim. No entanto, a coordenação pedagógica em suas respostas afirma que falta interesse dos professores na formação, mostrando uma contradição de posicionamentos entre os profissionais.

Perguntamos também se na opinião deles o município tem propiciado momentos de formação adequados para sua formação. Dois participantes não responderam, quatorze responderam que não e quinze responderam que sim. Mas quando perguntado se os professores eram consultados sobre as propostas de formação antes de sua realização, dois participantes responderam que sim, dezesseis responderam que não, oito não responderam e cinco responderam as vezes. Fato que indica que não existe um diálogo entre a SME e os professores no processo de definição das formações que são oferecidas, o que muitas vezes pode gerar o desinteresse indicado pelos coordenadores pedagógicos.

Outro elemento que é essencial quando se reflete sobre a formação continuada é o tempo para a realização desta. Ao serem questionados se existem momentos reservados na carga horária destinada à formação continuada no Sistema Municipal de Educação, treze participantes responderam que sim e dezenove responderam que

não. A divergência nas respostas talvez esteja na forma como entendem a formação continuada ou a forma como esses momentos estão sendo utilizados. Pelas respostas dos participantes da pesquisa está nítido que eles não entendem módulos e sábados escolares como momentos de formação continuada:

P2: “Nos horários de trabalho”

P4: “Cursos, se possível em horários de trabalho”

P18: “Em dias e horários que não sejam depois do trabalho”

P19: “Utilizando o tempo disponível na carga horaria”

P21: “Disponibilidade de carga horaria”

P24: “Dentro do período de modulo e sábados escolares”

P26: “Módulos com cursos de capacitação online”

Os horários de reunião de módulo acontecem normalmente ao final do dia, fato que dificulta que o professor consiga se concentrar ou se interessar nas atividades que estão sendo desenvolvidas, pois muitas vezes, além de estar cansados do turno de trabalho, estão pensando no desenvolvimento dos trabalhos do outro cargo.

P16: “Após o horário de trabalho é difícil, porém não vejo outra forma, talvez aos sábados”

P9: “Talvez adequando o horário reuniões pedagógicas e extra classe”

P30: “Escolha de propostas e disponibilidade de horário”

O Sistema Municipal de Educação possui os momentos de módulos. As reuniões de módulo podem ser utilizadas para reuniões administrativas ou pedagógicas, inclusive como momento de formação. Nos momentos destinados ao sábado letivo, que se encontram no calendário letivo, os professores recebem por este momento de formação.

Ao perguntar se na escola que trabalham existem momentos coletivos de troca de experiências, um participante respondeu que “às vezes”, um respondeu “raros”, três respondeu que “não”, os outros vinte e seis responderam que “sim”. Conforme a resposta anterior, percebemos que os servidores não compreendem os momentos coletivos de módulos como possibilidade de troca ou de formação continuada. Esse entendimento pode ser consequência da forma como esses momentos são conduzidos ou pelo curto espaço de tempo em que eles se realizam (1 ou 2 horas de

módulos e um período de dia no sábado letivo).

Diante deste contexto grande, vinte e três participantes da pesquisa alegam ter dificuldades de continuar se formando, um respondeu “às vezes” e sete responderam que “não”. Dentre os participantes que responderam que sim, os principais motivos elencados foram a dificuldade financeira para custear os cursos quando oferecidos por instituições privadas, a carência de cursos oferecidos por instituições públicas e o tempo foi outro fator apontado como dificuldade de continuar se formando.

Entretanto, para fins de realização de cursos de pós-graduação, a Lei Municipal nº 4231, de dezembro de 2010, não libera o servidor de forma remunerada.

Art.67. Sem prejuízo do cumprimento das disposições contidas na Lei Municipal nº 2.694, de 1995 e suas posteriores alterações, a autorização especial aos integrantes da carreira dos profissionais da Educação Municipal somente será concedida, observado os critérios de conveniência e oportunidade, com vistas a eu a prestação dos serviços de magistério atenda aos princípios da eficiência e continuidade por meio de regulamentação.

§ 1º Regulamentação estabelecerá os procedimentos administrativos a serem observados para a concessão das autorizações especiais, inclusive especificando, dentre outras, as seguintes condições:

I – prazo de 60 (sessenta) dias de antecedência da data pretendida, para requerer o afastamento

II – prazo mínimo concedido para o afastamento, que será definido a critério da Administração, levando-se em conta o respectivo currículo a ser estudado, permita uma prorrogação de tempo máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo inicial, considerando a necessidade do serviço e o aproveitamento do docente no programa de pós-graduação;

III – data do início de afastamento somente antes do início do semestre letivo;

IV – correlação do curso com as funções do cargo exercido pelo profissional;

V – limite de até 2 (dois) profissionais do quadro dos Profissionais da Educação Municipal afastados concomitantemente;

VI – determinação de que, na hipótese do número de interessados exceder de que trata o inciso V deste artigo, terá prioridade para a concessão, pela ordem, o afastamento para o curso na instituição melhor avaliada pelo Ministério da Educação e o maior tempo de carreira;

VII – período de obrigatoria permanência no serviço público pelo servidor afastado, equivalente ao tempo de afastamento;

VIII – vedação de exercício de atividade remunerada, para o integrante do quadro, durante o período de afastamento remunerado; e

IX – forma de ressarcimento Erário, quando o interessado se desligar do serviço público sem cumprir o período de permanência obrigatório, ou quando não observada a vedação prevista no inciso VIII deste artigo.

§ 2º Compete ao Secretário Municipal de Educação e Cultura

autorizar os afastamentos de eu trata este Capítulo.

Na análise do texto da lei, além da não remuneração em afastamento para formação, há o limite de dois profissionais do quadro se afastarem concomitantemente, que são obstáculos para o desenvolvimento de formação continuada dos professores.

Outra questão que os participantes da pesquisa questionam é a formação dos profissionais que oferecem os cursos, nas respostas afirmaram que:

P3: “Buscando profissionais voltados para área que atuamos”

P8: “Com profissionais especializados com formação adequada”

P25: “Investir em profissionais capacitados”

Essas respostas talvez estejam relacionadas ao distanciamento que alguns professores da universidade possuem da educação básica e, quando vão ministrar os cursos, não conseguem atingir os professores, ou também a falta de articulação com a demanda dos professores, a intenção da Secretaria e o que o profissional da universidade pode oferecer.

Essas respostas também indicam que existe uma valorização dos profissionais especialistas para ministrar esses cursos e conduzir momentos de formação, é urgente que se desenvolva a ideia de que a formação pode acontecer por meio de troca entre os próprios professores, fato que está começando a se configurar na rede municipal de ensino.

A formação on-line ou EAD foi indicada como a melhor forma de garantir a formação por cinco participantes da pesquisa e dois indicaram formação semipresencial. Fato que mostra que este formato tão divulgado e utilizado para alguns passa a ser entendido como a única possibilidade, pois atendem sua limitação de tempo para se formar, o que é estranho para uma cidade média onde a possibilidade de encontros de professores pode ser facilitada, ampliando a possibilidade da troca.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu* gratuitos aparecem como possibilidade de melhoria na formação, e foram citados por três participantes da pesquisa. Mas também houve indicação de momentos de formação continuada diferenciados como:

P20: “Aulas práticas de melhor compreensão”

P23: “Fóruns, debates, cursos presenciais e a distância”

P27: “Com auxílios e recursos voltados para formação”

Nesta pesquisa foi enfatizado o momento coletivo e de troca como formação continuada, o resultado dos questionários indicaram que os professores reconhecem a existência do mesmo, mas poucos são os que o concebem como formação continuada.

Perguntamos também se existem momentos de troca de experiências entre as escolas pesquisadas, com que frequência e de que forma. Percebemos que nove participantes responderam que ocorrem nos módulos e cinco responderam que acontecem nos sábados escolares.

P1: “Sim, bimestral troca de práticas com atividades concretas”

P2: “Sim, nas formações continuadas”

P3: “Sim, nos encontros em palestras”

P4: “Sim, entre professores que conhecemos”

P5: “Sim, 2X por ano este ano foram umas 5”

P6: “Não”

P7: “Não”

P8: “Sim, com momentos coletivos para troca de experiência e formação palestras”

P9: “Sim”

P10: “Sim, nos módulos II”

P11: “Raramente”

P12: “Sim, nos encontros de capacitação”

P13: “Sim, durante sábados letivos em oficinas de formações”

P14: “Algumas vezes nos módulos online, houve uma vez esse ano que me lembre presencial”

P15: “Sim, em módulos com reuniões para diversas escolas”

P16: “Sim, nos módulos de formações”

P17: “Algumas vezes reuniões programadas pela secretaria municipal de educação”

P18: “Sim, a cada 15 dias”

P19: “Poucos geralmente no horário de modulo II”

P20: “Sim, sábados escolares”

P21: “Não”

P22: “Sim, módulos e capacitações”

P23: “Na educação especial sim. Através de cursos semanais”

P24: “Dentro do período de modulo e sábados escolares”

P25: “Sim, nos sábados escolares e módulos”

P26: “Sim bimestralmente, sábados letivos para estudo”

P27: “Nos módulos”

P28: “Sim bimestralmente”

P29: “Não”

P30: “Sim, nos sábados escolares”

P31: “Não”

Destacamos que dentre os 31 participantes, 8 citaram que existem momentos de troca de experiência nos módulos e 6 citaram que existem momentos de troca de experiência nos sábados escolares. Analisando as respostas, é possível verificar que a metade dos participantes alega não existir momentos de trocas de saberes.

Também perguntamos se já houve algum momento de planejamento coletivo entre as escolas pesquisadas. Treze responderam sim e dezoito responderam não. A divergência nas respostas pode ter relação com a não compreensão da pergunta, confundindo momentos de trocas de experiência/cursos com momentos de planejamento.

Perguntamos também se os participantes possuíam acesso à forma como é desenvolvido o trabalho nas demais escolas do ensino fundamental I na cidade de Alfenas. Seis responderam sim, vinte e quatro responderam não e um respondeu mais ou menos.

Por ser uma cidade média era para haver mais proximidade entre as escolas, já que não há uma distância tão grande entre as mesmas. Outro ponto importante de analisar é em relação a dezoito participantes responderem não haver momentos de coletivos de planejamento. Será que não existe ou será que os professores não compreendem a forma como esses momentos foram propostos, isso se eles foram propostos?

Outra pergunta foi se percebem algum tratamento diferenciado de uma instituição educacional para outra. Um não respondeu, um escreveu “prefiro não responder”, vinte e quatro responderam que não e cinco responderam que sim. Desses cinco apontaram que percebem essas diferenciações nos seguintes momentos:

P1: “A exaltação em falar sobre o Tancredo Neves e o pouco caso com as demais”

P2: “Nos projetos encaminhados para cada escola”

P6: “Não respondeu”

P11: “Nos índices, por exemplo”

P20: “Não respondeu”

Importante destacar que, após a análise das respostas dos questionários, nenhum participante mencionou os programas de formação de professores indicados no capítulo 3, que apontava os programas PARFOR (Plano de Formação do Professor), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), o Residência Pedagógica, Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Programa de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica (ProF Licenciatura) e o Mestrado Profissional.

Isso pode ser um indicativo de que eles não têm conhecimento desses programas ou não os consideram como formação continuada, já que o município de Alfenas é parceiro do Pibid desde o 2009 com o curso de pedagogia.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da pesquisa realizada em relação à formação dos professores numa dinâmica da cidade média, que é o caso do município de Alfenas, já é possível tecer algumas considerações a respeito das 3 escolas que foram foco de pesquisa e que compõem o sistema municipal de educação alfenense.

Levando em consideração as inquietações que deram início a esta pesquisa, pensando como se dá a formação continuada dos profissionais de educação no município de Alfenas, muito da hipótese que foi apresentada de que a dinâmica presente na cidade média, especificamente no município de Alfenas, apresenta características próprias e diferentes de outros municípios pequenos e grandes se confirmou, uma vez que é difícil encontrar outro município com as mesmas características, levando em conta que cada um deles possui sua dinâmica própria.

Além disso, foi possível ter um panorama geral de como é o sistema educacional municipal alfenense, que possui características singulares no que diz respeito à forma como ocorre como organização, salários, forma como é trilhada a formação continuada, entre outras.

Com a análise da legislação federal e municipal, do sistema educacional municipal, do plano de carreira, da estrutura da Secretaria Municipal de Educação de Alfenas, do plano decenal de educação, e com os apontamentos dos teóricos que discutem a respeito da formação continuada, e a aplicação dos questionários, foi possível verificar a situação que o município se encontra e traçar um panorama de como ele é atualmente.

Verificou que a formação continuada dos professores, quando realizada pela Secretaria Municipal de Educação, se limita a sábados escolares, dias escolares que antecedem as aulas no início do ano e projetos de extensão em parceria com as universidades presentes no município. Os momentos de reunião de módulo são aqueles em que ocorrem essa formação, entretanto, verificamos queixas sobre como acontecem esses módulos, muitas vezes de forma burocrática com transmissão de avisos e informações, faltando uma efetiva troca de saberes.

Muitos dos profissionais vão em busca de especializações por iniciativa própria, até porque para os servidores efetivos é o que faz com que consigam melhorias salariais por meio das progressões previstas no plano de carreira municipal. No entanto, não se verificou um incentivo real por parte do município para que esses

profissionais realizem sua capacitação, isso porque o plano de carreira não prevê momento de licenças remuneradas, mesmo que estejam previstas na LDB. Dessa forma, acaba sendo uma opção individual dos servidores realizar uma especialização, mestrado ou doutorado. Assim, uma formação continuada que ocorre por meio de especialização, mestrado ou doutorado ocorre por iniciativa própria, com o servidor se responsabilizando financeiramente e pelo tempo que terá que dedicar à formação. Outra característica constatada foi que o plano de carreira posto como acontece atualmente faz com que os servidores também não valorizem outras formas de formação continuada como cursos de curta duração, palestras, troca de experiências, entre outras, já que essas não são consideradas na progressão da carreira.

Percebemos também uma disparidade na visão dos educadores, supervisores e coordenadores sobre como é a formação continuada no município. Os professores se queixam da falta de tempo, da remuneração baixa. Os supervisores apontam o excesso de burocracia e que o sistema atrapalha o processo de formação. Já os coordenadores apontam falta de interesse dos professores para realizar os cursos, pois eles são oferecidos.

Um ponto quase que unânime foi a insatisfação salarial, a despeito da lei do pagamento do piso salarial, eles estão bem abaixo do determinado legalmente.

Assim foi possível compreender como acontece a formação continuada no município, podendo servir realmente de subsídio para pesquisas em outras cidades similares a Alfenas, mesmo que possuam características diferentes, uma vez que é sabido que cada cidade apresenta características próprias, sendo difícil encontrar um outro município com as mesmas características, com 100% de singularidades em todos os níveis de complexidade: histórica, social, econômica, política, entre outros.

Espera-se que o resultado desta pesquisa possa contribuir para um repensar da política de formação continuada do Sistema Municipal de Educação, pois a dinâmica da cidade, seu destaque com os cursos superiores e o quantitativo de servidores da Secretaria Municipal de Educação são elementos que podem potencializar um sistema educacional organizado de forma coletiva, que busque uma transformação social.

Fica em aberto para aprofundar a pesquisa dentro do próprio município de Alfenas, como também a realização de outras pesquisas em municípios médios com características semelhantes e realizar um paralelo aprofundando os debates.

REFERÊNCIAS

ALFENAS. **Lei nº 4231, de 06 dezembro de 2010**. Que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino, o Estatuto e o Plano de Cargos e Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação, autoriza a criação de cargos de provimento efetivo de Agente de Desenvolvimento Humano -ADH, e de Professor - Carreira I, Tabela A, e dá outras providências.

_____. **Decreto n.º 4343, de 21 de novembro de 2011**. Estrutura administrativa municipal e funcionalismo. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/4343-2011> . Acesso em: 27 de março de 2023

_____. **Decreto Municipal nº 387 de 17 de março de 2011**.

_____. **Edital de Concurso Público n.º 01/2016**. Disponível: <http://www.alfenas.mg.gov.br/Arquivos/chamadopublico/Edital%20Consolidado%20n.%C2%BA%20012016.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2022

_____. **Lei 4.609, de 22 de junho de 2015. Plano Decenal de Educação**. Disponível em:

http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CD_Alfenas&pagfis=14459. Acesso em: 12 de julho de 2022.

_____. **Lei nº 4.710, de 27 de janeiro de 2017**. Dispõe sobre a criação do Programa Cidade Escola. Disponível em:

<http://www.cmalfenas.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/8/3387df6c4a09d9d35861e2565d32abfd.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

_____. **Lei nº 4.985, de 4 de janeiro de 2021**. Que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município de Alfenas, sobre os Cargos em Comissão, dá nova organização e outras providências a secretaria Municipal de Educação de Alfenas. Disponível em:

<http://www.cmalfenas.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/23/c45586660ebc93f0863de3799791975b.pdf>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2023.

_____. **Lei nº 5.027, de 1 de julho de 2021**. Restabelece o acréscimo percentual de 20% (vinte por cento) entre os vencimentos fixados para os padrões de Nível I e I da Carreira I - Tabela A do Anexo I da Lei Municipal nº 4.231, de 3 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino, o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação e dá outras providências. Disponível:

<http://www.cmalfenas.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/23/7f824e694f14ea139cae7c18aeacef6d.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

_____. **Lei 5134 de 17 de março de 2022**. Concede a recomposição salarial aos servidores ocupantes de cargos de provimentos efetivos e comissionados, agentes políticos, contratados e inativos junto ao Poder executivo. Disponível em: <http://www.cmalfenas.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/26/85c05e4354dd00566bf064c0187ec7de.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

ALFERES, Marcia Aparecida; MAINARDES, Jefferson. A formação continuada de professores no Brasil. **Seminário de Pesquisa do PPE**. Universidade Estadual de Maringá 26 e 27 maio 2011.

ALVES; Álvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis-SP v. 9, n. 1, p. 1-13, 2010.

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida, SERRA, Rodrigo Valente (Orgs.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. p. 1-34.

ARROYO, Miguel González. Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 787-807, out. 2007

BAZZO, Vera Lúcia. Os institutos superiores de educação ontem e hoje. **Educar**, Editora UFPR, Curitiba, n. 23, p. 267-283, 2004.

BECKER; Elsbeth Leia Spode. A geografia e o método dialético. **VIDYA**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 51-58, jul/dez, 2005.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernández; PUENTES, Roberto Valdés. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 11, n. 42, p. 94-112, jun2011.

BRANQUINHO, Evânio dos Santos. ; SILVA, Eduardo de Araújo. (Re)estruturação das cidades médias do Sul de Minas Gerais: uma análise morfofuncional comparativa de Alfenas e Poços de Caldas. **Caderno de Geografia**, v. 31, p. 3-29, 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 de dezembro de 2020.

_____. **Parecer CNE/CP nº 22/2019**, aprovado em 7 de novembro de 2019. (BNC-Formação). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

_____. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas/pesquisa/13/78117>. Acesso em: 18/12/2020.

_____. **Portaria Nº 61, de 22 de março de 2017 da CAPES**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20120836/d01-2017-03-24-portaria-n-61-de-22-de-marco-de-2017-20120746 Acesso em: 15/08/2022.

_____. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Publicado em: 29/10/2020. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724> Acesso em: 31/03/2022

_____. **Resolução Nº 03, de 22 de janeiro de 2019** UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL-MG CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE) Aprova o Programa de Apoio e Valorização das Licenciaturas da UNIFAL-MG e dá outras providências Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/portal/wp-content/uploads/sites/52/2019/01/Resolucao-003_2019.pdf Acesso em 12/08/2022

_____. **Resolução Nº 1, DE 17 DE AGOSTO DE 2011**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9943-resolucao-1-17-agosto-2011&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 28/03/2022

_____. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Ministério da educação. Conselho nacional de educação. Conselho pleno.

_____. Parecer **CNE/CP nº 2/2015, aprovado em 9 de junho de 2015** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 jun.2014.

_____. **Resolução nº 3, de 8 de outubro de 1997**. Fixa diretrizes para os novos planos de carreira e de remuneração para o magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 13 out. 1997.

_____. Parecer **CNE/CP nº 22/2019, aprovado em 7 de novembro de 2019** -

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

_____ **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

CARTILHA. **Municipalização do Ensino Fundamental em Minas Gerais**, produzida pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-Ute). Belo Horizonte, 2021.

CASTRO, M. M. C.; AMORIM, R. M. A. A formação inicial e a continuada: diferenças conceituais que legitimam um espaço de formação permanente de vida. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 95, p. 37-55, jan.-abr., 2015.

CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações Geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

CRUZ, Abigail Bruna Da. **A educação do campo no município de Alfenas-MG: as concepções docente sobre o uso dos livros didáticos do programa nacional do livro didático do campo (PNLD campo)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Alfenas. Alfenas-MG, 2022.

FARAGO, Alessandra Corrêa; UTSUMI, Miriam Cardoso. Formação continuada de professores: proletarização ou intelectual transformador? **Revista HISPECI & LEMA**, Bebedouro, v. 8, p. 116-118, 2005.

FERREIRA, Janaína da Silva. SANTOS, José Henrique dos. Modelos de formação continuada de professores: transitando entre o tradicional e o inovador nos macrocampos das práticas formativas. **Cadernos de Pesquisa**. São Luís, v. 23, n. 3, set./dez. 2016.

Figueiredo, R. S. C., Andrade, A. C., & Alves, F. D. (2022). A Universidade e as Dinâmicas Socioespaciais em Uma Cidade Média: O Caso da UNIFAL-MG, em Alfenas, Minas Gerais. **Revista Geoaraguaia**, 12(1), 192-211.

FREIRE, Heronilson Pinto; HOLANLA, Virgínia Célia Cavalcante. A expansão do ensino superior nas cidades médias do nordeste brasileiro. **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**. São Luís/MA, 24 a 30 de julho de 2016.

GODOY, Marcos Jorge; CASTRO, Renan Fernando de; ALVES, Flamarion Dutra. As interações espaciais na configuração e produção dos arranjos funcionais das cidades médias. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 55-72, 2015.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2003.

MAGALHÃES, Lígia Karam Corrêa de; AZEVEDO, Leny Cristina Soares Souza. Formação continuada e suas implicações: entre a lei e o trabalho docente. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 95, p. 15-36, jan.-abr., 2015.

MELO, Elda Silva do Nascimento; SANTOS, Camila Rodrigues dos. A formação continuada de professores(as) no Brasil: do século XX ao século XXI. **Revista Humanidades e Inovação**. Palmas-To, v. 7, n. 11, p. 88-104, 2020.

ROSA, Isaac Gabriel Gayer Fialho da. A formação continuada dos professores de geografia no Brasil e o uso de geotecnologias: discutindo o lugar do lugar. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 1, n1, p. 67-75, jan. /jun. 2014.

SANTOS. Edlamar Oliveira dos. Políticas de formação continuada para os professores da educação básica. Instituto Federal de Pernambuco. **O 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**, São Paulo, 26 a 30 de abril de 2011.

SILVA, André de Paula. **Do global ao local: a dialética entre as políticas curriculares de geografia e as cidades médias e pequenas**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Alfenas – MG. Alfenas-MG, 2021.

SILVA, Andresa Lourenço da. Breve discussão sobre o conceito de cidade média. Geoiingá: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, v. 5, n. 1, p. 58-76, 2013.

SILVA, Lineu Aparecido Paz e; NETO, Daniel Rodrigues Silva Luz. Perspectivas para a formação continuada em geografia: a escola como lugar central para a formação do professor. **IX Fórum Nacional de Geografia formação de professores de Geografia**. Caldas Novas-GO. 19 a 21 de agosto de 2018.

SOUZA, Randolpho Natil de; PINHEIRO, Ainglys Cândido; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Formação continuada em geografia: teoria e prática. **IX Fórum Nacional de Geografia formação de professores de Geografia**. Caldas Novas-GO. 19 a 21 de agosto de 2018.

APÊNDICE A – Parecer aprovação do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALFENAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A cidade média e o sistema educacional: a formação continuada dos professores do Ensino Fundamental anos iniciais da rede municipal de educação na cidade de Alfenas-MG.

Pesquisador: SANDRA DE CASTRO DE AZEVEDO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 55309022.8.0000.5142

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.318.453

Apresentação do Projeto:

Pesquisa qualitativa desenvolvida com a análise das informações coletadas por meio dos participantes que são os professores do ensino fundamental anos iniciais das escolas municipais da cidade de Alfenas-MG, as informações serão coletadas por meio de questionários, com perguntas que buscam compreender a situação da formação continuada desses professores. As informações coletadas serão analisadas de forma estatística e análise de conteúdo pautada no materialismo histórico e dialético. Pesquisa de Mestrado com financiamento próprio.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender o sistema de ensino municipal de uma cidade média, com ênfase na formação continuada dos professores do Ensino Fundamental, anos iniciais do Município de Alfenas-MG

Análise CEP: os objetivos são exequíveis em relação à propositura do projeto.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Estabeleceremos contato prévio com esses profissionais da educação em momentos distintos, nos quais possamos realizar contato com o maior número possível de pessoas ao mesmo tempo respeitando os protocolos de prevenção contra a COVID-19, já que, iremos realizar a entrega dos questionários de forma presencial.

Os riscos podem ser desconforto, possibilidade de constrangimento, aborrecimentos, cansaço e

Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Sala O 314 E
Bairro: centro **CEP:** 37.130-001
UF: MG **Município:** ALFENAS
Telefone: (35)3701-9153 **Fax:** (35)3701-9153 **E-mail:** comite.etica@unifal-mg.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALFENAS



Continuação do Parecer: 5.318.453

indisponibilidade de tempo para responder ao questionário e invasão de privacidade.

Ao participar desse trabalho você contribuirá no processo de compreensão e de reflexão sobre políticas públicas sobre formação de professores em cidade média. Sua participação pode também contribuir para pensar em uma formação continuada para Alfenas.

da pesquisa o acesso ao resultado final da pesquisa, e caso tenham interesse será agendada uma reunião para apresentação do resultado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está bem fundamentada teórica e metodologicamente, objetivos claros e exequíveis, com cronograma adequado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- a. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Presente e adequado;
- b. Termo de Assentimento (TA) – Não se aplica;
- c. Termo de Assentimento Esclarecido (TAE) – Não se aplica;
- d. Termo de Compromisso para Utilização de Dados e Prontuários (TCUD) – Presente e adequado;
- e. Termo de Anuência Institucional (TAI) – Presente e adequado;
- f. Folha de rosto - Presente e adequada;
- g. Projeto de pesquisa completo e detalhado - Presente e adequado;
- h. Declaração de compromisso do pesquisador responsável - Presente e adequada;
- i. Termo de Compromisso para Desenvolvimento de Protocolos de Pesquisa no Período de Pandemia (COVID-19) - presente e adequado;
- j. questionário: presente e adequado

Para a coleta de dados secundários será consultada a Secretaria Municipal de Educação para obtenção de informações educacionais do município de Alfenas-MG sobre a quantidade de alunos, professores, supervisores e coordenadores Pedagógicos que atuam no ano de 2022 no nesse município e estão sob a responsabilidade desta instituição e sobre a formação continuada realizada pelos professores do ensino fundamental anos iniciais.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomenda-se a aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este CEP emite parecer após reunião remota ordinária.

Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Sala O 314 E
 Bairro: centro CEP: 37.130-001
 UF: MG Município: ALFENAS
 Telefone: (35)3701-9153 Fax: (35)3701-9153 E-mail: comite.etica@unifal-mg.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALFENAS



Continuação do Parecer: 5.318.453

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1879388.pdf	26/01/2022 08:32:07		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP_Vitor_2501.pdf	26/01/2022 08:31:10	SANDRA DE CASTRO DE AZEVEDO	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto_assinada2501vitor.pdf	26/01/2022 08:28:46	SANDRA DE CASTRO DE AZEVEDO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_CoViD_Vitor.pdf	20/01/2022 16:48:08	SANDRA DE CASTRO DE AZEVEDO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_do_pesquisador_Vitor.pdf	20/01/2022 16:46:54	SANDRA DE CASTRO DE AZEVEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_form_continuada_covid.pdf	20/01/2022 10:11:49	SANDRA DE CASTRO DE AZEVEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_prefeitura_form_continuada.pdf	19/01/2022 12:02:59	SANDRA DE CASTRO DE AZEVEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TAI_prefeitura_form_continuada.pdf	19/01/2022 12:00:47	SANDRA DE CASTRO DE AZEVEDO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ALFENAS, 29 de Março de 2022

Assinado por:
DANIEL AUGUSTO DE FARIA ALMEIDA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Sala O 314 E
 Bairro: centro CEP: 37.130-001
 UF: MG Município: ALFENAS
 Telefone: (35)3701-9153 Fax: (35)3701-9153 E-mail: comite.etica@unifal-mg.edu.br

ANEXO A – Questionário direcionado aos professores

1-Qual sua Formação Acadêmica?

- Magistério
- Superior em Pedagogia
- Outro curso superior

Se respondeu outro escreva qual.

2-Em que instituição você realizou a formação inicial?

- Pública Privada

3-Em qual Modalidade de ensino você realizou seu curso de formação inicial?

- Presencial Semipresencial à distância

4-Em que ano você concluiu sua formação inicial?

5-Você possui especialização? Se sim em qual área? Qual o tema estudado? Foi realizada em

Instituição Pública ou Privada? Em que ano concluiu a especialização?

6-Quanto tempo atua como docente?

- menos de 5 anos
- entre 5 e 10 anos
- entre 10 e 15 anos
- entre 15 e 20 anos
- entre 20 e 25 anos
- entre 25 a 30 anos
- mais de 30 anos

7-Trabalha em algum outro estabelecimento educacional?

- Sim Não

Se sim em qual setor?

- Público Privado

Se Público em qual esfera?

- Federal Estadual Municipal

8-Quantas horas semanais você trabalha?

- Até 24 horas semanais
- Até 30 horas semanais
- Acima de 40 horas semanais

9-Você sente que está sobrecarregado com a carga horaria trabalhada?

Sim Não

10-O que você considera como formação continuada? E qual o objetivo dela?

11-Já realizou alguma formação continuada?

Pós-Graduação latu senso: Sim Não

Pós-Graduação stricto senso: Sim Não

Outra forma de formação continuada. Especifique:

12-Como você considera sua formação inicial no exercício da docência?

Insatisfatória Satisfatória Parcialmente satisfatória Amplamente satisfatória.

Por quê?

13-Considera adequado a remuneração que recebe pelo exercício da docência?

14-Sente necessidade de participar de cursos de formação continuada com o intuito de melhorar sua atuação como docente?

SIM NÃO

15-Você tem enfrentado alguma dificuldade no exercício da docência na Educação Básica?

Especifique.

16-Na sua opinião o município tem propiciado momentos de formação adequados para sua Formação?

17-Se sim, você é consultado sobre as propostas de formação continuada antes de sua realização?

18-O plano de carreira do município incentiva a formação continuada?

19-Existe na sua carga horária horas destinada a formação continuada?

20-Na escola em que você trabalha existem momentos coletivos de trocas de experiências?

21-Você possui dificuldade de continuar se formando? Se sim quais são essas dificuldades?

22-Na sua opinião qual seria a melhor forma de possibilitar uma formação continuada adequada?

23-Existe algum momento de troca de experiência entre as escolas do fundamental I (E. M.

Joao Januário Magalhães, E. M. Tancredo Neves, E. M. Tereza Paulino da Costa e com qual frequência? Se sim, de que forma ocorre?

24-Já houve algum momento de planejamento coletivo entre essas escolas (E. M. Joao

Januário Magalhães, E. M. Tancredo Neves, E. M. Tereza Paulino da Costa)?

25-Você possui acesso a forma como é desenvolvido o trabalho nas demais escolas do ensino fundamental I na cidade de Alfenas?

26-Você percebe algum tipo de tratamento diferenciado de uma instituição educacional para outra?

27-E se existir em quais momentos você percebe essa diferenciação?

ANEXO B – Questionário direcionado aos Coordenadores

1-Qual sua Formação Acadêmica?

2-Em que instituição você realizou a formação inicial?

() Pública () Privada

3-Em que ano se formou?

4-Em qual Modalidade de ensino você realizou seu curso de formação inicial?

() Presencial () Semipresencial () à distancia

5-Quanto tempo atua como Coordenador(a)?

() menos de 5 anos

() entre 5 e 10 anos

() entre 10 e 15 anos

() entre 15 e 20 anos

() entre 20 e 25 anos

() entre 25 a 30 anos

() mais de 30 anos

6-Trabalha em alguns outro estabelecimento educacional?

() Sim () Não

Se sim em qual setor?

() Público () Privado

Se Público em qual esfera?

() Federal () Estadual () Municipal

7-Quantas horas semanais você trabalha?

() Até 24 horas semanais

() Até 30 horas semanais

() Acima de 40 horas semanais

8-Você sente eu está sobrecarregado com a carga horaria trabalhada?

() Sim () Não

9-O que você considera como formação continuada?

10-Já realizou alguma formação continuada?

Pós-Graduação latu senso: () Sim () Não

Pós-Graduação stricto senso: () Sim () Não

Outra forma de formação continuada. Especifique:

11-Como você considera sua formação inicial no exercício da coordenação?

Insatisfatória Satisfatória Parcialmente satisfatória Amplamente satisfatória.

Por quê?

12-Sente necessidade de participar de cursos de formação continuada com o intuito de melhorar/aperfeiçoar sua atuação como supervisor/coordenador?

SIM NÃO

13-Você tem enfrentado alguma dificuldades no exercício da coordenação na Educação Básica? Especifique.

14-Você procura se atualizar por meio de cursos de curta duração para o exercer a coordenação?

SIM

NÃO

15-Na sua opinião o município tem propiciado momentos de formação adequados para sua formação?

16-Considera adequado a remuneração que recebe pelo exercício de suas atividades?

17-Como você descreveria a formação continuada dos professores do ensino fundamental da rede municipal de educação de Alfenas?

18-Como é a adesão dos professores para os cursos de formação continuada oferecidos pelo município?

19-O município possui parcerias para a oferta da formação continuada? Como essas parcerias são estabelecidas?

20-Quem define os conteúdos e as temáticas que são trabalhadas na formação continuada dos professores do ensino fundamental I do município?

21-O sistema municipal de educação valoriza de que forma os professores que continuam se formando?

22-Como são planejados os momentos de troca de experiência coletivas dos professores?

ANEXO C – Questionário direcionado aos Supervisores

1-Qual sua Formação Acadêmica?

2-Em que instituição você realizou a formação inicial?

() Pública () Privada

3-Em que ano se formou?

4-Em qual Modalidade de ensino você realizou seu curso de formação inicial?

() Presencial () Semipresencial () à distancia

5-Quanto tempo atua como Supervisor?

() menos de 5 anos

() entre 5 e 10 anos

() entre 10 e 15 anos

() entre 15 e 20 anos

() entre 20 e 25 anos

() entre 25 a 30 anos

() mais de 30 anos

6-Trabalha em alguns outro estabelecimento educacional?

() Sim () Não

Se sim em qual setor?

() Público () Privado

Se Público em qual esfera?

() Federal () Estadual () Municipal

7-Quantas horas semanais você trabalha?

() Até 24 horas semanais

() Até 30 horas semanais

() Acima de 40 horas semanais

8-Você sente que está sobrecarregado com a carga horaria trabalhada?

() Sim () Não

9-O que você considera como formação continuada?

10-Já realizou alguma formação continuada?

Pós-Graduação latu senso: () Sim () Não

Pós-Graduação stricto senso: () Sim () Não

Outra forma de formação continuada. Especifique:

11-Como você considera sua formação inicial no exercício da supervisão?

Insatisfatória Satisfatória Parcialmente satisfatória Amplamente satisfatória.

Por quê?

12-Sente necessidade de participar de cursos de formação continuada com o intuito de melhorar/aperfeiçoar sua atuação como supervisor/coordenador?

SIM NÃO

13-Você tem enfrentado alguma dificuldades no exercício da supervisão na Educação Básica?

Especifique.

14-Você procura se atualizar por meio de cursos de curta duração para o exercer a supervisão?

SIM

NÃO

15-Na sua opinião, o município tem propiciado momentos de formação adequados para sua formação?

16-Considera adequado a remuneração que recebe pelo exercício de suas atividades?

17-Como você descreveria a formação continuada dos professores do ensino fundamental da rede municipal de educação de Alfenas?

18-Como é a adesão dos professores para os cursos de formação continuada oferecidos pelo município?